



**CENTRO ESTADUAL FLORESTAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL
PRESIDENTE COSTA E SILVA - CEFEP**
Avenida Paraná, nº 1000 - Vila São João - CEP 84507-362 Irati / PR
Fone/Fax: (042) 3423-2511 / Fone: (042) 3423-2381
E-mail: iriflorestalcostaesilva@seed.pr.gov.br



**CENTRO ESTADUAL FLORESTAL DE EDUCAÇÃO
PROFISSIONAL PRESIDENTE COSTA E SILVA
CEFEP**





Sumário

Sumário	2
Identificação da Instituição de Ensino	7
Elementos Situacionais	8
Histórico da Instituição	8
Arranjos Produtivos Locais (APL).....	10
Organização da Instituição	11
Modalidades de Cursos	11
Curso Técnico em Florestas	11
Curso Técnico em Segurança do trabalho.....	12
Curso Técnico em Agronegócio.....	14
Organização da Instituição	15
Organização Funcional.....	17
Equipe Diretiva e Administrativa.....	17
Funcionários Terceirizados	19
Equipe Pedagógica e Docente	22
Infraestrutura: ambientes e equipamentos.....	26
Perfil da Comunidade Escolar.....	31
Indicadores Educacionais.....	33
Acompanhamento do rendimento Escolar	36
Indicadores do Índice de Desenvolvimento da Escola Básica - IDEB	37
Indicativos da Secretaria do Estado da Educação e Prova Paraná Mais	38
Organização pedagógica	39
A organização dos tempos e espaços e as rotinas escolares.....	40
Uso de Equipamentos Eletrônicos e Celular	41
Frequência escolar e Registro Escolar de Conteúdos.....	41
Atendimento aos estudantes quando há falta de professores	42
Atendimento aos professores na hora atividade	42
Acompanhamento das ferramentas de gestão	43



Formação continuada interna dos professores e pedagogos.....	43
Trabalho a partir do acompanhamento pedagógico	43
Participação da Família na Escola.....	44
Engajamento dos Estudantes.....	44
Proposta de intensificação da aprendizagem.....	45
Equipe Multidisciplinar.....	46
Enfrentamento à Violência e Prevenção às Drogas	47
Brigada Escolar	47
Comunidade escolar – Instâncias colegiadas articuladas a gestão pedagógica.....	48
Conselho de Classe.....	48
Processo da gestão pedagógica, administrativa financeira e democrática	49
Ingresso aos Cursos/Modalidades	50
Integração dos Componentes Curriculares a Matriz da Educação Técnica Profissional	51
Critérios de Organização de Turmas	51
Oferta de estágio não obrigatório	52
Oferta de Estágio Obrigatório	53
Estágio obrigatório e não obrigatório, incluindo a operacionalização	54
Elementos Conceituais	56
Concepção humana de Sujeito	58
Sociedade e Conhecimento	59
Trabalho, Ciência e Tecnologia	60
Competências e Habilidades da Educação Profissional.....	61
Cidadania e Desenvolvimento Humano	63
Concepções de Estágio.....	65
Programas de Aprendizagem e Empregabilidade	65
Educação; Ensino e Aprendizagem.....	66
Alfabetização e Letramento	67
Currículo.....	68
Educação inclusiva.....	69



Organização do atendimento educacional especializado (AEE).....	72
Legislações Educacionais Diversas.....	73
Tecnologias educacionais, mídias digitais e plataformas educacionais.....	74
Avaliação para a aprendizagem e Recuperação de estudos	75
Sistema de Avaliação	78
Recuperação de Estudos.....	81
Gestão Escolar.....	82
Formação Continuada	83
Objetivos de Ensino e Metas do CEFEP.....	84
Elementos Operacionais.....	85
Plano de Ação – Elementos Específicos	85
Redução da evasão e abandono.....	85
Melhoria do ensino –aprendizagem	85
Plano de ação - Elementos Comuns	87
Acompanhamento de Hora-Atividade.....	87
Observação em sala de aula	87
Articulação/comunicação e engajamento das famílias e diferentes esferas.....	87
Clima Escolar.....	88
Organização do Conselho de Classe	88
Divulgação dos cursos.....	89
Processos de Classificação e Reclassificação e Aproveitamento de Estudos	89
Ações pedagógicas / Programas que promovem a melhoria da aprendizagem.....	90
Programa Aluno Monitor	90
Programa Presente na Escola	91
Programa Se Liga! É tempo de Aprender Mais	91
Programa Mais aprendizagem e Instruções conjuntas	92
Programa Aulas Especializadas de Treinamento Esportivo – AETE	92
Encontro de Técnicos Florestais	93
Semana de Prevenção de Acidentes do Trabalho (SIPAT).....	93



CENTRO ESTADUAL FLORESTAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL
PRESIDENTE COSTA E SILVA - CEFEP
Avenida Paraná, nº 1000 - Vila São João - CEP 84507-362 Irati / PR
Fone/Fax: (042) 3423-2511 / Fone: (042) 3423-2381
E-mail: iriflorestalcostaesilva@seed.pr.gov.br



5

Projetos voltados a Educação Técnica e Profissional	93
Setor de Apicultura.....	93
Área de Silvicultura - Arboreto.....	94
Setor de Produção Animal – Suinocultura	95
Setor de Horticultura – Horta.....	97
Setor de Serraria e Marcenaria-Madeira	98
Setor de Paisagismo, Jardinagem e Viveiros de Mudas Ornamentais	100
Setor de Produção Vegetal - Viveiro Florestal.....	102
Dia de Campo/Cadeia Produtiva do Setor Florestal.....	106
Conselho Escolar.....	107
APAF - Associação de Professores Alunos e Funcionários.....	108
Grêmio Estudantil	108
Organização da Hora/Atividade: Objetivo e Finalidade	108
Plano de abandono da Brigada Escolar	109
Acompanhamento e Avaliação do PPP e da Avaliação Institucional	109
Calendário Escolar	110
Propostas Pedagógicas Curriculares Ensino Fundamental (Links) - BNCC.....	111
Educação Profissional e Tecnológica (EPT).....	112
Proposta Pedagógica Curricular do Curso Técnico em Florestas – PPC - Ementa.....	114
Matriz do Curso Técnico em Florestas	119
Currículo da Rede e Currículo Priorizado do Estado do Paraná.....	122
Formação Geral Básica	123
PPC - Área de Linguagens e suas Tecnologias	123
PPC - Área de Ciência Humana e Social e Aplicada	123
PPC - Área de Ciências da Natureza e suas Tecnologias.....	123
PPC - Área de Matemática e suas Tecnologias.....	124
Propostas Pedagógicas Curriculares Ensino Médio (Links) FGB	124
PPC - Parte Flexível Obrigatória.....	124
Itinerário Formativo Obrigatório da Educação Técnica e Profissional.....	125



CENTRO ESTADUAL FLORESTAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL
PRESIDENTE COSTA E SILVA - CEFEP
Avenida Paraná, nº 1000 - Vila São João - CEP 84507-362 Irati / PR
Fone/Fax: (042) 3423-2511 / Fone: (042) 3423-2381
E-mail: iriflorestalcostaesilva@seed.pr.gov.br



6

Plano de curso Técnico em Segurança do Trabalho PPC / Ementa.....	125
Matriz Curricular - Curso Técnico em Segurança do Trabalho	126
PPC – Técnico em Segurança do Trabalho	129
Ementa e Plano de Curso, Acesso pelo link.....	129
Plano de curso Técnico em Agronegócio – PPC / Ementa	129
Matriz Curricular - Curso Técnico em Agronegócio	130
PPC – Técnico em Agronegócio	132
Proposta Pedagógica Curricular do Curso Técnico em Florestas Antigo	132
Plano de Ação da Orientação Pedagógica de Internato.....	132
Referências Bibliográficas	133



**CENTRO ESTADUAL FLORESTAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL
PRESIDENTE COSTA E SILVA - CEFEP**
Avenida Paraná, nº 1000 - Vila São João - CEP 84507-362 Irati / PR
Fone/Fax: (042) 3423-2511 / Fone: (042) 3423-2381
E-mail: iriflorestalcostaesilva@seed.pr.gov.br



7

Identificação da Instituição de Ensino

Nome: Centro Estadual Florestal de Educação Profissional Presidente Costa e Silva

Endereço: Avenida Paraná, nº 1000

Bairro: Vila São João

Município: Irati

CEP: 84.507-362

Núcleo Regional de Educação: Irati

Entidade Mantenedora: Governo do Estado do Paraná

Ato de Autorização de funcionamento: Decreto nº 3890/73 de 10/07/1973

Ato de Reconhecimento do CEFEP: Resolução nº 3105/81 de 17/12/1981 DOE 15/01/1982

Ato de Renovação de Credenciamento da Instituição: Resolução nº 2245/2017 de 20/06/2017

Ato de Aprovação do Regimento Escolar: Parecer de Legalidade nº 156/2023 –

Homologação nº 512/2023

Número de Registro INEP/MEC: 41113152

Distância do Colégio ao NRE: 7 km

Tipo de Educação: Educação Profissional

Horário de Funcionamento: Manhã: das 7h20min às 11h50min;

Tarde: das 13h30min às 18h00;

Noite: das 18h40min às 23h00.

Cursos:

Período Integral

Curso: Técnico em Florestal Integrado – Subdividido em três trimestres - anual

Período Noturno

Curso: Segurança do Trabalho Subsequente – Subdividido em dois bimestres - Semestral

Curso: Técnico em Agronegócios Subsequente – Subdividido em dois bimestres - Semestral



Elementos Situacionais

Histórico da Instituição

O histórico da Instituição, Centro Estadual Florestal de Educação Profissional Presidente Costa e Silva (CEFEP), iniciou com o primeiro curso para a formação de Técnicos Florestais no Estado do Paraná foi estabelecido em 1969, no Colégio Agrícola “Augusto Ribas”, em Ponta Grossa – PR. Em 1972, O Governo do Estado e a comunidade florestal local iniciaram os estudos para a implantação de um convênio com a República Federal da Alemanha, no sentido de aprimoramento dos técnicos florestais, e um dos quesitos básicos seria a necessidade de uma grande área que pudesse ser utilizada nas aulas práticas. Como no município de Irati/PR existia uma área de 176,6 ha sem utilização, pertencente ao Governo do Estado, onde anteriormente funcionava a Escola de Tratoristas e Fomento Agrícola, e, situada ainda a 14 km da Floresta Nacional de Irati, do extinto Instituto Brasileiro do Meio Ambiente, hoje atualmente chamado de Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), possuindo uma grande área de reservas florestais próximas, o curso foi transferido, nesse mesmo ano para esse município, fundando o Colégio Florestal.

Em março de 1973 foi implantado o Curso Técnico Florestal, aprovado a nível regional pelo Conselho Estadual de Educação. O Colégio Florestal (nome da Instituição na época) foi criado pelo Decreto nº 3890, de 10 de julho de 1973, sendo o 1º Curso Técnico Florestal da América Latina e que atualmente se denomina Centro Estadual Florestal de Educação Profissional Presidente Costa e Silva

Esta época se caracterizou por uma forte demanda de técnicos florestais pelas empresas do ramo, devido aos incentivos aos plantios florestais pelo Governo Federal e à necessidade de pessoal qualificado. Em virtude da necessidade premente, o Brasil assinou um convênio com a República Federal da Alemanha em 1979, o qual foi desenvolvido em parceria com o Estado do Paraná e apoiado pela Secretaria Econômica e Técnica

¹ Será utilizada a partir deste momento, no decorrer do texto a forma abreviada “CEFEP”, para se referir ao Centro Estadual Florestal de Educação Profissional Presidente Costa e Silva.



**CENTRO ESTADUAL FLORESTAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL
PRESIDENTE COSTA E SILVA - CEFEP**
Avenida Paraná, nº 1000 - Vila São João - CEP 84507-362 Irati / PR
Fone/Fax: (042) 3423-2511 / Fone: (042) 3423-2381
E-mail: iriflorestalcostaesilva@seed.pr.gov.br



9

Internacional – SUBIN. Este convênio permaneceu de 1979 até 1987, através da empresa GTZ. A GTZ, Cooperação Técnica Alemã, empresa pública de direito privado, foi criada em 1974 com o objetivo de gerenciar os projetos de cooperação técnica. É responsável pela implementação da contribuição alemã, por delegação do Ministério Federal de Cooperação Econômica e Desenvolvimento (BMZ). A Cooperação Técnica constitui um instrumento de aprendizagem conjunta, a partir do apoio a iniciativas inovadoras de desenvolvimento empreendidas por instituições e organizações brasileiras. A contribuição alemã visa a fortalecer essas iniciativas por tempo limitado, até que os beneficiados alcancem uma situação que lhes permita prescindir do aporte externo), que trouxe significativo salto de qualidade, na forma de qualificação técnica do corpo docente e mediante a aquisição de equipamentos para o uso nas aulas práticas na Instituição de Ensino.

Atualmente existe uma forte e comprovada demanda de técnicos florestais, cuja razão principal é a de colaboração para o incremento no setor florestal do país, caracterizado por oferta insuficiente de madeira reflorestada, em face da demanda industrial crescente dos polos moveleiros e de papel e celulose, das áreas florestais e ambientais degradadas, bem como das áreas de pesquisa.

O Centro Estadual Florestal de Educação Profissional Presidente Costa e Silva (atual nome da Instituição pela Resolução 671/09), hoje mantido integralmente pela SEED – Secretaria de Estado da Educação do Paraná – Governo do Paraná, possui aproximadamente 100 (cem) educadores, entre professores e funcionários, ofertando exclusivamente cursos técnicos nas modalidades integradas ao ensino médio e/ou subsequente ao ensino médio. Com aproximadamente quatrocentas matrículas, cerca da metade dos alunos se beneficiam do regime de internato, pois estudam em período integral e são oriundos de outras cidades da região e de várias regiões do país, necessitando deste benefício. Para a excelente qualidade do ensino trabalhado, o Centro dispõe de 176,6 ha para desenvolvimento de atividades práticas e exploração pelo corpo docente e discente, estrutura de campo como viveiro de mudas, arboreto, serraria, exploração agropecuária, meio ambiente, nascentes e cuidados ambientais, horta escolar, e toda a estrutura para o alojamento de alunos, como refeitório, alojamentos, lavanderia, ginásio esportivo, campo de futebol e de areia, oficina de motosserras, salas de aula e de multimeios, biblioteca, além de laboratórios específicos como solos, sementes, tecnologia da madeira, entomologia, topografia, marcenaria, física, química e biologia e ciências ambientais.



A articulação com o mercado do trabalho e setores produtivos da área é realizada através de Termos de Convênios e Termos de Cooperação Técnica com instituições públicas e privadas, que efetivam o estágio curricular obrigatório, visitas técnicas, cursos, palestras, entre outros. Nesse contexto, reforça-se a concepção de práxis, de prática refletida, da ação que subsidia o pensamento para a construção de novos conhecimentos e formas diferenciadas de intervenções na realidade, a partir do perfil profissional atribuído a cada um dos cursos técnicos ofertados.

Cabe também explicitar que a gestão democrática e participativa promove o planejamento coletivo e interdisciplinar, a capacitação de educadores, onde o respeito e cumprimento às normas e bases legais se referem ao nosso compromisso com a educação pública de qualidade.

Arranjos Produtivos Locais (APL)

Arranjos Produtivos Locais (APL) em que há alguns elementos fundamentais aos Arranjos Produtivos Locais para sua consolidação, que engloba a região (território), valores financeiros (capital social), sua organização produtiva, bem como, a articulação institucional e estratégia de mercado.

Os Arranjos Produtivos Locais são objetos de estudo e análises de forma contínua pelo CEFEP Cota e Silva, em eu aspectos como os agentes econômicos, políticos e sociais devido a necessidade da manutenção quanto ao vínculo de articulações, interação, cooperação e aprendizagem.

Há um estímulo a empresas parcerias por parte dos coordenadores de Estágio e coordenadores de curso no que se refere ao contato e acesso a empresas, assim, deve-se levar em conta as parcerias e considerações entre escola e sua relação diante da sociedade, principalmente no que se refere à formação profissional e vice-versa.



Organização da Instituição

Modalidades de Cursos

O Centro Estadual Florestal de Educação Profissional Presidente Costa e Silva oferece três tipos diferentes de cursos: Técnico em Florestas Integrado, Técnico em Segurança do Trabalho Subsequente e Técnico em Agronegócio Subsequente.

Desta forma a Educação Técnica Profissional na rede pública estadual de ensino nessa instituição fica estabelecida da seguinte forma:

Integrada - ofertada somente a quem já tenha concluído o Ensino Fundamental, com matrícula única na mesma instituição, de modo a conduzir o estudante à habilitação profissional técnica ao mesmo tempo em que conclui a última etapa da Educação Básica;

Subsequente - desenvolvida em cursos destinados exclusivamente a quem já tenha concluído o Ensino Médio, como mais uma oportunidade de formação técnica profissional. Entretanto, é preciso ressaltar que tal oportunidade está condicionada às possibilidades das instituições de ensino com a existência de vagas. Esses estudantes podem realizar a formação técnica profissional pela matrícula no itinerário formativo, com aproveitamento da formação geral, ou pela oferta específica de cursos subsequentes.

Curso Técnico em Florestas

Modalidade: Integrada.

Eixo Tecnológico: Recursos Naturais (ET – RN).

O curso Técnico em Florestas é ofertado na modalidade integrada e atende a uma proposta elaborada e implantada nos Centros Estaduais de Educação Profissional da área Agrícola e Florestal. O curso Técnico em Florestas Integrado veio atender a demanda existente, posteriormente avaliada a necessidade da formação do técnico em uma perspectiva de totalidade, o que significa recuperar a importância de trabalhar com os alunos os fundamentos científico e tecnológicos presentes nos componentes curriculares da Base Nacional Curricular Comum ou Formação Geral Básica de forma integrada aos Componentes Curriculares da Formação Específica.

Esta proposta encontra apoio nas Políticas da Secretaria de Estado da Educação



para a Educação Profissional e também da Secretaria de Ensino Médio e Tecnológico (SEMTEC/MEC), uma vez que o Paraná constituiu um dos estados escolhidos, ao lado de Santa Catarina e Espírito Santo para implantar o currículo de forma integrada ao Ensino Médio.

Curso Técnico em Segurança do trabalho

Modalidade: Subsequente, em período noturno.

Eixo Tecnológico: Segurança (ET – S)

A implantação do curso de Segurança do Trabalho se justifica pela grande procura e interesse por parte da comunidade, a qual sente necessidade de cursos profissionalizantes nesta área específica, sendo que este curso é ofertado atualmente em grandes centros, que são distantes para a maioria das pessoas. O acesso a este curso em Irati abre muitas oportunidades aos interessados e por se tratar de curso que será ofertado em período noturno, possibilitará aos egressos continuarem suas atividades profissionais, sem prejudicá-las. A pesquisa de mercado indicou também a grande expectativa e interesse por parte das empresas em profissionais qualificados para ocuparem as funções que os alunos futuramente estarão habilitados a desempenhar.

Os registros mais antigos que encontramos se preocupando com a segurança do trabalho, remontam as civilizações greco-romanas e egípcias, relativas aos trabalhos de pedreiros e mineradores de cobre, prescrevendo cuidados alusivos à preservação da saúde e da vida dos trabalhadores.

Já nesta época, se recomendava o uso de proteção contra poeiras metálicas. Mas somente na Idade Média aparecem as primeiras ordenações formais para a adoção de medidas de prevenção no trabalho. É curioso notar como a Organização Social dessa época influi sobre a segurança no trabalho fazendo o levantamento das moléstias profissionais. Na Renascença foram publicadas obras sobre a segurança no trabalho, visando o bem estar dos trabalhadores.

Contudo, historicamente, o grande problema com a segurança do trabalho se deu com o advento da máquina da chamada era industrial. A máquina que tanto facilitou o trabalho humano pode ser também a inimiga do homem, quando operada de forma incorreta, surpreendendo o seu operador com imprevistos, sendo a causadora de acidentes graves e até



fatais.

A Revolução Industrial trouxe também, as primeiras tentativas de tornar mais eficiente, por método científico, o processo de organização do trabalho, no esforço de racionalização da produção. Reduzindo o trabalho de cada operário, a uma série de movimentos simples que, à força de serem repetidos, se automatizaram, com a conseqüente elevação do rendimento no trabalho.

A aplicação deste método criou a monotonia e o alheamento pela tarefa executada e trouxe como conseqüência, fontes suplementares de fadiga, causadoras de grande número de acidentes.

Por outro lado, aparece mais um grave problema de que se deve ocupar, obrigatoriamente, o serviço de prevenção e segurança do trabalho: a agressividade do meio ambiente, gerada pelas atividades industriais.

Desde então, normas especiais, provenientes de medidas legais e fiscalização, são postas em prática. A generalização das normas de segurança do trabalho data do início do século XX nos países então industrializados baseados no princípio de que, era mais cara a ocorrência de acidentes do que a sua prevenção. As leis protetoras são postas em prática, em virtude da ação conjugada dos governos e dos sindicatos nos países desenvolvidos.

A segurança do trabalho possui, atualmente, um acervo de experiências e conhecimentos bastante significativos, visando à preservação do meio ambiente em geral, bem como, pesquisas e estudos a respeito das instalações e sobre os agentes nocivos a saúde, visando a preservação do ser humano na sua integridade física e psíquica.

Falar da importância e do caráter social e humano resultante e da necessidade de se empreender esforços no sentido de prevenir as ocorrências de infortúnios ocupacionais seriam desnecessários, se o cenário brasileiro não apresentasse estatísticas de uma realidade tão constrangedora. A obrigatoriedade da segurança do trabalho no Brasil surgiu a partir de 1944, definida em legislação específica.

Comparando-se o número de acidentes de trabalho ocorridos no Brasil com o de países desenvolvidos, verifica-se que a frequência de acidentes do trabalho é aproximadamente 10 (dez) vezes maior. As ocorrências de acontecimentos ocupacionais funestos são constantes e até, em números crescentes, conforme estatísticas de agências de pesquisa.

A Constituição Federal em vigor assegura aos trabalhadores o direito de



preservação de sua integridade física e mental no exercício de seu trabalho, nos Artigos 193 e 194.

O desenvolvimento do Curso Técnico em Segurança do Trabalho possibilitará a capacidade de dominar novas tecnologias, diversificar o campo de atuação de nossa Instituição e melhorar o atendimento às indústrias que têm uma situação conflitante nos aspectos preventivistas legais e grande número de ocorrência de infortúnios ocupacionais.

Com a implantação do Curso Técnico em Segurança do Trabalho, o Centro Estadual Florestal Ensino Profissional Presidente Costa e Silva de Irati, pretende formar técnicos, com grande capacidade e consciência profissional, visando minimizar a problemática advinda para o indivíduo, a família e a sociedade decorrentes das situações em que são prejudicadas a saúde física e mental do trabalhador.

Curso Técnico em Agronegócio

Modalidade: Subsequente, em período noturno

Eixo Tecnológico: Recursos Naturais (ET – RN).

Nas últimas décadas o Governo Federal tem investido muito na formação profissional, buscando atender às necessidades de cada região e entre os setores da economia que merecem destaque encontra-se o Agronegócio, que hoje representa aproximadamente 21% do total do Produto Interno Bruto (PIB), sendo responsável por 37% dos empregos criados no País e por 41% das nossas exportações.

No contexto econômico atual, a abordagem das atividades rurais não mais comportam a denominação de setor primário para a agricultura. Por meio do conceito de Agronegócio, o setor rural é estudado com base em suas relações com a indústria fornecedora e de transformação, com o comércio e distribuição e, com o armazenamento e instituições financeiras. O conceito de Agronegócio segue a mesma conotação do conceito de “agribusiness”, que representa a soma das operações de produção e distribuição de suprimentos agrícolas, das operações de produção animal e vegetal, do armazenamento, processamento e distribuição destes produtos e itens produzidos a partir deles. Assim, o agronegócio envolve desde a participação daqueles que oferecem bens e serviços à produção agropecuária, às empresas que comercializam e processam esta produção, às propriedades e empresas rurais que produzem e, por fim, ao setor de consumo que, em última instância,



CENTRO ESTADUAL FLORESTAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL
PRESIDENTE COSTA E SILVA - CEFEP
Avenida Paraná, nº 1000 - Vila São João - CEP 84507-362 Irati / PR
Fone/Fax: (042) 3423-2511 / Fone: (042) 3423-2381
E-mail: iriflorestalcostaesilva@seed.pr.gov.br



15

direciona e orienta a produção por meio de seus gostos e preferências.

Assim definido, o Agronegócio é considerado o maior negócio brasileiro. Segundo a Associação Brasileira de *Agribusiness* (ABAG), ele representa aproximadamente de 35% do Produto Interno Bruto (PIB), absorve 28% da população economicamente ativa, participa com 45% dos gastos familiares e com 36% das exportações brasileiras. Sendo que no primeiro semestre de 2013 o PIB do agronegócio fechou com alta de 3,13%, em relação ao mesmo período do ano anterior.

Dentro do Agronegócio, um foco importante deve ser dado à produção agroecológica de alimentos, tendo em vista que o mercado de produtos orgânicos cresceu 300% nos últimos 10 anos no Brasil (FAO – Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação). São cultivados no Brasil 1.553.675,25 ha com produtos agroecológicos (produção de alimentos e extrativismo). Segundo a FAO, 80% do que os brasileiros consomem são produzidos por 30% de agricultores familiares. Portanto cabe ao Curso Técnico em Agronegócio estudar e propor alternativas para a melhoria das atividades da Agricultura Familiar, fomentando os acessos a linhas de crédito, a entrada de novas tecnologias no meio rural familiar, o planejamento sustentável do uso da terra e os aspectos ligados ao custo de produção e comercialização dos produtos agroecológicos.

No intuito de propiciar melhores perspectivas de qualificação e, por assim dizer, melhor valorização salarial, o curso ora proposto tem como objetivo de promover a qualificação profissional e gratuita para o arranjo produtivo do agronegócio, na região de Irati / PR.



Organização da Instituição

Técnico em Florestas Integrado - 3 (três) séries com a duração de 3 anos - Trimestral

Ensino Médio Profissionalizante Integrado:			
Turno	Ano/Série	Total de Turmas	Total de Matrículas
Integral	1º	04	120
Integral	2º	03	79
Integral	3º	03	83

Técnico em Agronegócio e Técnico em Segurança do Trabalho Subsequente - 03 (três) semestres com duração de 01 ano e meio - Bimestral

Ensino Médio Profissionalizante Subsequente:			
Turno	Ano/Série	Total de Turmas	Total de Matrículas
Noite	1º	02	42
Noite	2º	02	34
Noite	3º	02	33

Programa Aulas Especializadas de Treinamento Esportivo - Aete

Atividades Complementares			
Turno	Ano/Série	Total de Turmas	Total de Matrículas
Noite	1ª	1	30

Quantidade turmas e alunos:

Períodos	Quantidades de turmas	Quantidade de Estudantes
Período Integral (manhã e tarde)	10	281
Noite	6	110



Organização Funcional

Equipe Diretiva e Administrativa

Nome	Função	Formação / Especialização	Vínculo Funcional	Turno	Carga Horária
Mariane Pierin Gemin	Direção Geral	Curso superior: Matemática formação de professor - Licenciatura Ciência da Computação – Bacharelado. Pós Graduação: Especialização	QPM	manhã tarde	40
José Augusto Schubalski	Diretor Pedagógico	Curso superior: Letras - Licenciatura Pós Graduação: Mestrado	QPM	manhã noite	40
Igor Felipe Zampier	Diretor da U.D.P.	Curso superior: Administração - Bacharelado Agronomia - Bacharelado Pós Graduação: Especialização	QPM	manhã tarde	40
Oldair Passos	Agente Educacional II – Téc. Administrativo - Secretário (<i>em licença médica</i>)	Curso superior: Contabilidade – Bacharelado Pós Graduação: Especialização	QFEB	manhã tarde	40
Roberto Rossa	Agente Educacional II – Téc. Administrativo - Secretário	Curso superior: Contabilidade – Bacharelado Pós Graduação: Especialização	QFEB	manhã noite	40
Marcos Mendes da Luz	Agente Educacional II – Téc. Administrativo - Secretaria	Curso superior: Educação Física – Licenciatura Plena Pós Graduação: Especialização	QFEB	tarde noite	40
Lucinéia Graciano	Agente Educacional II – Téc. Administrativo - Secretaria	Curso superior: História - Licenciatura Pós Graduação: Especialização	QFEB	manhã tarde	40
Sirlene Mattoso	Agente Educacional II – Téc. Administrativa - Secretaria	Curso superior: Gestão Pública Pós Graduação: Especialização	QFEB	manhã tarde	40
Ana Flávia Kaminski da Silva	Agente Educacional II – Téc. Administrativa de Biblioteca	Curso superior: Ciências Naturais formação de professor - Licenciatura Pós Graduação: Especialização	QFEB	manhã	20



CENTRO ESTADUAL FLORESTAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL
PRESIDENTE COSTA E SILVA - CEFEP
Avenida Paraná, nº 1000 - Vila São João - CEP 84507-362 Irati / PR
Fone/Fax: (042) 3423-2511 / Fone: (042) 3423-2381
E-mail: iriflorestalcostaesilva@seed.pr.gov.br



18

Francisco Pereira dos Santos Neto	Agente Educacional I – Inspetor de Internato	Curso superior: Pedagogia - Licenciatura Pós Graduação: Especialização	QFEB	noite	40
Jael Maria Chuproski	Agente Educacional II – Inspetora de Internato	Curso superior: Pedagogia - Licenciatura Contabilidade - Bacharelado Pós Graduação: Especialização	QFEB	noite	40
Marcos José Penteadó	Agente Educacional I – Inspetor de Internato	Ensino Médio	QFEB	noite	40
Sandra Mara Gaedicke Schubalski	Agente Educacional II – Inspetora de Internato	Curso superior: Biologia formação de professor – Licenciatura Pós Graduação: Especialização	QFEB	noite	40
Sérgio Luis Borges	Agente Educacional I – Inspetor de Internato	Ensino Médio	QFEB	noite	40
Vera Maria Gabardo	Agente Educacional II – Inspetora de Internato	Curso superior: Turismo - Bacharelado Pós Graduação: Especialização	QFEB	noite	40
Anselmo Lourenço de Sousa	Agente Educacional I – Inspetor de Alunos	Ensino Médio	QFEB	tarde noite	40
Elenice Gonçalves Mosele	Agente Educacional I – Cozinheira	Ensino Médio	QFEB	manhã tarde	40
Jauri Surek	Agente Educacional I – Trabalhador de Serraria	Ensino Fundamental	QFEB	manhã tarde	40
João Tomczyk	Agente Educacional I – Trabalhador de Serraria	Ensino Médio	QFEB	manhã tarde	40
Jocinelmo de Jesus Nortok	Agente Educacional I – Trabalhador de Campo	Ensino Médio	QFEB	manhã tarde	40
Julio Jose da Silva	Agente Educacional I – Motorista	Ensino Médio	QFEB	manhã tarde	40
Maria Augusta Mendes	Agente Educacional I – Auxiliar de Serviços Gerais	Ensino Médio	QFEB	manhã tarde	40
Reinaldo Squiba	Agente Educacional I – Trabalhador de Serraria	Curso superior: Geografia formação de professor - Licenciatura Pós Graduação:	QFEB	manhã tarde	40
Rogério de Moraes Luy	Agente Educacional I – Inspetor de Alunos	Ensino Médio	QFEB	manhã tarde	40
Rosilda das Gracias de Oliveira	Agente Educacional I – Cozinheira	Ensino Médio	QFEB	manhã tarde	40



Funcionários Terceirizados

Nome	Função	Formação / Especialização	Vínculo Funcional	Turno	Carga Horária
Alais Pedroso da Rosa	Servente - Auxiliar de Limpeza	Ensino Médio	terceirizado	manhã tarde	40
Alexandre Anderson Bitao	Vigia noturno	Ensino Médio	terceirizado	noite	12/36
Anesio Juchok	Trabalhador Agropecuário (roçada)	Ensino Médio	terceirizado	manhã tarde	40
Antonio Denizar Marques	Técnico Florestal	Ensino Médio Profissionalizante	terceirizado	manhã tarde	40
Camila Halane Toledo	Aux. Adm. Internato/ Inspetor Internato Diurno	Curso superior: Pedagogia (em andamento)	terceirizado	manhã tarde	12/36
Cleise Aparecida Blanc	Lavanderia	Ensino Médio	terceirizado	manhã tarde	40
Douglas Vieira Mandiak	Marceneiro	Ensino Médio	terceirizado	manhã tarde	40
Eder Robson da Silva	Trabalhador Agropecuário (roçada)	Ensino Fundamental	terceirizado	manhã tarde	40
Edilmara Glinski	Aux. Adm. Internato/ Inspetor Internato Diurno	Ensino Médio	terceirizado	manhã tarde	12/36
Eliane do Rocio Tulio	Cozinheira Merendeira	Curso superior: Pedagogia - Licenciatura Pós Graduação: Especialização	terceirizado	tarde noite	40
Elias Vasco	Operador de Máquina de Serraria	Curso superior: Pedagogia - Licenciatura Pós Graduação: Especialização	terceirizado	manhã tarde	40
Eliete Castro dos Santos	Aux. Adm. Internato/ Inspetor Internato Noturno	Ensino Médio	terceirizado	noite	12/36
Élio Gil	Trabalhador Agropecuário /SDF (animais)	Ensino Médio	terceirizado	manhã tarde	SDF 08h/dia
Elisabete de Lara	Servente - Auxiliar de Limpeza	Ensino Médio	terceirizado	manhã tarde	40
Emili Iantas	Aux. Adm. Internato/ Inspetor Internato Diurno	Ensino Médio Profissionalizante	terceirizado	manhã tarde	12/36
Eva Oconoski	Inspetora de Alunos	Ensino Médio	terceirizado	manhã tarde	40



CENTRO ESTADUAL FLORESTAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL
PRESIDENTE COSTA E SILVA - CEFEP
Avenida Paraná, nº 1000 - Vila São João - CEP 84507-362 Irati / PR
Fone/Fax: (042) 3423-2511 / Fone: (042) 3423-2381
E-mail: iriflorestalcostaesilva@seed.pr.gov.br



20

Ezequiel Quintiliano da Silva	Trabalhador Agropecuário (roçada)	Ensino Médio	terceirizado	manhã tarde	40
Graciele Aparecida Camargo	Almoxarife	Ensino Médio	terceirizado	manhã tarde	40
Guilherme dos Santos	Técnico Agropecuário	Ensino Médio Profissionalizante	terceirizado	manhã tarde	40
Gustavo Golom Squiba	Trabalhador Agropecuário (campo)	Curso superior: Engenharia Elétrica (em andamento)	terceirizado	manhã tarde	40
Ilberto José Pires	Trabalhador Agropecuário (campo)	Ensino Médio	terceirizado	manhã tarde	40
Ilton Cezar Costa	Motorista	Ensino Médio	terceirizado	manhã tarde	40
Ivone de Cassia Rujiski	Aux. Adm. Internato/ Inspetor Internato Diurno	Curso superior: Serviço Social Pós Graduação: Especialização	terceirizado	manhã tarde	12/36
João Ederson da Silva	Aux. Adm. Internato/ Inspetor Internato Diurno	Ensino Médio	terceirizado	manhã tarde	12/36
Jocineia da Luz Nortok	Servente - Auxiliar de Limpeza	Ensino Médio	terceirizado	manhã tarde	40
José Carlos de Freitas	Operador de Máquina de Serraria	Ensino Fundamental Incompleto	terceirizado	manhã tarde	40
Jose Cristiano Matozo de Lima	Trabalhador Agropecuário (animais)	Ensino Médio	terceirizado	manhã tarde	40
José Renato Bello	Aux. Adm. Internato/ Inspetor Internato Noturno	Ensino Médio	terceirizado	noite	12/36
Juliano da Silva	Mecânico	Curso superior: Educação Física - Licenciatura Pós Graduação: ---	terceirizado	manhã tarde	40
Jussara das Graças Venancio Hartiu	Cozinheira Merendeira	Ensino Fundamental Incompleto	terceirizado	manhã tarde	40
Leandro Ferreira da Luz	Operador de Máquina de Serraria	Ensino Fundamental	terceirizado	manhã tarde	40
Leni Aparecida Goes de Andrade	Servente - Auxiliar de Limpeza /SDF	Ensino Médio	terceirizado	manhã tarde	SDF 08h/dia
Lenisvaldo Barros de Oliveira	Aux. Adm. Internato/ Inspetor Internato Noturno	Ensino Médio Profissionalizante	terceirizado	noite	12/36
Lenisvaldo Barros de Oliveira	Vigia / SDF diurno	Ensino Médio Profissionalizante	terceirizado	manhã tarde	SDF 12h/dia
Leonilda Mattozo Machado Garbachevski	Servente - Auxiliar de Limpeza / SDF	Ensino Médio	terceirizado	manhã tarde	SDF 08h/dia



CENTRO ESTADUAL FLORESTAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL
PRESIDENTE COSTA E SILVA - CEFEP
Avenida Paraná, nº 1000 - Vila São João - CEP 84507-362 Irati / PR
Fone/Fax: (042) 3423-2511 / Fone: (042) 3423-2381
E-mail: iriflorestalcostaesilva@seed.pr.gov.br



21

Lucia Cichocki	Servente – Auxiliar de Limpeza	Ensino Médio	terceirizado	manhã tarde	40
Luciano Gaedicke	Assistente Administrativo	Ensino Médio Profissionalizante	terceirizado	noite	20
Lucineia Sczykoski dos Santos	Cozinheira Merendeira	Ensino Médio	terceirizado	manhã tarde	40
Manuel Aparecido Borges da Cruz	Trabalhador Agropecuário (campo)	Ensino Fundamental	terceirizado	manhã tarde	40
Maria Denise dos Santos Felchak	Assistente Administrativa (secretaria)	Curso superior: Pedagogia – Licenciatura Pós Graduação: Especialização	terceirizado	manhã tarde	40
Maria Jeanine Jasiak	Vigia / SDF diurno	Ensino Médio	terceirizado	manhã tarde	SDF 12h/dia
Marileia do Rocio Bello	Servente - Auxiliar de Limpeza	Ensino Fundamental	terceirizado	manhã tarde	40
Mateus Gonçalves Machado Romão	Vigia noturno	Ensino Médio	terceirizado	noite	12/36
Neiva da Luz de Andrade	Servente – Auxiliar de Limpeza	Ensino Médio	terceirizado	manhã tarde	40
Romildo Kanarski	Aux. Adm. Internato/ Inspetor Internato Diurno	Ensino Médio	terceirizado	manhã tarde	12/36
Silmara Marcondes	Cozinheira Merendeira	Ensino Médio	terceirizado	manhã tarde	40
Silvana Bueno da Silva	Servente - Auxiliar de Limpeza	Ensino Médio	terceirizado	manhã tarde	40
Silvane da Silva	Aux. Adm. Internato/ Inspetor Internato Noturno	Ensino Médio	terceirizado	noite	12/36
Silvio Sczykoski	Trabalhador Agropecuário (viveiro)	Ensino Médio	terceirizado	manhã tarde	40
Tiago Matys	Técnico Florestal	Curso superior: Análise e Desenvolvimento de Sistemas Pós Graduação: Especialização (em andamento)	terceirizado	manhã tarde	40
Vanderléia Aparecida Venâncio Soares	Cozinheira Merendeira	Ensino Fundamental Incompleto	terceirizado	tarde noite	40

SDF = sábado, domingo e feriado.



Equipe Pedagógica e Docente

Nome	Função	Formação / Especialização	Vínculo Funcional	Turno	Carga Horária
Emanuelle Laars Trevisan	Pedagoga	Curso superior: Pedagogia - Licenciatura Pós Graduação: Especialização	QPM	tarde	20
Gilmare Aparecida Zanlorensi	Pedagoga de Internato	Curso superior: Pedagogia - Licenciatura Direito - Bacharelado Pós Graduação: Especialização	PSS	noite	20
Leriane Drabeski	Pedagoga	Curso superior: Pedagogia - Licenciatura Pós Graduação: Especialização	PSS	manhã	20
Marcia Leal dos Santos	Pedagoga	Curso superior: Pedagogia - Licenciatura Pós Graduação: Mestrado	QPM	tarde noite	40
Marenthati Kaminski	Pedagoga	Curso superior: Pedagogia - Licenciatura Pós Graduação: Especialização	QPM	manhã tarde	40
Adriana Krieger Freitas	Professora	Curso superior: Direito – Bacharelado Pedagogia – Licenciatura Arte-Educação - Licenciatura Pós Graduação: Especialização	PSS	noite	07
Aline Maria Duglosz	Professora	Curso superior: Ciência da Computação – Bacharelado Pós Graduação: Especialização	QPM	manhã tarde noite	18
Aline Seidl	Professora	Curso superior: Psicologia Pós Graduação: Especialização	PSS	noite	
Alysson Chaves	Professor	Curso superior: Direito Pós Graduação: Especialização	PSS	noite	18
Amanda Berguer	Professora	Curso superior: História Pós Graduação: Especialização (em andamento)	PSS	tarde	08
Ana Caroline Mosele Schier	Professora	Curso superior: Engenharia Agrícola – Bacharelado Pós Graduação: Mestrado	PSS	manhã tarde	26
Ana Claudia Babiuk	Professora	Curso superior: Comércio Exterior - Tecnológico Engenharia Florestal – Bacharelado Pós Graduação: Especialização	QPM	manhã tarde	42



CENTRO ESTADUAL FLORESTAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL
PRESIDENTE COSTA E SILVA - CEFEP
Avenida Paraná, nº 1000 - Vila São João - CEP 84507-362 Irati / PR
Fone/Fax: (042) 3423-2511 / Fone: (042) 3423-2381
E-mail: iriflorestalcostaesilva@seed.pr.gov.br



23

Anamir Teresinha da Silva Cararo	Professora	Curso superior: Biologia - Licenciatura Matemática - Licenciatura Pós Graduação: Especialização	PSS	tarde	12
Andreia Sikora	Professora	Curso superior: Biologia formação de professor – Licenciatura Pós Graduação: Especialização	QPM	manhã tarde	20
Camila Biranoski	Professora	Curso superior: Letras – Licenciatura em Inglês Pedagogia – Licenciatura História - Licenciatura Pós Graduação: Mestrado	PSS	manhã	05
Dirceu Schinemann de Andrade Junior	Professor	Curso superior: Letras Português/Inglês - Licenciatura Pós Graduação: Especialização (em andamento)	PSS	manhã tarde	10
Eduardo Glinski	Professor	Curso superior: Medicina Veterinária - Bacharelado Pós Graduação: Especialização	PSS	noite	20
Elisabet Santos Fernandes	Professora Readaptada	Curso superior: Letras Inglês formação de professor – Licenciatura Pós Graduação: Especialização	QPM	tarde	20
Elisandra Laroca Demeterko	Professora	Curso superior: Engenharia Florestal – Bacharelado Pós Graduação: Especialização	PSS	manhã tarde noite	36
Elisson Girardi	Professor (Coordenador da U.D.P.)	Curso superior: Agroecologia – Tecnológico Educação Física - Licenciatura Pós Graduação: Especialização	PSS	manhã tarde	40
Enaiale Caroline de Paula	Professora	Curso superior: Agronomia – Bacharelado Pós Graduação: Mestrado	PSS	manhã tarde noite	39
Erick Chagas Mustefaga	Professor	Curso superior: Engenharia Florestal – Bacharelado Pós Graduação: Mestrado	PSS	manhã	05
Everton Lorenzett Tavares	Professor	Curso superior: Engenharia Florestal – Bacharelado Ciências Contábeis - Bacharelado Pós Graduação: Mestrado	PSS	manhã tarde noite	20
Ezaquel Bednarczuk	Professor	Curso superior: Engenharia Industrial da Madeira - Bacharelado Pós Graduação: Mestrado	PSS	manhã noite	40



CENTRO ESTADUAL FLORESTAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL
PRESIDENTE COSTA E SILVA - CEFEP
Avenida Paraná, nº 1000 - Vila São João - CEP 84507-362 Irati / PR
Fone/Fax: (042) 3423-2511 / Fone: (042) 3423-2381
E-mail: iriflorestalcostaesilva@seed.pr.gov.br



24

Fabiana Laís Rogiski	Professora	Curso superior: Agronomia – Bacharelado Pós Graduação: Especialização	PSS	noite	05
Fabio Gomes Monteiro	Professor	Curso superior: Engenharia Florestal – Bacharelado Pós Graduação: Doutorado (em andamento)	PSS	manhã tarde	36
Fernando Luis Dlugosz	Professor	Curso superior: Engenharia Florestal – Bacharelado Pós Graduação: Doutorado	PSS	manhã tarde	21
Flavia Gumieiro Vieira	Professora	Curso superior: Letras Português formação de professor – Licenciatura Pós Graduação: Especialização	PSS	manhã tarde noite	38
Franciele André dos Santos	Professora	Curso superior: História - Licenciatura Pedagogia - Licenciatura Pós Graduação: ---	PSS	manhã	05
Gilberto Eduardo Bender	Professor	Curso superior: Engenharia Industrial Mecânica - Bacharelado Ciências - Licenciatura Pós Graduação: Especialização	QPM	manhã tarde	30
Gilcinei Linhares	Professor (Coordenador de Curso)	Curso superior: Engenharia Industrial da Madeira - Bacharelado Física - Licenciatura Pós Graduação: Especialização	PSS	manhã tarde	40
Giselli Aparecida Zanlorensi	Professora	Curso superior: História - Licenciatura Sociologia - Licenciatura Pós Graduação: Mestrado (em andamento)	PSS	manhã tarde	24
Ismael Coloda	Professor	Curso superior: Teologia - Bacharelado (A) Filosofia Formação de Professor - Licenciatura Pós Graduação: Especialização	PSS	tarde	18
Janaine Vosniak Batista	Professora	Curso superior: Engenharia Florestal – Bacharelado Pós Graduação: Mestrado	QPM	tarde	20
Jessica Batista da Mata	Professora	Curso superior: Engenharia Florestal – Bacharelado Pós Graduação: Mestrado	PSS	tarde	08
Jhonatan Lucas Almeida	Professor	Curso superior: Marketing - Bacharelado Administração - Bacharelado Pós Graduação: ----	PSS	noite	05



CENTRO ESTADUAL FLORESTAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL
PRESIDENTE COSTA E SILVA - CEFEP
Avenida Paraná, nº 1000 - Vila São João - CEP 84507-362 Irati / PR
Fone/Fax: (042) 3423-2511 / Fone: (042) 3423-2381
E-mail: iriflorestalcostaesilva@seed.pr.gov.br



25

Josiane Aparecida Scheleider	Professora	Curso superior: Matemática - Licenciatura Pós Graduação: Mestrado (em andamento)	PSS	manhã tarde	24
Lorena Zakcheski Molenda	Professora	Curso superior: Matemática - Licenciatura Pós Graduação: Especialização	PSS	tarde noite	14
Luciane Batista da Luz	Professora	Curso superior: Enfermagem - Bacharelado Pós Graduação: Especialização	PSS	noite	17
Luciane Corso	Professora	Curso superior: Letras Português Espanhol formação de professor – Licenciatura Educação Física formação de professor – Licenciatura Pós Graduação: Especialização	QPM	tarde noite	20
Luciane Wynnek dos Santos	Professora	Curso superior: Geografia - Licenciatura Pós Graduação: Especialização	PSS	manhã	02
Marcos Rudek	Professor	Curso superior: Engenharia de Materiais – Bacharelado Pós Graduação: Especialização	PSS	noite	13
Mariana Mendes Mirkoski	Professora	Curso superior: Engenharia Florestal – Bacharelado Pós Graduação: Especialização	QPM	manhã tarde	28
Mariangela Kuller Boiano	Professora	Curso superior: Pedagogia - Licenciatura (A) Ciências Sociais formação de professor - Licenciatura História formação de professor – Licenciatura Pós Graduação: Especialização	PSS	manhã	05
Marilaine Wieszicki	Professora	Curso superior: Medicina Veterinária - Bacharelado Geografia - Licenciatura Pós Graduação: Especialização	PSS	noite	20
Marlon Kelvin Fernandes Laroca	Professor	Curso superior: Arte-Educação - Licenciatura Pós Graduação: Especialização	PSS	manhã tarde	18
Regeane Vaz Guedes	Professora	Curso superior: Educação Física formação de professor – Licenciatura Pós Graduação: Mestrado	QPM	tarde	09
Rodolfo Luis da Silva Schier	Professor	Curso superior: Engenharia Agrônômica – Bacharelado Pós Graduação: ---	PSS	noite	13



CENTRO ESTADUAL FLORESTAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL
PRESIDENTE COSTA E SILVA - CEFEP
Avenida Paraná, nº 1000 - Vila São João - CEP 84507-362 Irati / PR
Fone/Fax: (042) 3423-2511 / Fone: (042) 3423-2381
E-mail: iriflorestalcostaesilva@seed.pr.gov.br



26

Rodrigo Diedrich dos Santos	Professor	Curso superior: Filosofia - Licenciatura Pós Graduação: Especialização	PSS	noite	05
Ronald Pereira Medeiros	Professor	Curso superior: Engenharia Florestal – Bacharelado Pós Graduação: Especialização	QPM	manhã tarde	40
Rosângela Hul	Professora	Curso superior: Química – Licenciatura Pedagogia (em andamento) Pós Graduação: ---	PSS	manhã	02
Rosemeli Fernandes	Professora	Curso superior: Letras Português/Inglês - Licenciatura Pós Graduação: Especialização	QPM	tarde	04
Silvia Voziniak	Professora	Curso superior: Química formação de professor - Licenciatura Física formação de professor - Licenciatura Ciências Naturais formação de professor – Licenciatura Pós Graduação: Especialização	QPM	tarde	21
Thaís Szczepanik	Professora	Curso superior: Agronomia – Bacharelado Pós Graduação: Especialização	PSS	manhã tarde noite	38
Thatiany Karam	Professora	Curso superior: Química formação de professor – Licenciatura Pós Graduação: Especialização	QPM	manhã	02
Vivian Dallagnol de Campos	Professora	Curso superior: Geografia formação de professor – Licenciatura Pós Graduação: Mestrado	QPM	manhã tarde	33
Willian Malinowski de Oliveira	Professor	Curso superior: Agronomia - Bacharelado Pós Graduação: ---	PSS	noite	15

Infraestrutura: ambientes e equipamentos

O Centro Estadual Floresta de Educação Profissional Presidente Costa e Silva conta com espaço físico bastante amplo em uma área total de 175 ha, na qual se encontram os setores administrativos, pedagógicos, áreas de plantio de reflorestamento, matas nativas, área de reserva legal e preservação permanente. As principais edificações são:



Direção – 14,52 m²
Secretaria – 69,24 m²
Banheiro da Secretaria – 3,07 m²
Hall de circulação – 1,86 m²
Sala da UDP- Unidade Didático Produtiva e Financeira – 28,40 m²
Bloco da Biblioteca – 180 m²
Sala de uso múltiplo (antiga biblioteca) – 72,14 m²
Laboratório de Informática I – 126,24 m²
Laboratório de Informática II – Paraná Digital – 43,14 m²
Almoxarifado anexo ao laboratório I – 8,0 m²
Banheiro masculino (administrativo) – 10,64 m²
Banheiro feminino (administrativo) – 10,23 m²
Banheiro externo (alunos) – 8,12 m²
Área coberta de circulação da administração – 60,28 m²
Cozinha – 70,04 m²
Banheiro da Cozinha – 8,32 m²
Refeitório – 78,00 m²
Almoxarifado interno do refeitório – 15,40 m²
Almoxarifado externo do refeitório – 70 m²
Banheiro do refeitório – 9,92 m²
Laboratório de Sementes/Solos e Química – 110 m²
Laboratório de Entomologia/Tecnologia da Madeira e Física – 110 m²
Laboratório de Ciências Ambientais e Biologia – 106 m²
Alojamento masculino – 2 alojamentos – 473,00 m² cada um
Alojamento feminino – 1 alojamento – 540,00 m² em dois pavimentos
Lavanderia – 82,00 m²
Salas de aula – 4 salas de 48,0 m² cada uma
e 6 salas com 49 m² cada uma
Salas da Equipe Pedagógica - 48 m²
Sala dos Professores - 48 m²
Sala da Coordenação de Internato – 24 m²
Museu – 188 m²



Grêmio Estudantil – 88 m²

Cancha de areia – 71,0 m²

Cancha coberta – 864,0 m²

Oficina mecânica – 210 m²

Garagem de tratores – 288 m²

Escritório anexo à garagem – 24,00 m²

Serraria – 700,00 m²

Horta – 9.000 m²

Oficina de motosserras – 450,00 m² de área total, onde funciona:

Marcenaria – 33,64 m²

Almoxarifado – 68,70 m²

Reparos – 48,30 m²

Sala de aula prática – 119,20 m²

Escritório – 26,00 m²

Viveiro – em área total de 5.799 m² possui 73,82 m² de área construída, sendo:

Sala de ferramentas – 16,00m²

Sala de agrotóxicos – 17,95 m²

Sala múltiplo uso – 13,98 m²

Sala de funcionários – 19,89 m²

Banheiros – 6,00 m²

Casa do Funcionários – 5 casas de 40,0 m² cada uma

Museu – 188 m²

Grêmio Estudantil – 88 m²

Aprisco, estrebaria e pocilga – aproximadamente 300 m²



Composição das Instâncias Colegiadas:

Conselho Escolar	
Márcia Leal dos Santos	Representante da equipe pedagógica
Marenthati Kaminski	Representante da equipe pedagógica
Luciane Corso	Representante do corpo docente
Mariana Mendes Mirkoski	Representante do corpo docente
Sandra Mara Gaedicke Schubalski	Representante dos agentes educacionais II
Sirlene Mattoso	Representante dos agentes educacionais II
Marcos Penteado	Representante dos agentes educacionais I
Reinaldo Squiba	Representante dos agentes educacionais I
Graciele Aparecida Camargo	Representante dos pais de alunos ou responsáveis
Silvane da Silva	Representante dos pais de alunos ou responsáveis
Marcos Mendes da Luz	Representante da APAF
Roberto Rossa	Representante da APAF
Maria Hellenice Fernandes	Representante do grêmio estudantil e/ou alunos
Rafael Berechavinski	Representante do grêmio estudantil e/ou alunos
Elisabet dos Santos Fernandes	Representante de movimentos sociais organizados da comunidade
Vera Maria Gabardo	Representante de movimentos sociais organizados da comunidade



Associação de Professores, Alunos e Funcionários	
Mariane Pierin Gemin	Presidente
Igor Felipe Zampier	Vice-presidente
Jose Fernando Costa	1º tesoureiro
Daniela Lucas de Andrade	2º tesoureiro
Lucinéia Graciano	1º secretário
Roberto Rossa	2º secretário
Marcos Mendes da Luz	Conselho fiscal
Vivian Dallagnol de Campos	Conselho fiscal
Eliane Gorski	Conselho fiscal
Rosimari de Paula Moraes	Conselho fiscal
Anderson Luis dos Santos	Conselho fiscal
Josieli Rodovanski	Conselho fiscal

Grêmio Estudantil	
Gustavo Edenilson Cararo	Presidente
Maria Hellenice Fernandes	Vice-presidente
Letícia Alves Fernandes	1º secretario



Rafael Berechavinski	2º secretario
Miguel Viapiana	1º tesoureiro
Kleitiane Aparecida Zielinski	2º tesoureiro
Thiago Alexandre Licovski Padilha	Diretor social
Priscila Alessi	Diretor de assuntos de comunicação e imprensa
Thiago Fracaro	Diretor de esportes e lazer
Caroline Pinheiro	Diretor de assuntos de cultura e diversidade
Gilsinei Romão Junior	Diretor de assuntos de esporte e lazer
Erasmio Ferreira Gomes	Diretor de saúde e meio ambiente
Izabelli Zarpelon	Diretor de relações acadêmicas

Perfil da Comunidade Escolar

O CEFEP apresenta certa especificidade em relação às demais escolas do Núcleo Regional de Educação de Irati, pois, a forma de ingresso aos cursos profissionalizantes pela Instituição oferecidos não enquadram-se por georreferenciamento ou por fluxo, mas sim, pelo processo de seleção para aqueles estudantes que desejam cursar o Ensino Integrado ou Subsequente Profissionalizante.

Nesse sentido, não há locais específicos de alunos que residem ao redor do Colégio, formando uma Comunidade de Pais ou Responsáveis específica da região.

Há estudantes das cidades do meio rural e urbano de Irati, Rebouças, Rio Azul, Mallet, União da Vitória, Prudentópolis, Teixeira Soares, Fernandes Pinheiro, e, de forma



CENTRO ESTADUAL FLORESTAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL
PRESIDENTE COSTA E SILVA - CEFEP
Avenida Paraná, nº 1000 - Vila São João - CEP 84507-362 Irati / PR
Fone/Fax: (042) 3423-2511 / Fone: (042) 3423-2381
E-mail: iriflorestalcostaesilva@seed.pr.gov.br



32

generalizada, maioria dos alunos são oriundos da região centro sul do Paraná e porventura de várias regiões do país que podem ser dos Estados de São Paulo, Mato Grosso, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, entre outros.

O Colégio possui o Regime de Internato, que em seu sistema de alojamento apresenta uma estrutura que possibilita ao aluno interno desfrutar de certos benefícios como dormitórios, alimentação, encaminhamentos em situações referente a saúde ou emergência e, em que uma média de quarenta a cinquenta por cento dos alunos permanecem no Colégio vinte e quatro horas, dessa forma, os pais de grande parte dos estudantes residem em outras localidades, distantes da área física do Colégio.

Visando o bom andamento das atividades escolares o CEFEP mantém um canal aberto de comunicação entre todos os sujeitos da comunidade escolar interna e externa, buscando sempre o estabelecimento de um alto grau de profissionalismo na execução dos trabalhos junto aos discentes, estabelecendo para tal, confiança e cordialidade entre a equipe pedagógica, alunos, professores, funcionários e pais/responsáveis, pois o diálogo e o comprometimento de todos os envolvidos no processo, são essenciais para o bom desenvolvimento do ensino-aprendizagem dos alunos.

Dessa forma, há reunião com os pais no início e decorrer do ano letivo, utilização em grupos/individual do aplicativo Whats app, conversas via telefone e presenciais .

Há sempre um convite estendido aos pais para virem à escola para observação dos diferentes contextos de socialização e pedagógicos de seus filhos, mantendo o aspecto dialógico de forma clara e concisa conforme o andamento do ano letivo.



Indicadores Educacionais

CURSO	1627/632	NEM EPT IF Tec Florestas ET RN/ Tec em Florestas Int ET RN		
Descrição		Números	Percentual	Soma do número de matrícula do curso
Número de alunos aprovados		226	74,34	304
Número de alunos aprovados por Conselho de Classe		19	6,25	
Número de alunos reprovados		4	1,32	
Número de alunos desistentes		4	1,32	
Número de alunos transferidos		44	14,47	
Número de alunos excluídos por erro		7	2,30	

CURSO	3009	Aulas Especializadas De Treinamento Esportivo - AETE		
Descrição		Números	Percentual	Soma do número de matrícula do curso
Número de alunos aprovados		20	57,14	35
Número de alunos desistentes		14	40,00	
Número de alunos excluídos por erro		1	2,86	



CURSO	539	Tec em Seg do Trabalho S ET S		
Descrição		Números	Percentual	Soma do número de matrícula do curso
Número de alunos aprovados		68	54,40	125
Número de alunos reprovados		1	0,80	
Número de alunos desistentes		35	28,00	
Número de alunos excluídos por erro		21	16,80	

CURSO	651	Tec em Agronegócio Sub ET RN		
Descrição		Números	Percentual	Soma do número de matrícula do curso
Número de alunos aprovados		67	57,76	116

Estatística de resultado final - 2022

CURSO	1627/632	NEM EPT IF Tec Florestas ET RN/ Tec em Florestas Int ET RN		
Descrição		Números	Percentual	Soma do número de matrícula do curso
Número de alunos aprovados		226	74,34	304
Número de alunos aprovados por Conselho de Classe		19	6,25	
Número de alunos reprovados		4	1,32	
Número de alunos desistentes		4	1,32	



CENTRO ESTADUAL FLORESTAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL
PRESIDENTE COSTA E SILVA - CEFEP
Avenida Paraná, nº 1000 - Vila São João - CEP 84507-362 Irati / PR
Fone/Fax: (042) 3423-2511 / Fone: (042) 3423-2381
E-mail: iriflorestalcostaesilva@seed.pr.gov.br



35

Número de alunos transferidos	44	14,47	
Número de alunos excluídos por erro	7	2,30	

CURSO	3009	Aulas Especializadas De Treinamento Esportivo - AETE		
Descrição		Números	Percentual	Soma do número de matrícula do curso
Número de alunos aprovados		20	57,14	35
Número de alunos desistentes		14	40,00	
Número de alunos excluídos por erro		1	2,86	

CURSO	631	Tec Em Florestas Subs ET RN		
Descrição		Números	Percentual	Soma do número de matrícula do curso
Número de alunos aprovados		4	66,66	6
Número de alunos aprovados por conselho de classe		2	33,34	

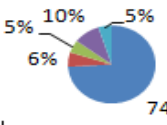
CURSO	539	Tec em Seg do Trabalho S ET S		
Descrição		Números	Percentual	Soma do número de matrícula do curso
Número de alunos aprovados		68	54,40	125
Número de alunos reprovados		1	0,80	
Número de alunos desistentes		35	28,00	



Número de alunos excluídos por erro	21	16,80	
-------------------------------------	----	-------	--

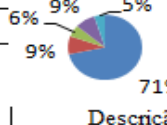
CURSO	651	Tec em Agronegócio Sub ET RN		
Descrição		Números	Percentual	Soma do número de matrícula do curso
Número de alunos aprovados		67	57,76	116
Número de alunos aprovados por conselho de classe		2	1,72	
Número de alunos desistentes		37	31,90	
Número de alunos excluídos por erro		10	8,62	

Acompanhamento do rendimento Escolar



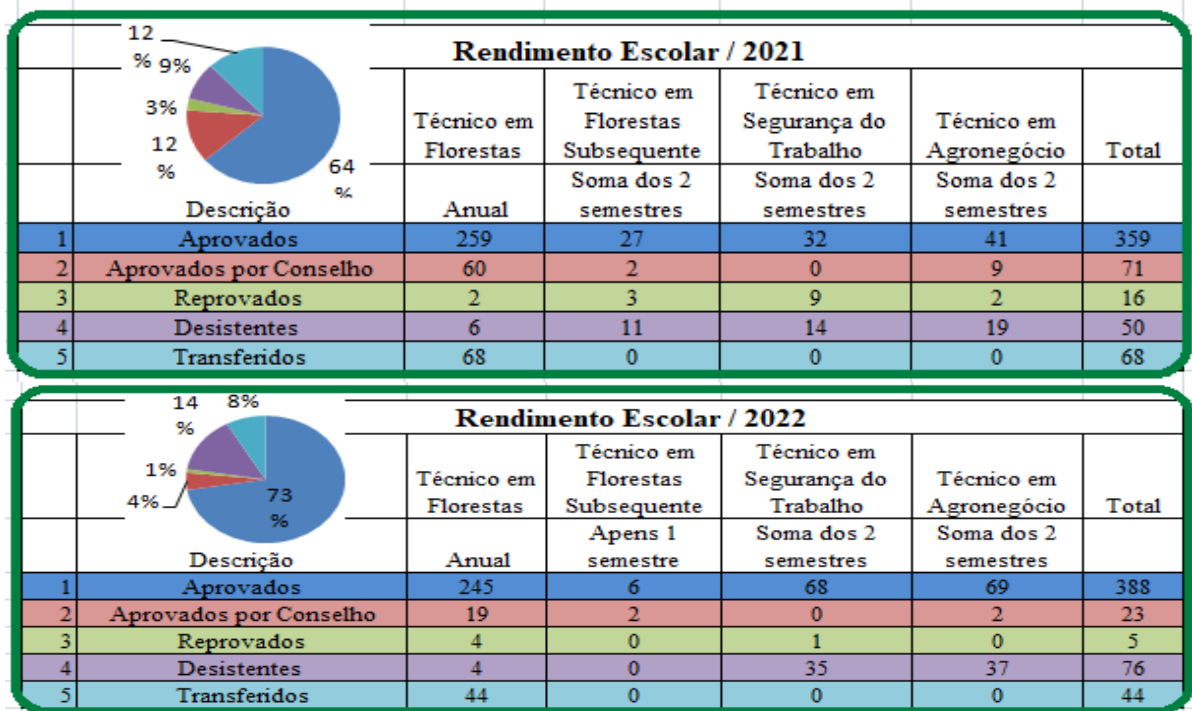
Rendimento Escolar / 2019

Descrição	Téc. Florestal Int		Téc. Florestal Sub.		Téc. Agronegócio Int.		Téc. Agronegócio Sub.		Téc. em Seg. do Trabalho Sub		Total
	Anual	Semestral	Semestral	Semestral	Anual	Semestral	Semestral	Semestral	Semestral		
1 Aprovados	209	48	39		0	49	51	60	63	519	
2 Aprovados por Conselho	38	3	2		0	0	0	0	0	43	
3 Reprovados	10	2	5		0	0	8	1	11	37	
4 Desistentes	1	6	13		0	1	14	25	8	68	
5 Transferidos	34	0	0		0	0	0	0	0	34	



Rendimento Escolar / 2020

Descrição	Téc. Florestal Int		Téc. Florestal Sub.		Téc. Agronegócio Int.		Téc. Agronegócio Sub.		Téc. Em Seg. do Trabalho Sub		Total
	Anual	Semestral	Semestral	Semestral	Anual	Semestral	Semestral	Semestral	Semestral		
1 Aprovados	209	59	22		50	49	30	46	34	499	
2 Aprovados por Conselho	38	4	1		5	0	0	11	2	61	
3 Reprovados	10	3	3		5	0	0	17	2	40	
4 Desistentes	1	12	4		24	1	5	9	6	62	
5 Transferidos	34	0	0		0	0	0	0	0	34	



Fonte: Paraná, Secretaria de Estado da Educação

Indicadores do Índice de Desenvolvimento da Escola Básica - IDEB

INEP Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira																
IDEB - Índice de Desenvolvimento																
IDEB - Resultados e Metas																
3ª série EM	Ideb Observado								Metas Projetadas							
Escola	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
CENTRO EST FL ED PROFIS PR COSTA E SILVA							*	5.2								5.4

(Fonte: IDEB - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira)

IDEB

2019		2021	
IDEB FUNDAMENTAL	IDEB ENS. MÉDIO	IDEB FUNDAMENTAL	IDEB ENS. MÉDIO
-	-	-	5.4

SAEB - NOTA PADRONIZADA - APRENDIZAGEM

2019 - FUNDAMENTAL		2021 - FUNDAMENTAL	
L. PORTUGUESA	MATEMÁTICA	L. PORTUGUESA	MATEMÁTICA
-	-	-	-
2019 - MÉDIO		2021 - MÉDIO	
L. PORTUGUESA	MATEMÁTICA	L. PORTUGUESA	MATEMÁTICA
-	-	5.7	5.56



O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), que possui entre suas funções verificar a qualidade da Educação das Escolas e no ano de 2005, desenvolveu alternativas para obtenção desses dados com a criação do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) que foi projetado para realizar o cálculo de dois indicadores a respeito da qualidade da educação, que são o fluxo e o aprendizado escolar.

Com a percepção e acompanhamento desses indicadores é possível observações em pontos que possuem falhas e que esses possam ser corrigidos ou amenizados, bem como, pontos que podem ser melhorados.

Dessa forma os indicadores projetaram em 2019 a média de 5,4, alcançada em 2021, e as projeções para 2023 são de igualar ou superar essa média.

O Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) é um conjunto de avaliações externas organizadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) do qual utiliza esse sistema para realizar diagnósticos a respeito da Educação Básica e que podem interferir quanto ao desempenho dos estudantes.

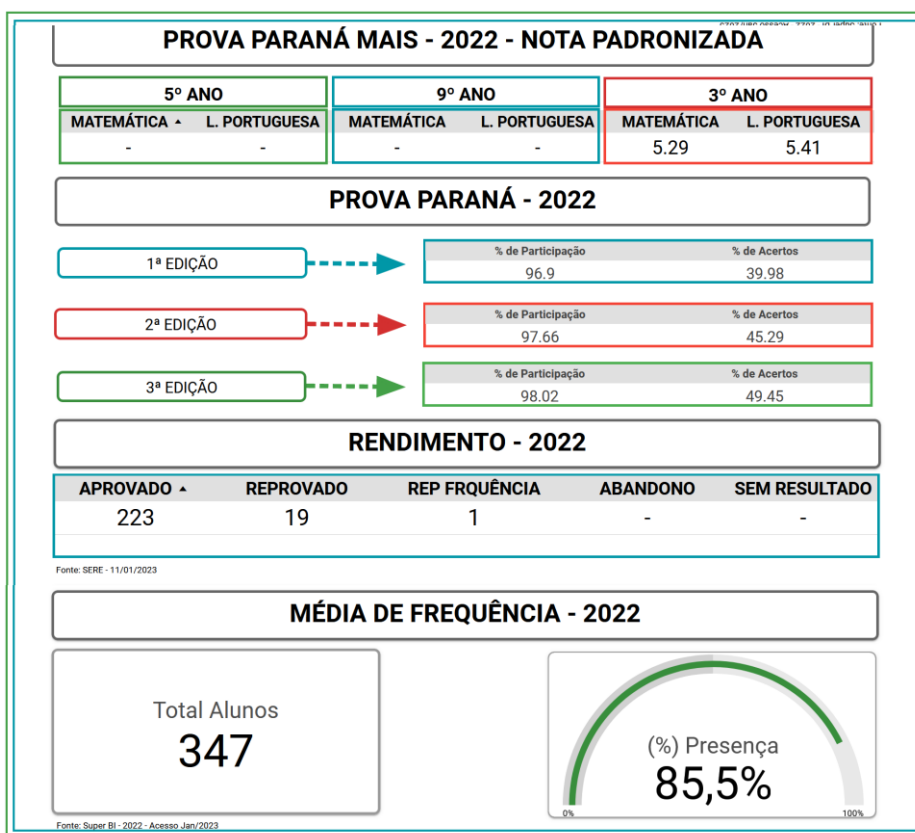
Por isso, é importante as Instituições Educacionais acompanharem o Saeb, pois, ele é capaz de refletir os níveis de aprendizagem dos estudantes a partir de várias informações contextuais.

Os diferentes níveis de proficiência segundo o Saeb, no que se refere ao desempenho, diferenciam-se nos componentes curriculares de Língua Portuguesa e Matemática e destaca-se que quanto maior a pontuação do estudante, maior seu nível.

Indicativos da Secretaria do Estado da Educação e Prova Paraná Mais

A Prova Paraná Mais, antigo SAEP, é uma orientação diagnóstica, que serve como parâmetro mais específico ao Colégio e a Secretaria de Estado de Educação do Paraná na constatação de resultados contínuos que permitem a retomada dos pontos falhos, bem como, a continuidade e aprimoramento dos resultados positivos.

Apresentação do último resultado do Colégio foi:



Organização pedagógica

A organização pedagógica é estruturada pela equipe pedagógica com apoio da equipe diretiva, visando a melhoria do espaço educacional.

No que se refere às matrículas iniciais são utilizados critérios que procuram manter os vínculos dos estudantes em suas turmas de origem, dentro das possibilidades que assegurem ser as melhores condições no que se refere ao processo de ensino e aprendizagem. Há possibilidade de mudança de turma baseada em critérios pedagógicos, respeitando o número de alunos, principalmente nas turmas que ocorre o desdobre, sendo informada na rematrícula.

Os professores escolhem suas turmas conforme a classificação que a Secretaria Estadual de Educação envia, sendo os professores efetivos ou contratados.

Preferencialmente os componentes curriculares profissionalizantes são trabalhados no período da manhã, principalmente pelos fatores climáticos (sol) e os componentes da Fundamentação Geral Básica durante o período da tarde.



A organização dos tempos e espaços e as rotinas escolares

Conforme já definido no Regime Escolar o CEFEP - Presidente Costa e Silva possui três turnos, com horários diferenciados entre os setores e ambientes pedagógicos, administrativos, técnicos e operacionais, em função da necessidade da instituição, inclusive com escalas de trabalho aos finais de semana para algumas funções e durante a noite, sendo que o trabalho educacional contemplando o processo de ensino e aprendizagem ocorrem nos respectivos horários:

- Manhã: das 7h20min às 11h50min;
- Tarde: das 13h30min às 18h00;
- Noite: das 18h40min às 23h00.

Dessa forma, a Instituição dispõe de 176,6 ha para desenvolvimento de atividades teóricas e práticas como viveiro, arboreto, serraria, exploração agropecuária, meio ambiente (talhões de plantio), horta, alojamento, refeitório, alojamentos, lavanderia, ginásio esportivo, campo de futebol e de areia, oficina de motosserras, salas de aula e de multimídias, biblioteca, além de laboratórios específicos como solos, sementes, tecnologia da madeira, entomologia, topografia, marcenaria, física, química e biologia e ciências ambientais.

A rotina de dez horas-aula diárias configura-se entre os aspectos teóricos e práticos dos conteúdos que contemplam a formação geral básica, dos itinerários formativos profissionalizantes do uso de plataformas como redação Paraná, Inglês Paraná, Matemática Paraná e Desafio Paraná (que é, geralmente, realizado nos horários de aula – devido às aulas serem no período integral), fazem parte das atividades do cotidiano educacional.

Há inspetores de alunos que monitoram as diferentes atividades como deslocamento para aulas práticas, intervalos para recreio, horários de entrada, saída e intervalos e, por ser uma área extensa e sucessivos deslocamentos para aulas práticas, há certa dificuldade quanto a esse monitoramento, embora cada professor também acompanhe a sua turma.

O uso de uniforme faz parte de uma das normativas que visam a segurança dos alunos e os sinais sonoros são acionados automaticamente nos períodos de entradas e saídas e nas mudanças entre o período de 50 minutos de uma aula e outra.

O uso do refeitório ocorre pela manhã para o café (alunos internos), às 10 h para o



lanche (internos/externos), às 12h horas para o almoço (internos/externos), às 15h10 para o lanche da tarde (internos e externos), às 18h para a janta (internos), às 20h20 para o lanche dos alunos do subsequente e às 21h ceia (internos).

Há sempre uma procura para melhoria no convívio das diferentes pessoas nos diferentes espaços escolares e a procura do respeito ao outro, dessa forma é importante seguir as normativas contidas nesse documento, bem como as estabelecidas no Regimento Escolar.

Uso de Equipamentos Eletrônicos e Celular

Quanto ao uso de celular e outros equipamentos eletrônicos, serão estabelecidas as normativas da Lei Estadual nº 18.118/2014-PR, de 24 de junho de 2014 (Paraná) Proíbe o uso de aparelhos/equipamentos eletrônicos em salas de aula para fins não pedagógicos no Estado do Paraná. A utilização será permitida desde que para fins pedagógicos, sob orientação e supervisão do profissional de ensino.

Caso os estudantes incidam e sejam recorrentes ao uso, não respeitando a legislação, os aparelhos ficarão em posse da equipe pedagógica e entregues aos pais ou responsáveis.

Frequência escolar e Registro Escolar de Conteúdos

Os professores farão os registros da frequência escolar, registro escolar de conteúdos e avaliações utilizando o Livro Registro de Classe Online (LRCO).

Os estudantes com 7 faltas alternadas ou 5 faltas consecutivas serão acompanhados pela equipe pedagógica e realizada intervenção junto aos pais ou responsáveis, e caso haja necessidade esse serão repassados a Rede de Proteção Social à Criança e ao Adolescente.

A plataforma do B.I. Presente na Escola servirá de apoio a equipe diretiva e pedagógica, quanto a consulta aos índices e auxiliarão nas diferentes estratégias que visam o combate às faltas e de evasão escolar, em que, sendo necessário haverá a busca ativa, organizada pela equipe diretiva, para que o aluno evadido regresse ao ambiente escolar com os devidos acompanhamentos pedagógicos e estudos dirigidos pelos professores.



Atendimento aos estudantes quando há falta de professores

Diversos fatores influenciam de forma não colaborativa quanto ao processo de ensino e aprendizagem, entre elas, o absenteísmo.

Aos professores é solicitado o preparo de atividades e conteúdos para que em sua eventual ausência esses conteúdos sejam aplicados pela equipe pedagógica ou pelo coordenador de curso.

Atendimento aos professores na hora atividade

A efetivação da hora-atividade dos professores concretiza-se em organização e planejamento do trabalho educacional, dessa forma, o atendimento aos professores pela equipe pedagógica deve garantir que esse espaço/tempo seja utilizado em função do processo pedagógico desenvolvido em sala de aula, subsidiando o aprimoramento teórico e metodológico da docência;

Observação de sala de aula

A observação em sala de aula deve ser vista como um momento de oportunizar o processo dialógico entre a equipe gestora, equipe pedagógica e professores, pois, a troca de experiências entre a observação em si e o feedback formativo, podem contribuir de maneira significativa melhorando o espaço da docência. Assim realizar a observação e o respectivo feedback formativo configura-se como uma importante ferramenta no espaço educacional, e assim, dentro das possibilidades, será realizada a observação visando principalmente a metodologia de formação em serviço para refletir sobre o processo de ensino e aprendizagem;

Por possuir a Educação Técnica Profissional os professores supridos como Coordenadores de Cursos, dentre as suas atribuições, devem realizar, dentro de suas possibilidades, a observação de sala de aula com seus respectivos professores que atuam na Educação Técnica Profissional, em que devem ser considerados dois direcionamentos: o trabalho colaborativo e integrado com a equipe pedagógica considerando a formação



integral do estudante e a consideração das especificidades da modalidade no trabalho em parceria com os professores.

Acompanhamento das ferramentas de gestão

As plataformas como o BI Presente na Escola e o super BI 2023 serão instrumento utilizados para apoio e acompanhamento, principalmente da equipe diretiva e pedagógica, possibilitando uma visão sistêmica do processo de Ensino e Aprendizagem, para que haja possibilidade de articulação com os diferentes segmentos e direcionamento de ações que visam sanar dificuldades, bem como, subsidiar a melhoria nesse processo de ensino.

Formação continuada interna dos professores e pedagogos

A formação continuada interna ocorre para todos os profissionais da educação nos dias de Estudo e Planejamento, dos professores durante a hora-atividade, nas reuniões pedagógicas e nos feedbacks formativos. Conforme a disponibilidade dos cursos os profissionais participam das jornadas do Grupo de Estudos: Formadores em Ação e há o incentivo para todos os profissionais participarem dos cursos de formação, sejam docentes ou agentes educacionais.

A formação, além do Grupo de Estudos específico da Educação Técnica Profissional, nas instituições que ofertam a modalidade alguns mecanismos específicos de alinhamento possibilitam a formação continuada em serviço, como as reuniões de fluxo, que permitem momento formativo qualificado em que a equipe diretiva e pedagógica, que se reúnem com a equipe escolar, com a finalidade de garantir uma melhor comunicação e integração entre seus pares e os processos pedagógicos.

Trabalho a partir do acompanhamento pedagógico

O acompanhamento pedagógico é uma necessidade para a realização de reuniões entre a equipe diretiva, pedagógica e coordenadores para definir quais as ações são necessárias nos próximos dias. Assim, as reuniões são realizadas quinzenalmente para repasse e troca de informações quando há algum curso, visita dos representantes técnicos



pedagógicos que atuam no Departamento de Educação Profissional do Núcleo Regional de Educação para, repasse de informações ou reflexão sobre o processo de ensino e aprendizagem.

Nesse sentido, há necessidade da elaboração de uma agenda para acompanhamento por parte da equipe diretiva, para que dentro das possibilidades, os diferentes espaços educacionais sejam atendidos com qualidade e também os programas governamentais sejam priorizados em ações junto aos educandos.

Participação da Família na Escola

O convite da participação da família na escola, bem como da comunidade, ocupa um lugar de destaque nas ações prioritárias da Instituição.

Há algumas formas que o Colégio utiliza para a proximidade e maior contato com as famílias, como reuniões pedagógicas, eventos, cursos, abertura do espaço educacional para visitas, palestras e atividades pedagógicas.

Assim, a presença da família no cotidiano escolar permite uma maior visualização e transparência das atividades pedagógicas que a escola desenvolve educacionalmente, uma vez que há a preocupação por parte da Instituição na excelência dos cursos, bem como os alunos compreendam e valorizem o conhecimento adquirido na sua trajetória educacional.

Engajamento dos Estudantes

O engajamento dos estudantes está vinculado ao processo ao processo educativo tendo em vista, conforme Ausubel, o conhecimento significativo, dessa forma, é importante que os estudantes criem uma cultura escolar em que os próprios alunos possuam o discernimento de eles são os protagonistas de suas vidas, do processo educativo.

Reuniões, palestras, visitas a empresas, propriedades, aulas, também são formas de estimular os alunos sobre a importância da área Florestal/Agronegócio/Segurança e a necessidade da permanência do aluno na escola.

Nesse sentido, fazer da escola um espaço profissional, mas ao mesmo tempo humano, em que ao mesmo tempo do caráter profissional predomine é importante construir um espaço que os estudantes possam identificar-se.



Proposta de intensificação da aprendizagem

O CEFEP, ao longo de sua história, primou pela qualidade de ensino ofertada na instituição, objetivando a aprendizagem significativa e seu objetivo principal que é oferecer à sociedade profissionais capacitados e bem preparados para as demandas do mercado de trabalho, bem como, capazes de seguir na vida acadêmica ingressando na universidade.

Para tanto, são realizados acompanhamentos constantes das aulas preparadas pelos professores da área técnica, com todo o suporte da Coordenação de curso para realização de atividades práticas. Nos componentes curriculares da Base Nacional Comum Curricular, nos últimos anos, tem se intensificado o trabalho com base nos resultados das avaliações externas (Prova Paraná e SAEB). Para tanto é realizado levantamento, através dos descritores de cada disciplina, dos conteúdos menos desenvolvidos pelos alunos e estes são retomados pelos professores.

Além dos trabalhos com os descritores, são realizados projetos especiais de recuperação, como o Se Liga é Hora de Aprender Mais, programa da mantenedora e outros programas de recuperação de estudos disponibilizados durante o período letivo.

O CEFEP ainda conta com projetos próprios de fomento a aprendizagem na área da leitura e da matemática básica e raciocínio lógico, através de parcerias internas e também externas, como a parceria com a Universidade Estadual do Centro Oeste (UNICENTRO), que contribui com a disponibilização de estagiários para a realização de reforço escolar com os alunos.

Em 2023, devido ao fato do programa Aluno Monitor ser permitido no mesmo período de aula, houve a implantação do projeto, que basicamente consiste em mais uma atividade de assistência pedagógica para os alunos com maiores domínio de habilidades, poder com dificuldades de aprendizagem.

A proposta de intensificação da aprendizagem do CEFEP ainda conta com a constante observação da equipe pedagógica com relação a frequência e participação dos estudantes nas atividades didático pedagógicas através da busca ativa e da análise de ferramentas como o BI e o constante contrato e conscientização dos responsáveis com relação a o comprometimento escolar e a importância do papel dos pais/responsáveis na vida escolar dos estudantes.



Equipe Multidisciplinar

A Equipe Multidisciplinar segue a Legislação vigente, tendo duração de dois anos, podendo trocar seus membros após este período. Além da coordenação os demais membros são compostos pela direção, pedagogas, professores e funcionários, que irão orientar e auxiliar o desenvolvimento de ações relativas à educação das Relações Étnico-Raciais e ao Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, ao longo do período letivo, preparando e discutindo conteúdos a serem trabalhados com os alunos, a partir das orientações repassadas pelo Departamento da Diversidade da SEED para a implementação de ações pedagógicas a partir das bases legais que amparam esta demanda socioeducativa. No tangente ao combate à discriminação, será incluído o trabalho relativo à sexualidade.

Entendemos ser a função da Equipe Multidisciplinar no CEFEP, de fundamental importância para o processo de superação das práticas discriminatórias, do racismo e do preconceito racial, além da promoção de ações de valorização cultural das diferentes etnias e raças, através de estudos individuais e coletivos com toda a comunidade escolar, bem como através da organização de eventos para exposição, apresentação, debate e avaliação dos conteúdos trabalhados.

Outra demanda constante da SEED/DEDI- Departamento da Diversidade é o trabalho sobre o reconhecimento, valorização e inclusão dos diferentes sujeitos no contexto escolar, assim sendo, a equipe multidisciplinar orientará todos os educadores (professores e funcionários) porque em seus planejamentos haja a prevalência de ações de combate a qualquer tipo de discriminação, prevalecendo o respeito mútuo entre todos os presentes no ambiente escolar.

Relativo ao trabalho a ser desenvolvido com os alunos, podemos citar que o currículo proposto para o ensino técnico de nível médio é baseado na interdisciplinaridade e no conhecimento pré-adquirido, o que resulta em projetos interdisciplinares com ações pedagógicas práticas individuais e coletivas, onde não se faz distinção entre homem ou mulher, orientação sexual, religião, raça ou cor, sendo todos os alunos incentivados a realizar tais atividades, superando suas dificuldades particulares, independente da descendência, caracterização ou opção individual.



Enfrentamento à Violência e Prevenção às Drogas

É do conhecimento da comunidade escolar e instâncias colegiadas que os fatores determinantes dos diferentes comportamentos agressivos ou violentos são oriundos da desigualdade socioeconômica e cultural, da inversão dos valores, sendo estes a sustentação da sociedade e das suas relações interpessoais.

Havendo a necessidade da interferência do CEFEP, as ações educativas devem ser tratadas com muita habilidade, competência, conhecimento e flexibilidade, pois direta ou indiretamente, a questão da violência no cotidiano escolar tem interferido no processo educativo. Desta forma, os professores e demais educadores trabalham estas questões no seu cotidiano na medida em que surgem os conflitos, desprovidos de preconceitos e discriminações, baseados em fundamentos teóricos e conhecimentos científicos contemplados nas diretrizes curriculares e nos cadernos temáticos. Tais ações serão intensificadas a partir do ano letivo de 2012, com a capacitação de professores especificamente para este assunto, no qual foi gerado um projeto de ação que deverá ser continuado nos próximos anos.

Entendemos também que um dos agravantes destes conflitos é proveniente do uso de drogas que causam transtornos nos relacionamentos familiar, escolar e social. Sendo a escola um espaço de formação do saber e um local de convivência, estes conflitos precisam ser trabalhados de tal forma a não interferirem no processo de ensino e aprendizagem garantindo a defesa e os direitos da criança e do adolescente. Junto a esta demanda também é necessário trabalharmos o contido no ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente no tangente à proteção dos alunos.

Brigada Escolar

O Programa Brigada Escolar foi criado por meio da Lei nº 18.424/2015 e regulamentado pelo Decreto nº 4587/2016, visando promover a conscientização e a capacitação da Comunidade Escolar com vistas ao enfrentamento de situações emergenciais no interior das escolas e eventos danosos, naturais ou causados pela ação humana, visando promover a cultura de prevenção que proporcione o levantamento das necessidades de



**CENTRO ESTADUAL FLORESTAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL
PRESIDENTE COSTA E SILVA - CEFEP**
Avenida Paraná, nº 1000 - Vila São João - CEP 84507-362 Irati / PR
Fone/Fax: (042) 3423-2511 / Fone: (042) 3423-2381
E-mail: iriflorestalcostaesilva@seed.pr.gov.br



48

adequação dos ambientes escolares, nas suas edificações, contra incêndio e pânico, articulando ações entre integrantes da Defesa Civil, do Corpo de Bombeiros e dos Núcleos de Educação.

Este CEFEP, conta com brigadistas capacitados e, seguindo orientações da mantenedora, conforme consta em calendário escolar, são realizados dois simulados (planos de abandono) por ano, um em cada semestre, proporcionando aos estudantes, vivenciarem o enfrentamento de situações emergenciais no interior da escola. Em cumprimento às normas do referido programa o CEFEP estará anualmente certificado com o atestado de conformidade exigido para as Instituições de Ensino.

Comunidade escolar – Instâncias colegiadas articuladas a gestão pedagógica

O Centro Estadual Florestal de Educação Profissional Presidente Costa e Silva trata-se um estabelecimento de Ensino de Educação Básica e Profissionalizante, pertencente à Secretaria de Estado do Paraná e ao departamento de Educação e Trabalho.

A Educação dentro do espaço escolar é um espaço que exige efetivo trabalho cooperativo, principalmente no que se refere a decisões e ao trabalho pedagógico, dessa forma, para propiciar a busca de melhorias quanto a qualidade do processo de ensino e de aprendizagem a gestão escolar possui como princípio uma gestão democrática, para que de forma articulada e integrada haja possibilidade da participação de todos na construção de um espaço colaborativo, assim para esse trabalho, o CEFEP conta com a Instâncias Colegiadas, que são subdivididas:

Conselho de Classe

Objetiva reunir os professores da mesma série ou turma, visando em conjunto chegar a um conhecimento mais sistemático das turmas. Informar os professores sobre medidas possíveis para sanar as dificuldades encontradas em seu desempenho e no desempenho do educando visando melhor contemplar a aprendizagem, atingindo a sua maioria. Compartilhando práticas que foram elencadas como satisfatórias no pré-conselho socializando-as para que outros se utilizem das mesmas estratégias.

O Conselho de Classe não tem o objetivo de apenas confirmar a aprovação ou



reprovação dos alunos, além disso, o Conselho deve buscar a partir das dificuldades emergentes da realidade escolar, as informações para a capacitação dos educadores propondo soluções através da busca de novas estratégias, reformulando objetivos e Planos de Trabalho Docente (PTD). É preciso que fiquem bem claros e definidos os critérios e objetivos de cada conselho, e que, como instrumento de avaliação, cumpra seus propósitos, e os educadores sua responsabilidade. Desta forma, poder-se-á ver o aluno no grupo e de acordo com sua própria medida, considerando sua capacidade pessoal e seu esforço, é preciso pensar a avaliação como um procedimento referente não apenas ao aluno como indivíduo, mas como um ser em crescimento. É preciso levar em conta todo o processo escolar e em particular todos os aspectos do currículo e a atuação do educador.

Neste Estabelecimento de Ensino temos a prática do Pré-conselho e do Pós-conselho, com citado acima. No pré-conselho a Equipe Pedagógica se reúne com os professores na hora atividade para levantar as dificuldades individuais de cada aluno, e as possíveis interferências por parte dos professores e da equipe pedagógica.

O pós-conselho é feito em sala de aula onde são repassadas as informações do coletivo da turma e posteriormente os alunos que apresentam maiores dificuldades são chamados à parte juntamente com seus pais ou responsáveis para estudar novas estratégias de estudos com vistas à superação da defasagem no que compete à família.

Processo da gestão pedagógica, administrativa financeira e democrática

A equipe diretiva organiza a gestão da escola de acordo com o Decreto n.º 7.943/2021, sendo que a gestão democrática é articulada junto ao Conselho Escolar, à Associação de Professores Alunos e Funcionários e ao Grêmio estudantil, buscando constituir espaços coletivos de participação.

A Equipe Gestora é composta por Direção Geral, Direção Pedagógica, Direção Didático Pedagógica e Equipe Pedagógica da instituição de ensino.

A equipe gestora é fundamental para a comunidade escolar, pois é ela quem conduz todos os processos da instituição de ensino, e enquanto gestora das ações democráticas deve oportunizar encaminhamentos para a realização das ações educacionais e cumprir a legislação vigente.



Alguns destaques como utilizar as ferramentas de gestão para apoiar professores na implementação dos planos de aula, observação de sala de aula, acompanhamento da frequência escolar dos estudantes, dos índices de avaliação interna e externa para diagnóstico e definição de ações de superação.

A gestão na escola envolve várias dimensões. Nesse sentido, há necessidade de que, para a gestão ser democrática e participativa é necessário que a comunidade escolar seja convidada, esteja presente e sinta-se reconhecida, acolhida, mediante o contexto no qual a instituição está inserida. O exercício de uma efetiva liderança pode contribuir para a construção de uma cultura escolar baseada no compromisso e engajamento dos que a constituem e, conseqüentemente, como resultado desse processo ocorram avanços educacionais significativos.

Ingresso aos Cursos/Modalidades

Tendo em vista o crescente aumento de florestas e consumo de produtos derivados da madeira, tanto no mercado interno quanto externo, gera uma demanda de mão de obra qualificada e específica para este setor, que a cada ano aumenta a busca por profissionais nesta área. Conforme constatação da demanda de mercado, o Centro Estadual Florestal de Educação Profissional Presidente Costa e Silva sente a necessidade de implementar os Cursos Integrado ao ensino médio, com visitas técnicas à empresas do ramo buscando acompanhar as inovações do setor madeireiro com o objetivo de apresentar a cada ano profissionais que supra as necessidades do mercado. Prova disso, o Curso se mantém em expansão e a cada ano tem aumentado a procura desses profissionais, inclusive de forma expressiva devido às novas reestruturações sociais. Assim, além do Curso de Técnico em Florestas Integrado, a Instituição oferece outros dois cursos subsequentes que são: Técnico em Segurança do Trabalho e Técnico em Agronegócio, com a mesma abrangência.

Esta Instituição tem a preocupação de assegurar a formação progressiva e continuada dos estudantes visando à formação profissional e também o viver cidadão dos futuros profissionais. De igual forma, os profissionais envolvidos no processo formativo recebem capacitação e formação continuada da Mantenedora e de Institutos e Empresas, com as quais o CEFEP mantém convênio. No Estado do Paraná, houve a reestruturação dos cursos, em função de adequação ao Catálogo Nacional de Cursos Técnicos e, a cada



percepção dessa necessidade, findo 5 anos de exercício dos cursos, são feitas as renovações preconizadas pela mantenedora.

O curso Técnico em Florestas Integrado ao ensino médio é ofertado em regime anual, para egressos do ensino fundamental, enquanto os cursos, Técnico em Agronegócio e Técnico em Segurança do Trabalho, são ofertados na modalidade semestral, para egressos do ensino médio. Sendo que para participar do curso Técnico em Segurança do trabalho é necessário ser maior de 18 anos.

A seleção dos candidatos é realizada conforme critérios estabelecidos pela mantenedora.

Integração dos Componentes Curriculares a Matriz da Educação Técnica Profissional

Integração da Formação Geral Básica (FGB), Parte Flexível Obrigatória e dos Itinerários Formativos da Educação Profissional (IFEP) devem seguir a Matriz Curricular vigente que descreve a carga horária para Formação Geral Básica (FGB), a Parte Flexível Obrigatória (PFO) e o Itinerário Formativo (IF) do curso escolhido. Na elaboração da PPC, essa organização deve ser considerada, tendo em vista a necessidade da **integração** dos professores da FGB, PFO e do Itinerário Formativo.

Critérios de Organização de Turmas

A organização das turmas no CEFEP Presidente Costa e Silva segue os seguintes critérios: Inicialmente, face ao número de salas de aula e a demanda já existente e comprovada no período de inscrição e seleção aos cursos (anterior à matrícula e início das aulas), é solicitada ao NRE a abertura de turmas conforme previsão já existente, ou pela sequência a ser dada nas turmas já existentes. Assim, a organização das turmas considerará também o número de alunos retidos por série/semestre, estabelecendo o número determinado de vagas.

O processo de seleção seguindo as normas emanadas pela Secretaria de Estado da Educação, nas quais estão contempladas as questões da inclusão social, renda familiar, rendimento escolar nos componentes curriculares de Matemática e Língua Portuguesa,



entrevista, entre outros. Ao término destas etapas, a matrícula será efetivada e o(a) aluno(a) incluído no SERE – Sistema de Registro Escolar, identificando as turmas por séries ou semestres e letras no caso de haverem mais de uma turma. Ex: 1º A, 1º B, e assim por diante.

Oferta de estágio não obrigatório

O CEFEP prevê a oferta do estágio não obrigatório para alunos regularmente matriculados e com frequência escolar, maiores de 16 anos.

No que se refere a oferta de estágio aos estudantes o CEFEP segue as prerrogativas dispostas na legislação específica para o estágio, por meio das legislações: Lei federal nº 11.788/08, Del nº 02/09 do CEE/PR, e a Instrução Normativa n.º 01/2021, SEED/DPGE/DLE.

Nesse sentido o objetivo é assegurar um ensino técnico de qualidade, através de ações integradas à educação básica de nível médio, promovendo o desenvolvimento do potencial humano, da formação profissional, intelectual e empreendedora exigida pelo mundo do trabalho, capaz de gerar transformações através do exercício consciente e crítico de sua cidadania e de sua profissão.

Outro objetivo é de que o CEFEP seja referência em educação técnica de excelência, fundamentada em princípios éticos, morais, sociais e intelectuais em conformidade com as leis que regem o ensino brasileiro.

Os valores envolvem:

Ética: Prática dos códigos éticos, dos valores sociais e da cidadania.

Respeito: Valorização da individualidade na construção do saber coletivo, de forma que, colaborativamente se busque a solução de problemas presentes no meio sociocultural pertinente à profissão.

Diálogo: Gestão transparente e participativa, baseada na interação constante entre os setores didático-pedagógicos, administrativos, docentes e discentes.

Inovação: Articulação do conhecimento científico acumulado historicamente à tecnologia e ao empreendedorismo, acreditando que toda rotina é passível de mudança para fins de melhoria contínua, otimizando processos e respeitando o meio ambiente.



Oferta de Estágio Obrigatório

O Estágio Profissional Supervisionado é uma atividade curricular, um ato educativo assumido intencionalmente pela Instituição de Ensino que propicia a integração dos estudantes com a realidade do mundo do trabalho. Sendo um recurso pedagógico que permite ao aluno o confronto entre os desafios profissionais e a formação teórico e prática adquiridas nas Instituições de Ensino, oportunizando a formação de profissionais com percepção crítica da realidade e capacidade de análise das relações técnicas de trabalho.

O Estágio é desenvolvido no ambiente de trabalho, cujas atividades a serem executadas devem estar devidamente adequadas às exigências pedagógicas relativas ao desenvolvimento pessoal, profissional e social do educando, prevalecendo sobre o aspecto produtivo.

O Estágio se distingue das demais disciplinas em que a aula prática está presente, por ser o momento de inserção do aluno na realidade do trabalho, para o entendimento do mundo do trabalho, com o objetivo de prepará-lo para a vida profissional; conhecer formas de gestão e organização, bem como articular conteúdo e método de modo que propicie um desenvolvimento omnilateral. Sendo também uma importante estratégia para que os alunos tenham acesso às conquistas científicas e tecnológicas da sociedade.

O Estágio Profissional Supervisionado, de caráter obrigatório, previsto na legislação vigente, atende às exigências do curso, decorrentes da própria natureza do eixo tecnológico Recursos Naturais, do qual faz parte o Curso Técnico em Florestas Integrado. Devendo ser planejado, executado e avaliado de acordo com o perfil profissional exigido para conclusão do curso considerando os dispositivos da legislação específica, quais sejam:

- A Lei nº 9.394/1996, que trata das Diretrizes e Bases da Educação Nacional;
- A Lei Nº 11.788/2008, que dispõe sobre o estágio de estudantes;
- A Lei Nº 8.069/1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, em especial os artigos, 63, 67 e 69 entre outros, que estabelece os princípios de proteção ao educando;
- O Art. 405 do Decreto Lei que aprova a Consolidação das Leis do Trabalho- CLT, que estabelece que as partes envolvidas devem tomar os cuidados necessários para a promoção da saúde e prevenção de doenças e acidentes, considerando principalmente, os riscos



decorrentes de fatos relacionados aos ambientes, condições e formas de organização do trabalho e a;

- Deliberação N° 02/2009 – do Conselho Estadual de Educação.

O Estágio Profissional Supervisionado do curso Técnico em Florestas forma Integrado deverá ser realizado por meio da execução de atividades inerentes aos conteúdos teórico-práticos desenvolvidos pelo aluno.

O Plano de Estágio é o instrumento que norteia e normatiza os Estágios dos Alunos do Curso Técnico em Segurança do Trabalho.

Estágio obrigatório e não obrigatório, incluindo a operacionalização

A Instituição Educacional do CEFEP acredita que os estágios permitem a inserção dos alunos, a princípio no contexto social, de uma forma ampla, e que profissionalmente aprendam e aperfeiçoem seus conhecimentos quanto à teoria e prática ensinada na escola.

O estágio, segundo o CEFEP, oportuniza aos alunos enxergarem de uma forma crítica realidades que, muitas vezes não podem ser vivenciadas no contexto escolar, entretanto, motiva os educando ao exercício do conhecimento, teórico, humano, tecnológico, técnico, entre outros, resultantes do processo de Ensino e Aprendizagem.

Atualmente, aproximadamente cinquenta (50) empresas atuam como parceiras de estágios diferentes cursos: Técnico em Florestas, Técnico em Agronegócios e Técnico em Segurança do Trabalho.

A parceria facilita a operacionalização, conforme a legislação, dos estágios, pois, há maior facilidade na mediação e facilitação por parte da Coordenação de Estágio da Escola e a colocação dos futuros profissionais dentro dos locais de aprendizado nas empresas.

A credibilidade do processo e a capacidade de formação desses profissionais dentro do Espaço de Ensino do CEFEP asseguram aos estagiários uma vaga no local onde estagiaram, logo após a conclusão do curso.

Conforme a instrução normativa, em suas disposições preliminares indica que o Estágio é o ato educativo escolar supervisionado, realizado no ambiente de trabalho, cujas atividades devem estar adequadas às exigências pedagógicas relativas ao desenvolvimento cognitivo, pessoal e social do estudante, de modo a prevalecer sobre o aspecto produtivo.

Dessa forma o estágio poderá ser:



Obrigatório, aquele definido como componente curricular obrigatório, cuja carga horária é requisito para aprovação e obtenção de diploma, previsto na legislação vigente, conforme a natureza do perfil profissional.

Não obrigatório, aquele desenvolvido como atividade opcional, acrescida à carga-horária regular e obrigatória para estudantes com idade mínima de 16 (dezesesseis) anos, conforme o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal.

Poderão ser estagiários os estudantes que frequentam o ensino nas instituições de Educação Profissional Técnica de Nível Médio, de Ensino Médio, inclusive na modalidade de Educação de Jovens e Adultos, de Educação Especial (estudantes matriculados na EJA fase I nas escolas especializadas) e dos Anos Finais do Ensino Fundamental, exclusivamente na modalidade Profissional da Educação de Jovens e Adultos.

Poderão ser concedentes de estágio as pessoas jurídicas de direito privado e os órgãos da administração pública direta, autárquica e fundacional de qualquer dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios e também profissionais liberais de nível superior, devidamente registrados em seus respectivos conselhos de acordo com o disposto no art. 11 da Deliberação nº 02/09 CEE/PR.

A instituição de ensino e a parte concedente de estágio poderão contar com serviços auxiliares de agentes de integração, públicos ou privados, mediante condições acordadas em instrumento jurídico apropriado.

Os agentes de integração são instituições de iniciativa pública ou privada que intermediam o processo de aperfeiçoamento do estágio conforme o disposto no art. 13 da Deliberação nº 02/09 CEE/PR.

O estágio deve estar previsto no Projeto Político-Pedagógico da instituição de ensino e no Plano de Ação (que deve conter o Plano de Estágio Não Obrigatório) e no Plano dos Cursos da Educação Profissional Técnica de Nível Médio (que contêm o Plano de Estágio Obrigatório);

Assim os estágios serão regidos nos termos da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e da Lei Estadual n.º 15.608, de 16 de agosto de 2007, os convênios, obrigatoriamente, deverão ter vigência determinada (sendo o máximo de sessenta meses) e o cumprimento da legislação no desenvolvimento do estágio é de responsabilidade compartilhada entre o Sistema Estadual de Ensino, a parte concedente, o agente integrador, quando houver, o estudante, ou seu assistente ou representante legal e a instituição de



ensino.

Link para acesso ao plano de estágio não obrigatório e obrigatório do curso Técnico em Florestas:

<https://drive.google.com/file/d/1LxKFE0y2F20OUTcYG2RjRUtrUjrEoaS4/view?usp=sharing>

Link para acesso ao plano de estágio não obrigatório e obrigatório do curso Técnico em Segurança do Trabalho:

https://drive.google.com/file/d/1fm4RKsE7vdL_K38K6Pxlqyh2Y0iVkwCJ/view?usp=sharing

Elementos Conceituais

Os elementos conceituais do CEFEP são organizados e possibilitados pela forma da gestão democrática e a efetiva participação das instâncias colegiadas com sua representatividade, em que, de forma articulada são planejadas estratégias que permitam um espaço educacional com qualidade.

Educação Profissional é o modelo de aprendizagem com foco no desenvolvimento de competências e habilidades técnicas para suprir a demanda do mercado de trabalho. São oferecidos cursos para trabalhadores jovens e adultos, independente de escolaridade, com o objetivo de qualificação e requalificação profissional.

Para alunos jovens e adultos que estejam cursando ou tenham concluído o ensino são oferecidos cursos técnicos profissionalizantes. A educação profissional no Brasil é uma das principais apostas para melhoria da competitividade da indústria brasileira. O investimento no ensino profissionalizante vai permitir a retomada do crescimento econômico do país de forma contínua, gerando melhores oportunidades de emprego e renda para jovens e adultos.

De acordo com a Resolução n.º 1 de 5 de janeiro de 2021, CNE/CP, que define as Diretrizes Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica, são os princípios da modalidade:

- articulação com o setor produtivo para a construção coerente de itinerários formativos, com vista ao preparo para o exercício das profissões operacionais, técnicas e tecnológicas, na perspectiva da inserção laboral dos estudantes;



- respeito ao princípio constitucional do pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;
- respeito aos valores estéticos, políticos e éticos da educação nacional, na perspectiva do pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho;
- centralidade do trabalho assumido como princípio educativo e base para a organização curricular, visando à construção de competências profissionais, em seus objetivos, conteúdos e estratégias de ensino e aprendizagem, na perspectiva de sua integração com a ciência, a cultura e a tecnologia;
- estímulo à adoção da pesquisa como princípio pedagógico presente em um processo formativo voltado para um mundo permanentemente em transformação, integrando saberes cognitivos e socioemocionais, tanto para a produção do conhecimento, da cultura e da tecnologia, quanto para o desenvolvimento do trabalho e da intervenção que promova impacto social;
- a tecnologia, enquanto expressão das distintas formas de aplicação das bases científicas, como fio condutor dos saberes essenciais para o desempenho de diferentes funções no setor produtivo;
- indissociabilidade entre educação e prática social, bem como entre saberes e fazeres no processo de ensino e aprendizagem, considerando-se a historicidade do conhecimento, valorizando os sujeitos do processo e as metodologias ativas e inovadoras de aprendizagem centradas nos estudantes;
- interdisciplinaridade assegurada no planejamento curricular e na prática pedagógica, visando à superação da fragmentação de conhecimentos e da segmentação e descontextualização curricular;
- utilização de estratégias educacionais que permitam a contextualização, a flexibilização e a interdisciplinaridade, favoráveis à compreensão de significados, garantindo a indissociabilidade entre a teoria e a prática profissional em todo o processo de ensino e aprendizagem;
- articulação com o desenvolvimento socioeconômico e os arranjos produtivos locais;
- observância às necessidades específicas das pessoas com deficiência, Transtorno do Espectro Autista (TEA) e altas habilidades ou superdotação, gerando oportunidade de participação plena e efetiva em igualdade de condições no processo educacional e na



sociedade, entretanto, por não possuir sala de recursos, e por atividades que requerem cuidados e atenção certas considerações devem ser levadas em conta nesse sentido;

- observância da condição das pessoas em regime de acolhimento ou internação e em regime de privação de liberdade, de maneira que possam ter acesso às ofertas educacionais, para o desenvolvimento de competências profissionais para o trabalho, nesse sentido há necessidade também de seguir o regulamento do internato e de certas especificidades da Instituição;

- XIII - reconhecimento das identidades de gênero e étnico-raciais, assim como dos povos indígenas, quilombolas, populações do campo, imigrantes e itinerantes;

- XIV - reconhecimento das diferentes formas de produção, dos processos de trabalho e das culturas a elas subjacentes, requerendo formas de ação diferenciadas;

- autonomia e flexibilidade na construção de itinerários formativos profissionais diversificados e atualizados, segundo interesses dos sujeitos, a relevância para o contexto local e as possibilidades de oferta das instituições e redes que oferecem Educação Profissional em consonância com seus respectivos projetos pedagógicos;

- identidade dos perfis profissionais de conclusão de curso, que contemplem as competências profissionais requeridas pela natureza do trabalho, pelo desenvolvimento tecnológico e pelas demandas sociais, econômicas e ambientais;

- autonomia da instituição educacional na concepção, elaboração, execução, avaliação e revisão do seu Projeto Político Pedagógico (PPP), construído como instrumento de referência de trabalho da comunidade escolar, respeitadas a legislação e as normas educacionais, estas Diretrizes Curriculares Nacionais e as Diretrizes complementares de cada sistema de ensino;

- fortalecimento das estratégias de colaboração entre os ofertantes de Educação Profissional e Tecnológica, visando ao maior alcance e à efetividade dos processos de ensino-aprendizagem, contribuindo para a empregabilidade dos egressos; e

- promoção da inovação em todas as suas vertentes, especialmente a tecnológica, a social e a de processos, de maneira incremental e operativa.

Concepção humana de Sujeito



A concepção de sujeito segue as tendências sociais e por isso muda constantemente. Atualmente se fala de sujeito autônomo que conhece e sabe seus direitos e deveres, para conseguir governar-se a si mesmo. “Dar ao homem comum uma nova concepção do seu valor, sua dignidade e seu poder para salvar-se a si mesmo”. (Skinner, 1959, p. 8). Entretanto, o papel exacerbado do indivíduo como iniciador da ação é, em si mesmo, um produto histórico que hoje tem importantes implicações. Ao analisar-se o comportamento humano, verifica-se que se deve valorizar o sujeito, ensinando-lhe a romper barreiras, a fim de relacionar-se com o meio físico e social. Nesse sentido, a educação deverá proporcionar situações que leve o aluno a refletir, questionar e conflitar, para que realmente se efetive o processo de ensino- aprendizagem.

A constituição dos alunos enquanto sujeitos da história e participantes da sociedade se faz num processo de amadurecimento em que, o educador, mais consciente, fará a orientação reflexiva nesses momentos, tudo ocorrendo em momentos de discussão coletiva, no qual cada pessoa possui o seu papel e a sua responsabilidade, já que: “Numa democracia autêntica, (...) os indivíduos não se reduzem a objetos para o poder constituído, mas são co-responsáveis e co- participantes desse poder, em forma de co-gestão” (Mizukami, 1986, p.90). As relações de poder devem ser atenuadas, buscando o respeito, a autonomia dos indivíduos e priorizar a formação de seres humanos críticos.

Sociedade e Conhecimento

Deseja-se formar uma sociedade democrática que visa à construção de um projeto aberto à participação de todos os trabalhadores. Esta representa uma dimensão fundamental na ação política, uma vez que, só por meio da consciência o homem pode aprimorar-se nas funções da sociedade e ter condições de realizá-las.

Para tanto deve lutar contra as pressões externas que condicionam o seu comportamento e neutralizam as suas aspirações, buscando uma sociedade justa e igualitária. Para Gramsci, “as concepções que sustentam a iniciativa e o desenvolvimento da subjetividade são próprias de um protagonista da história [...]” Então, pensar em sociedade onde dirigentes tentam impor regras, é não pensar na emancipação dos trabalhadores, é continuar a ser uma sociedade hierarquizada e que prioriza a classe dominante.



Não há como separar a relação entre conhecimento e sociedade, pois, nesse sentido a relação torna-se intrínseca.

O contexto atual, marcado pelo início do século XXI, ocorre o ágil desenvolvimento na veiculação e difusão do conhecimento, que por sua vez está atrelado aos avanços da tecnologia e da ciência. O ritmo das comunicações e da proliferação da informação confere à sociedade características que permitem o uso de expressões como: “sociedade do conhecimento”; “sociedade da aprendizagem”; “sociedade da informação”.

Apesar disso, é necessário considerar que uma sociedade do conhecimento em seu sentido pleno não se faz possível quando se considera que os meios de acesso ao desenvolvimento de habilidades que possibilitam a transformação da informação em conhecimento e aos recursos necessários para tal, não estão disponíveis para todos os cidadãos.

Trabalho, Ciência e Tecnologia

A escola é considerada como espaço privilegiado para a democratização do conhecimento, considerando-se a aprendizagem como sinônimo da apreensão de saberes, conceitos, práticas e atitudes desenvolvidas pela instituição escolar por meio de práticas previamente planejadas e sistematizadas. Admite-se, como marca de nosso tempo, a fluidez e transitoriedade da informação, o que gera uma nova relação com o conhecimento. Esta alteração atinge o professor que não detém a primazia do saber e da verdade absoluta. Os estudantes devem ser formados a buscarem informações de qualidade, produzirem conhecimento, atribuindo sentido às suas aprendizagens à luz dos diferentes contextos que os atingem.

Nesse sentido, há uma forte relação de interdependência entre tecnologia, ciência e trabalho, considerando-se as relações estabelecidas em sociedade. O conhecimento científico, um dos frutos do trabalho humano, impulsiona o desenvolvimento da tecnologia e amplia as capacidades do ser humano. As tecnologias digitais de informação e comunicação exercem impacto em diferentes setores, do quais se destacam neste momento o da educação e do trabalho. Para a educação são veiculadas oportunidades de formação, direcionadas também à novas funções. Múltiplas possibilidades para veiculação da informação e produção do conhecimento. Disseminação e diferentes recursos tecnológicos para apoiar



novas metodologias. Como contraponto, nesse cenário de possibilidades verifica-se a ausência de formação para o preenchimento de vagas de trabalho; desigualdade ou mesmo ausência do acesso à informação e formação de qualidade por parte da sociedade.

Dificuldade no processo de seleção e análise das informações veiculadas na rede (Internet, redes sociais), ou seja, em meio a uma infinidade de informações verificam-se desafios na identificação da qualidade do conteúdo que possa gerar conhecimento, na diferenciação entre fato e opinião. No âmbito do trabalho novas exigências se impõem ao trabalhador, a oferta de emprego muda rapidamente e devido a múltiplos fatores, entre eles, a desigualdade social, o acesso às novas vagas em funções atuais, não é atingido por parte da população, o que gera aumento do desemprego e exclusão. Por outro lado, a tecnologias digitais ampliam as possibilidades de atuação, como as relacionadas a tempo e espaço, como o trabalho remoto, a agilização de processos de trabalho em diferentes segmentos.

Competências e Habilidades da Educação Profissional

Educação Profissional é o modelo de aprendizagem com foco no desenvolvimento de competências e habilidades técnicas para suprir a demanda do mercado de trabalho. São oferecidos cursos para trabalhadores jovens e adultos, independente de escolaridade, com o objetivo de qualificação e requalificação profissional.

Para alunos jovens e adultos que estejam cursando ou tenham concluído o ensino são oferecidos cursos técnicos profissionalizantes. A educação profissional no Brasil é uma das principais apostas para melhoria da competitividade da indústria brasileira. O investimento no ensino profissionalizante vai permitir a retomada do crescimento econômico do país de forma contínua, gerando melhores oportunidades de emprego e renda para jovens e adultos.

De acordo com a Resolução n.º 1 de 5 de janeiro de 2021, CNE/CP, que define as Diretrizes Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica, são os princípios da modalidade:

- articulação com o setor produtivo para a construção coerente de itinerários formativos, com vista ao preparo para o exercício das profissões operacionais, técnicas e tecnológicas, na perspectiva da inserção laboral dos estudantes;
- respeito ao princípio constitucional do pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;



- respeito aos valores estéticos, políticos e éticos da educação nacional, na perspectiva do pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho;
- centralidade do trabalho assumido como princípio educativo e base para a organização curricular, visando à construção de competências profissionais, em seus objetivos, conteúdos e estratégias de ensino e aprendizagem, na perspectiva de sua integração com a ciência, a cultura e a tecnologia;
- estímulo à adoção da pesquisa como princípio pedagógico presente em um processo formativo voltado para um mundo permanentemente em transformação, integrando saberes cognitivos e socioemocionais, tanto para a produção do conhecimento, da cultura e da tecnologia, quanto para o desenvolvimento do trabalho e da intervenção que promova impacto social;
- a tecnologia, enquanto expressão das distintas formas de aplicação das bases científicas, como fio condutor dos saberes essenciais para o desempenho de diferentes funções no setor produtivo;
- indissociabilidade entre educação e prática social, bem como entre saberes e fazeres no processo de ensino e aprendizagem, considerando-se a historicidade do conhecimento, valorizando os sujeitos do processo e as metodologias ativas e inovadoras de aprendizagem centradas nos estudantes;
- interdisciplinaridade assegurada no planejamento curricular e na prática pedagógica, visando à superação da fragmentação de conhecimentos e da segmentação e descontextualização curricular;
- utilização de estratégias educacionais que permitam a contextualização, a flexibilização e a interdisciplinaridade, favoráveis à compreensão de significados, garantindo a indissociabilidade entre a teoria e a prática profissional em todo o processo de ensino e aprendizagem;
- articulação com o desenvolvimento socioeconômico e os arranjos produtivos locais;
- observância às necessidades específicas das pessoas com deficiência, Transtorno do Espectro Autista (TEA) e altas habilidades ou superdotação, gerando oportunidade de participação plena e efetiva em igualdade de condições no processo educacional e na sociedade, e que, poderá haver certas limitações devido a falta de atendimento específico e limitações inerentes a atuações específicas, como a exemplo o uso de certos equipamentos;



- observância da condição das pessoas em regime de acolhimento ou internação e em regime de privação de liberdade, de maneira que possam ter acesso às ofertas educacionais, para o desenvolvimento de competências profissionais para o trabalho, uma observação importante para esse acolhimento e que deve ser levado em consideração é de que essas pessoas, apresentem por escrito uma recomendação que não comprometam o aspecto da segurança das demais pessoas;
- reconhecimento das identidades de gênero e étnico-raciais, assim como dos povos indígenas, quilombolas, populações do campo, imigrantes e itinerantes;
- reconhecimento das diferentes formas de produção, dos processos de trabalho e das culturas a elas subjacentes, requerendo formas de ação diferenciadas;
- autonomia e flexibilidade na construção de itinerários formativos profissionais diversificados e atualizados, segundo interesses dos sujeitos, a relevância para o contexto local e as possibilidades de oferta das instituições e redes que oferecem Educação Profissional e Tecnológica, em consonância com seus respectivos projetos pedagógicos;
- identidade dos perfis profissionais de conclusão de curso, que contemplem as competências profissionais requeridas pela natureza do trabalho, pelo desenvolvimento tecnológico e pelas demandas sociais, econômicas e ambientais;
- autonomia da instituição educacional na concepção, elaboração, execução, avaliação e revisão do seu Projeto Político Pedagógico (PPP), construído como instrumento de referência de trabalho da comunidade escolar, respeitadas a legislação e as normas educacionais, estas Diretrizes Curriculares Nacionais e as Diretrizes complementares de cada sistema de ensino;
- fortalecimento das estratégias de colaboração entre os ofertantes de Educação Profissional e Tecnológica, visando ao maior alcance e à efetividade dos processos de ensino-aprendizagem, contribuindo para a empregabilidade dos egressos; e
- promoção da inovação em todas as suas vertentes, especialmente a tecnológica, a social e a de processos, de maneira incremental e operativa.

Cidadania e Desenvolvimento Humano

A educação deve compreender a vivência dos alunos numa perspectiva crítica da realidade, visando à formação para a democracia, a qual está assentada nos princípios de



liberdade e igualdade de condições. Para que isso ocorra, a educação necessita ser um processo de reflexão sobre o homem e sobre suas condições de vida. O homem se torna então, o sujeito da educação, pois é sujeito da história, no entanto, segundo Mizukami (1996), se não tiver condições de tomar consciência da realidade, não será capaz de transformá-la, pois a educação só se dá de forma processual em um contexto que deve ser considerado. A educação que se quer priorizar deve ser garantida a todos, inclusiva, com qualidade voltada aos valores humanos e éticos. Então, nesse viés a pedagogia progressista embasaria de forma adequada uma proposta de projeto que vise a superação de uma educação bancária, a qual considerava o educando como um recipiente de informações, pois: “O paradigma progressista alicerça uma educação que leva em consideração o indivíduo como um ser que constrói sua própria história. O desenvolvimento intelectual se apresenta por meio de compartilhamento de ideias, informações, responsabilidades, decisões e cooperações entre os indivíduos” (Behrens, 1999, p.78).

Nas relações com os outros homens e com a natureza, o homem cria a cultura, a qual é resultado de toda e qualquer atividade humana. A cultura também é resultado dos desafios que o homem vai respondendo ao longo do tempo, por isso é sujeito ativo, participante, o que será de maior efeito dependendo da sua consciência, assim se objetiva que a educação seja voltada ao conhecimento de forma holística.

Se os homens não observam a realidade de forma mais profunda, o mito criado por uma elite opressora permanece, mantendo-se a realidade da estrutura dominante. O que se objetiva é a humanização do homem, através de um processo de conscientização da realidade.

Acredita-se em uma educação de qualidade que venha contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e garantir o acesso e a permanência dos alunos na escola. Propõe uma ação pedagógica voltada para o ensino e aprendizagem dos educandos, respeitando e valorizando suas diversidades. Para cumprir seu papel a escola precisa realizar um trabalho coletivo, refletindo constantemente a respeito do que está sendo efetivado, proposto e implementado no processo de ensino aprendizagem, tornando os alunos capazes de exercerem sua condição de cidadãos, num país marcado por profundas desigualdades sociais.

Nessa perspectiva, a função principal do CEFEP é o trabalho com o conhecimento que propicie aos alunos oportunidades de aprendizagem para que adquiram a compreensão



de seu mundo e de seu tempo. O Colégio possibilita a formação do cidadão participativo, responsável, crítico e criativo, oferecendo um conhecimento amplo, elaborado na ação humana e coletiva.

Concepções de Estágio

Nesse sentido, destaca-se a importância do estágio, pois sabe-se que o início da vida profissional é um momento muito importante, pois é onde se torna possível validar a escolha profissional do futuro de cada pessoa e a carreira pela qual ela passar alguns bons e longos anos realizando. Essa é uma das razões pelas quais o estágio é uma etapa importante no processo de desenvolvimento e aprendizagem do estudante, pois promove oportunidades de vivenciar na prática conteúdos acadêmicos, propiciando desta forma, a aquisição de conhecimentos e atitudes relacionadas com a profissão escolhida pelo estagiário.

A realização do estágio alia conhecimento acadêmico com a experiência vivencial do ambiente de trabalho, porque elucida e complementa na prática os temas abordados nas aulas pelo professor. Assim, o estudante pode reter melhor o conhecimento sobre a profissão escolhida, através da experiência galgada durante o programa de estágio.

O principal objetivo do estágio é proporcionar aos estudantes os instrumentos de preparação para a introdução e inserção no mundo do trabalho, mediante ambiente de aprendizagem adequado e acompanhamento pedagógico supervisionado pelo professor em sala de aula.

Programas de Aprendizagem e Empregabilidade

A aprendizagem é estabelecida pela Lei nº 10.097/2000, regulamentada pelo Decreto nº 9.579/2018. Estabelece que todas as empresas de médio e grande porte estão obrigadas a contratarem adolescentes e jovens entre 14 e 24 anos.

Trata-se de um contrato especial de trabalho por tempo determinado, de no máximo dois anos. Os jovens beneficiários são contratados por empresas como aprendizes de ofício previsto na Classificação Brasileira de Ocupações - CBO, do Ministério de Trabalho e Emprego (MTE), ao mesmo tempo em que são matriculados em cursos de aprendizagem, instituições qualificadoras reconhecidas, responsáveis pela certificação.



A carga horária estabelecida no contrato deverá somar o tempo necessário à vivência das práticas do trabalho na empresa e ao aprendizado de conteúdos teóricos ministrados na instituição de aprendizagem.

De acordo com a legislação vigente, a cota de aprendizes está fixada entre 5% no mínimo e 15% no máximo, por estabelecimento, calculada sobre o total de empregados cujas funções demandem formação profissional, cabendo ao empregador, dentro dos limites fixados, contratar o número de aprendizes que melhor atender às suas necessidades. Atualmente a formatação dos programas de aprendizagem estão pautadas na Portaria MTE nº 671/2021.

Links para consulta específicos do Ensino Profissionalizante:

Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT)

Site de acesso: <http://cnct.mec.gov.br/>;

Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)

Site de acesso: <https://cbo.mte.gov.br/cbsite/pages/home.jsf>

Educação Profissional e Tecnológica (EPT)

Site de Acesso:

<http://portal.mec.gov.br/educacao-profissional-e-tecnologica-ept>

Resolução n.º 1 de 5 de janeiro de 2021, CNE/CP, que define as Diretrizes Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica

Site de Acesso:

<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-cne/cp-n-1-de-5-de-janeiro-de-2021-297767578>

Educação; Ensino e Aprendizagem

A escola é considerada por todos como um espaço e lugar privilegiado de ensino aprendizagem. Com efeito, a escola tem um papel importante na evolução do processo de aprendizagem de cada cidadão que consegue passar por uma instituição educativa, cuja função é orientar e preparar socialmente.

A escola contemporânea tem passado por expressivas transformações de caráter social, político e econômico. Essas transformações originam-se nos pressupostos que vêm



sendo direcionados aos modos de vida e estes modos de vida que estão sendo vivenciados pela escola são dinâmicos, de diversos matizes, que se multiplicam a cada dia.

A educação deve estar voltada para a formação integral do estudante, o que pressupõe o desenvolvimento de habilidades cognitivas, sociais e socioemocionais, incluindo fortemente a emancipação que pressupõe o desenvolvimento da autonomia nas relações de ensino e aprendizagem a fim de propiciar o enfrentamento e busca de soluções para desafios e problemas reais em diferentes contextos. O conceito de autonomia não está amparado na ideia de uma construção pessoal, como um objetivo a ser atingido, atendendo a demanda de um contexto no qual o indivíduo busca desenvolver uma marca, numa perspectiva mercadológica. A autonomia é tida no campo da pesquisa como base da prática pedagógica, considerando que os estudantes são seres ativos, que em seu processo de desenvolvimento atribuem sentido à sua história. A formação a serviço da emancipação intelectual do sujeito valoriza a apreensão do conhecimento, o processo do “conhecer”, do “aprender a saber”, superando uma atividade de simples memorização. Nessa perspectiva o estudante assume papel ativo porque reflete, se engaja, age de forma a mobilizar esforços para apropriar-se de um conjunto de saberes essenciais para a compreensão crítica da realidade, nesse sentido, a aprendizagem significativa, em conformidade com David Ausubel é a referência na construção dessa proposta enquanto processo educacional.

O conhecimento prévio do estudante é a base para que os saberes possam se ancorar de forma significativa, ou seja, com sentido para o estudante. Os elementos expostos convergem para uma organização didático-pedagógica que traga centralidade ao estudante no desenvolvimento da aprendizagem. No âmbito das metodologias participativas, a cooperação pode ser um passo inicial para que se atinja a colaboração. Os princípios da aprendizagem colaborativa por meio da partilha entre pares, sem hierarquia determinada, favorecem o desenvolvimento da autonomia e da capacidade de autorregulação por parte dos estudantes. O professor deixa de exercer um papel de controle, impulsionando os integrantes da turma a tomarem decisões e atuarem com corresponsabilidade.

Alfabetização e Letramento

A alfabetização e seus desdobramentos é tema de discussões no âmbito educacional de nosso país, dada à associação feita com os índices de analfabetismo e de expressivas



dificuldades em leitura e escrita identificadas na Educação Básica. Sabe-se que atuar em sociedade de maneira cidadã pressupõe a garantia do domínio da linguagem materna. A superação do ato de ler simplesmente, de decodificar é uma ação na qual os profissionais da educação devem estar imbuídos e nem somente aqui incluídos os professores alfabetizadores. A apreensão da leitura e escrita mobiliza a capacidade de compreensão, interpretação e produção do conhecimento. Ao se tratar do tema alfabetização, portanto, o termo letramento deve acompanhá-lo porque tendo a linguagem uma função social, o indivíduo letrado é capaz de fazer uso da língua em diferentes contextos e situações, compreendendo a alfabetização e letramento como um processo que acompanha todo o processo de desenvolvimento. A adoção desta perspectiva por parte de gestores e professores possibilita mudanças qualitativas no encaminhamento do processo de alfabetização e letramento dos estudantes, visando superar possíveis lacunas ao longo da escolarização.

Currículo

No Estado do Paraná, a oferta do ensino fundamental, nas redes públicas, é organizada em regime de colaboração entre estado e municípios, na qual os anos iniciais estão municipalizados em 99,49% e 98% dos anos finais estão sob a responsabilidade do estado (BRASIL/INEP, 2017). Há o cuidado de promover a transição entre as etapas do fundamental, anos iniciais para o fundamental, anos finais e deste último com a 1ª série do ensino médio de forma acolhedora e formativa, no sentido de que o estudante perceba que há uma continuidade nos estudos e que suas aprendizagens anteriores são relevantes para a continuidade em um novo segmento. Diante da oferta da rede estadual, os referenciais curriculares que atendem aos segmentos da Educação Básica e que são a base para a construção das Propostas Pedagógicas Curriculares das escolas são: O CREP, Currículo da Rede Estadual Paranaense (anos finais) que complementa o já aprovado Referencial Curricular do Paraná: princípios, direitos e orientações. O Referencial Curricular para o Ensino Médio do Paraná, O Currículo da Formação Geral Básica do Ensino Médio e os Cadernos dos Itinerários Formativos organizados para as diferentes organizações escolares e todas as modalidades atendidas. Há o chamado Currículo Priorizado, elaborado para priorizar elementos curriculares, entre eles, determinados conteúdos, diante do contexto da



pandemia. Os documentos encontram-se disponíveis por Componentes Curriculares para consulta nas páginas do site Dia a dia Educação, da Secretaria do Estado do Paraná.

A escola com base nos registros de aprendizagem dos estudantes realiza ações que remetem à flexibilização curricular, buscando em um processo de nivelamento, promover a aprendizagem qualificada de todos os estudantes; A Base Nacional Comum Curricular - BNCC para o ensino fundamental e médio apresenta os saberes essenciais que representam direitos de aprendizagem dos estudantes. Com a sua publicação, a normativa para a elaboração curricular define o desenvolvimento de competências e habilidades, apresentadas por áreas de conhecimento, numa perspectiva de formação integral. O termo competência é definido pela BNCC como a “mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho” (BRASIL, 2018). A BNCC inaugura um período em que se pretende uma ruptura com o currículo disciplinar até então vigente nas escolas do Paraná. A integração curricular foi trazida como estratégia de organização do currículo em áreas do conhecimento, a fim de dialogar com todos os elementos previstos na proposta pedagógica na perspectiva não linear da formação integral do estudante, contemplando seu projeto de vida e sua formação nos aspectos físicos, cognitivos e socioemocionais. Nesta perspectiva, no estado do Paraná a elaboração do planejamento tem como ponto de partida os objetivos de aprendizagem, que regulam a prática docente na escolha das melhores estratégias para atingir o desenvolvimento das habilidades e conseqüentemente das competências gerais e específicas. É fato que discursos atuais e pesquisas demonstram perspectivas diferenciadas na produção do conhecimento, apontando para práticas colaborativas, conhecimento em rede, integração disciplinar, inter e transdisciplinaridade, veiculando-se a ideia de conexão, interdependência entre os seres vivos, do respeito à Terra, à vida. Percebe-se que esta discussão chegou aos documentos curriculares com forte apelo à integração dos saberes, à contextualização, validando a inter-relação entre os componentes curriculares

Educação inclusiva

No que se refere a educação inclusiva temos que pensar da igualdade no direito à educação, e deve-se assumir que nenhum estudante pode estar à margem, excluído do



processo de aprendizagem. O princípio da equidade pode ser buscado no sentido de que aqueles com necessidades especiais tenham o que precisam para se desenvolverem como os demais. Isso pressupõe a existência dos recursos necessários, de formação continuada aos professores, de uma organização escolar que atenda a diferentes especificidades. Nesse sentido, salienta-se que a inclusão escolar, além de atender a uma determinação legal, trata do reconhecimento das diferenças entre as pessoas, as quais aprendem, interagem e se comunicam de maneiras diferentes, entretanto, devido algumas especificações do Ensino profissionalizante, por ser de forma integrada, não dispõe de salas de recursos e devido a certas limitações, porventura, podem resultar em algumas implicações a alguns estudantes, dependendo de suas limitações. Apesar deste reconhecimento a inclusão não deixa de ser até os dias de hoje um desafio para as escolas e suas equipes. No Estado do Paraná, o Departamento de Educação Especial é o órgão responsável pela orientação da política de atendimento às pessoas com necessidades educacionais especiais, em cumprimento aos dispositivos legais e filosóficos estabelecidos na esfera federal e em consonância com os princípios norteadores da Secretaria de Estado da Educação – SEED. Acredita-se que as instituições escolares e os profissionais da educação podem contribuir amplamente divulgando as práticas que se mostraram efetivas no processo de adaptação curricular.

Processos de Classificação e Reclassificação e Aproveitamento de Estudos

Por tratar-se de curso Profissionalizante o CEFEP, pelas especificidades de cada curso e matérias distintas não há formas de promover os processos de Classificação e Reclassificação, entretanto, segundo a deliberação nº 05/2013, de 10/12/2013, prevê o aproveitamento de estudos da seguinte forma:

Art. 52. A instituição de ensino poderá aproveitar estudos, mediante avaliação de competências, conhecimentos e experiências anteriores, desde que diretamente relacionados com o perfil profissional de conclusão do respectivo Curso Técnico de Nível Médio e tenham sido adquiridos:

I – no Ensino Médio;

II – em habilitações profissionais e etapas ou módulos de nível técnico regularmente concluído nos últimos cinco anos em outros cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio;



III – em cursos destinados à formação inicial e continuada ou qualificação profissional de, no mínimo, 160 horas de duração, mediante avaliação específica;

IV – em outros cursos de Educação Profissional e Tecnológica, inclusive no trabalho, por outros meios informais ou até mesmo em cursos superiores de graduação, mediante avaliação do estudante;

V – por reconhecimento, em processos formais de certificação profissional, realizado em instituição devidamente credenciada pelo órgão normativo do respectivo sistema de ensino ou no âmbito de sistemas nacionais de certificação profissional.

VI – em outros países.

Parágrafo único. A avaliação, para fins de aproveitamento de estudos, será realizada conforme os critérios estabelecidos no Projeto Político Pedagógico, no Plano de Curso e no Regimento Escolar.

Nesse sentido, para o atendimento aos estudantes que solicitem a matrícula de ingresso, por transferência e em regime de progressão parcial; o aproveitamento de estudos; a classificação e a reclassificação; as adaptações; a revalidação e equivalência de estudos feitos no exterior e a regularização da vida escolar deve ser levada em conta a legislação vigente, expedida pelo Conselho Estadual de Educação do Paraná.

Atendimento educacional especializado para estudantes

O CEFEP, em consonância com a legislação vigente propõe um processo de inclusão responsável, com práticas pedagógicas que visam o melhor atendimento dos alunos com necessidades educacionais especiais.

Não dispomos de nenhum serviço especializado para atendimento dos alunos, como a Sala de Recursos Multifuncional. Todo atendimento é realizado pelos docentes e equipe pedagógica através de acompanhamento e integração com os responsáveis no intuito de oferecer a estes estudantes o melhor atendimento educacional possível, dentro das possibilidades institucionais, no entanto, poderá haver algumas dificuldades devido ao fato do ensino ser direcionado ao aspecto profissional.

Em sala de aula, esse atendimento é feito por meio de flexibilização dos conteúdos e instrumentos de avaliação, de acordo com cada necessidade, o professor organiza as atividades.



Como um Centro Educacional Profissional, buscamos inserir o aluno no mercado de trabalho com práticas que possibilitem ao mesmo superar os desafios, os conflitos e as contradições, aumentando-lhe a autoestima e a confiança.

Em conformidade com a Deliberação 02/03 – CEE, em seu atendimento ao Art. 3º O atendimento educacional especializado será feito em classes e escolas especiais ou por serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível sua educação no ensino regular, principalmente pelo fato do Ensino ser Profissionalizante e, muitas vezes, os estudantes utilizam de equipamentos de cunho pedagógico mas que requerem de imenso cuidado e atenção, por exemplo o uso de motosserras, enxadas, foices, entre outros.

Organização do atendimento educacional especializado (AEE)

Em relação ao atendimento educacional especializado (AEE) há a necessidade da própria superação do espaço escolar diante dessa nova panorâmica sobre a Educação Especial e a Inclusão Educacional.

Diante dessa perspectiva a respeito da Educação Especial e a Inclusão Educacional o CEFEP procurará seguir as recomendações descritas pela Secretaria de Estado da Educação, da Superintendência da Educação e do Departamento de Educação Especial e Inclusão Educacional que descreve sobre a organização do trabalho pedagógico especializado nas Escolas da rede pública de Ensino, entretanto, dependendo de alguns fatores limitadores, poderá haver situações agravantes que interfiram no processo, principalmente por ser ensino integral e profissionalizante.

A Educação Especial é uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades, realiza o atendimento educacional especializado, disponibiliza os serviços e recursos próprios desse atendimento e orienta os educandos e seus professores quanto a sua utilização nas turmas comuns do ensino regular (BRASIL, 2008, p.16).

Dessa forma, a Educação Especial, de acordo com a atual Política do MEC, deve assegurar o Atendimento Educacional Especializado (AEE), que é definido pelo Decreto Federal 7.611/11, no § 1º do Art. 2º, alíneas I e II como: (...) conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados institucional e continuamente, prestado das seguintes formas:



I - complementar a formação dos alunos com deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento, como apoio permanente e limitado, no tempo e na frequência dos estudantes às Salas de Recursos Multifuncionais, doravante denominadas pela sigla SRM; ou

II - suplementar a formação de alunos com Altas Habilidades/ Superdotação.

No Estado do Paraná, em cumprimento aos preceitos legais e às recomendações de documentos nacionais e internacionais, que destacam diretrizes para a construção de espaços educacionais inclusivos, a oferta de serviços de apoio complementar e suplementar especializados, nas escolas da rede pública de ensino, para o público-alvo da Educação Especial, é acrescido do atendimento aos alunos com transtornos funcionais específicos, organizado na de SRM, Professor de Apoio à Comunicação Alternativa (PAC), Professor de Apoio Educacional Especializado, (PAEE) e Tradutor e Intérprete de LIBRAS (TILS), Guia Intérprete e Professor Itinerante.

No estado, o serviço de apoio complementar à escolarização, no contexto da escola regular, é ofertado a alunos com Deficiência Intelectual (DI), Deficiência Física Neuromotora (DFN), Deficiência Visual e Baixa Visão (DV), Surdez, Surdocegueira, Transtorno Global do Desenvolvimento (TGD), Transtornos Funcionais Específicos (TFE) e Altas Habilidades/ Superdotação (AH/SD).

Legislações Educacionais Diversas

Tendo em vista as legislações educacionais em sua diversidade, principalmente em respeito às estabelecidas pela Secretaria de Estado e da Educação (SEED), primando por uma sociedade justa serão abertos espaços para os trabalhos relacionados à História e Cultura Afro-brasileira, Africana e Indígena - Lei 10639/03 e Lei 11645/08 e Deliberação 04/06 (como a Equipe Multidisciplinar desenvolve suas atividades e participa da resolução de conflitos advindos do desrespeito aos Direitos Humanos e das questões da diversidade); História do Paraná – Lei nº 13381/01; Educação Ambiental - Lei Federal nº 9795/99; Política Estadual de Educação Ambiental - Lei Estadual nº 17505/2013; Sistema Nacional de Políticas sobre Drogas - Lei nº 11343/06; Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência - Lei Estadual nº 17650/2013; Educação Sexual e Prevenção à AIDS e DST - Lei nº 11.733/97 e 11.734/97; Estatuto do Idoso – Lei nº 10.741/2003; Educação para



o Trânsito – Lei nº 9503/97; Enfrentamento à violência contra crianças e adolescentes – Lei nº 11.525/2007; Estatuto da Juventude - Lei federal nº 12852/2013; Educação Tributária – Decreto nº 1.143/99 e Portaria nº 413/2002; Educação em Direitos Humanos – Resolução CNE/CP nº 01/2012; Musicalização – Lei nº 11.769/08; Brigada Escolar (Decreto Federal nº 7257/2010, Decreto Estadual nº 4837/2012 e Instrução 024/2012 – SEED/SUED), sexualidade humana, são trabalhadas por meio do currículo, contempladas nos planos de aula.

Tecnologias educacionais, mídias digitais e plataformas educacionais

A cultura digital está muito impregnada na sociedade o que traz impactos positivos à área educacional, tais como a formação de comunidades de aprendizagem que reúnem grupos que se conectam, partilham informações e produzem conhecimento reunidos por interesses afins (colaboração, cocriação). Neste âmbito, há fatores preocupantes pelo uso inadequado dos meios digitais e também, é preciso considerar que nas interações em rede são veiculadas também informações falsas (fake news), o que demonstra o importante papel desempenhado pela educação formal e informal quanto ao desenvolvimento de um comportamento ético dos usuários da rede diante do grande fluxo de trocas que ocorrem por meio das redes sociais, de aplicativos e plataformas digitais, a fim de que usem o discernimento na ações de compartilhamento e produção do conhecimento.

Diante das novas formas de comunicação como a síncrona (interlocutores utilizam um canal de comunicação ao mesmo tempo) e assíncrona (a troca de informações não ocorre de forma simultânea) que se distinguem no ciberespaço, já são vividas nas instituições escolares novas possibilidades de desenvolvimento da práticas pedagógicas.

Sabe-se que os estudantes e professores utilizam a comunicação em rede para atingir objetivos de aprendizagem pretendidos. Ressalta-se que, para usufruírem plenamente desta possibilidade faz-se necessário a organização prévia, a intencionalidade das ações, dirigidas ao uso efetivo dos recursos digitais disponíveis a favor da aprendizagem. Neste sentido, lembra-se que o acesso a uma gama de informações ou mesmo o uso da tecnologia digital não se traduz automaticamente em produção de conhecimento de qualidade e inovação da prática docente.



O Projeto Político Pedagógico que visa à formação crítica e desenvolvimento da autonomia, pressupõe a viabilização de uma organização escolar que integre as tecnologias digitais aos processos formativos planejados e implementados.

Os espaços de aprendizagem, antes utilizados majoritariamente para a transmissão de saberes, modificaram-se, são dinâmicos, presenciais e digitais, com evidenciada atuação mediadora dos docentes.

Dos profissionais da educação espera-se atualização constante visando sintonia com as possibilidades de inovação, incorporando diferentes ferramentas pedagógicas à favor da aprendizagem, mobilizando situações interativas e colaborativas, com a participação ativa dos estudantes.

O uso de recursos tecnológicos para fins pedagógicos oportuniza o desenvolvimento de práticas inovadoras que potencializam o processo de ensino e aprendizagem, porém sabe-se que as tecnologias não são formas de “redenção” do processo educacional e devem ser alternativas consideradas por escolha como meio facilitador pelo educador, e de forma nenhuma como uma imposição ao seu uso.

As mídias digitais são conteúdos divulgados por meio digital, ou seja, pela internet, pendrive, as quais permitem a mediação e elaboração do conhecimento tanto por parte dos professores como dos estudantes. As plataformas educacionais constituem-se num conjunto de sistemas tecnológicos que oferecem a possibilidade de ampliação das experiências escolares, permitindo o desenvolvimento de habilidades e competências transversais, bem como o acompanhamento personalizado da produção do estudante, o qual pode avançar no processo de aprendizagem, definindo seu percurso, apoiado pelo professor.

Avaliação para a aprendizagem e Recuperação de estudos

A avaliação é uma prática pedagógica intrínseca ao processo de ensino e aprendizagem, com a função de diagnosticar o nível de apropriação do conhecimento pelo aluno. A avaliação é contínua, cumulativa e processual devendo refletir o desenvolvimento global do aluno considerando suas características individuais, com preponderância dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos. A avaliação será realizada em função dos conteúdos trabalhados, utilizando métodos e instrumentos diversificados. O resultado da avaliação deverá proporcionar dados que permitam a reflexão sobre a ação pedagógica,



contribuindo para que o colégio possa reorganizar conteúdos/instrumentos/métodos de ensino. A avaliação é como um termômetro da aprendizagem, aponta para o caráter interativo e intersubjetivo, alertando para a essencialidade do diálogo.

Parte-se desse processo para rever as relações interpessoais e os projetos. Sendo assim, segundo Hoffmann (2000, p. 48):

Avaliar para promover significa compreender a finalidade dessa prática a serviço da aprendizagem da ação pedagógica, visando à promoção moral e intelectual dos alunos. O professor assume o papel de investigador, de esclarecedor, e organizador de experiências significativas de aprendizagem. Seu compromisso é o de agir reflexivamente, criando e recriando alternativas pedagógicas adequadas a partir da melhor observação e conhecimento de cada um dos alunos, sem perder a observação do conjunto e promovendo ações interativas.

Por essa razão, consideramos que a implementação de políticas educativas, aliada a uma atuação pedagógica atenta aos conflitos, contradições, fragmentos, vozes que constituem o panorama escolar, que poderá dar novos sentidos à práxis avaliativa.

A avaliação contínua, cumulativa e processual como preconizada na LDB 9394/96, prioriza a qualidade do processo de aprendizagem, o desempenho do aluno ao longo de todo o ano e não apenas em um momento distinto, como uma prova ou trabalho. É considerada um método de avaliação onde o aluno é avaliado por inteiro, ou seja, a avaliação não deve acontecer somente ao final de um bimestre através das convencionais provas bimestrais. É preciso que o processo de avaliação seja constante (contínua), devendo o professor estar sempre atento e promovendo atividades que possibilitam a avaliação do aluno, dessa forma será capaz de avaliar as suas atitudes, a sua participação, o seu interesse, a sua comunicação oral ou escrita, o confronto e a defesa de ideias de cada um.

Para que a avaliação se constitua num processo contínuo, é condição básica que, em todas as atividades previstas e realizadas, o aluno e professor se avaliem, verificando se estão ou não atingindo os objetivos propostos.

Quando o processo de avaliação está relacionado com o processo de aprendizagem, professor e aluno se empenham em fazer com que a aprendizagem aconteça. E através de avaliações sucessivas, cumulativas, contínuas e processuais é que vão perceber se estão caminhando rumo aos objetivos pretendidos. Com essa concepção o processo de avaliação passa a ser parte integrante, necessária e fundamental do processo de aprendizagem. Pois, só faz sentido sua existência, se mostrar caminhos para melhorar a mesma.

Assim, na instituição escolar os registros do acompanhamento da aprendizagem



devem ocorrer concomitantemente ao desenvolvimento das práticas e produções pedagógicas, com paradas estratégicas a cada período avaliativo de acordo com a organização do sistema escolar, bimestral para os cursos subsequentes e trimestral para o Ensino profissionalizante Integrado.

Atingir as aprendizagens pretendidas é resultado de um processo dinâmico, no qual são estabelecidas diferentes formas de interação dos estudantes com os saberes e assim, variados níveis são atingidos, considerando-se as habilidades a serem desenvolvidas em cada segmento (ensino fundamental - anos finais e ensino médio).

A avaliação é contínua, cumulativa e processual, sinônimo de formativa porque demonstra como os alunos estão se modificando ao atingir os objetivos, é realizada com o propósito de informar o professor e o aluno sobre o resultado da aprendizagem, durante o desenvolvimento das atividades escolares. Avaliar dessa maneira permite acompanhar a construção do conhecimento, identificar eventuais problemas e dificuldades e corrigi-los antes de avançar. Como explicado por Hoffmann, 2000: “Isso ajuda a interpretar o que a turma aprendeu ou não e, assim, intervir, mudando as estratégias”, assim, da mesma maneira a recuperação deve ser vista como elemento processual.

Neste contexto, a avaliação deverá refletir o desenvolvimento global do aluno e considerar as características individuais deste, no conjunto dos componentes curriculares cursados, com preponderância dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos. Dar-se-á relevância à atividade crítica, à capacidade de síntese e à elaboração pessoal, sobre a memorização. Razão esta que visa contemplar as diversas situações exigidas no mundo do trabalho que espera um cidadão melhor preparado conseguindo viver e conviver nas diversidades, considerando a multidisciplinaridade com vistas no exercício da cidadania. Deverá também ser realizada em função dos conteúdos, utilizando métodos e instrumentos diversificados, critérios bem definidos e coerência com as concepções e finalidades educativas, conforme contido nas Diretrizes Curriculares Estaduais do Paraná e Deliberação nº 007/99 CEE/PR.

O aluno não pode ser submetido a uma única oportunidade e a um único instrumento de avaliação. Os alunos com deficiência ou necessidades educativas especiais serão submetidos a metodologias avaliativas diferenciadas que atendam a suas especificidades, conforme a Lei 9394/96, Capítulo V, Artigo 58.

As avaliações externas fazem parte do contexto escolar, a princípio, como a prova



Paraná, para análises e verificações no trabalho com os descritores e aferição do processo educacional quanto às habilidades já apropriadas pelos estudantes durante o processo de ensino e aprendizagem nos componentes curriculares de Língua Portuguesa, Matemática, Língua Inglesa, Química, Física, Biologia, História, Geografia, Sociologia e Filosofia.

Outra avaliação externa, a Prova Paraná Mais é uma avaliação em larga escala usando como elementos de recomposição e replanejamento.

Destaca-se outra avaliação, agora em âmbito nacional, o SAEB (Sistema de Avaliação da Educação Básica) realizado pelo Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira) e elaborado a partir de matrizes de referência, com o objetivo de traçar um diagnóstico da educação básica brasileira, sendo aplicado a cada dois anos.

De forma geral, o processo avaliativo serve como parâmetro para diagnosticar o processo educacional em si e refletir diante das perspectivas para avanços dentro do contexto de ensino e aprendizagem.

Sistema de Avaliação

Nos cursos de Técnico em Florestas Integrado a forma de avaliação ocorre trimestralmente, enquanto que, nos cursos, Técnico em Florestas Subsequente, Técnico em Agronegócio Subsequente, Técnico em Segurança do Trabalho Subsequente o processo avaliativo ocorre semestralmente.

O processo a respeito da avaliação no CEFEP Presidente Costa e Silva tem amparo legal na legislação vigente e no que prevê o Regimento Escolar. Consideradas as bases legais próprias para este fim e a prática do dia a dia, os alunos serão avaliados em cada componente curricular ou disciplina por diversos instrumentos: provas teóricas (dissertativa, objetiva ou oral), provas práticas, testes, trabalhos individuais ou coletivos, aulas práticas, relatórios, resenhas, apresentações, debates, seminários, atividades orientadas em sala de aula, pesquisas sobre temas específicos, autoavaliação, acessos a plataformas entre outros, havendo sempre a prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos.

A avaliação da aprendizagem terá os registros de notas expressos em uma escala de 0 (zero) a 10,0 (dez) pontos, ficando a cargo do professor, atribuir valores aos instrumentos



utilizados para a avaliação do educando, tendo como meta atingir os 10,0 (dez) pontos, na sua melhor forma.

O professor deverá utilizar procedimentos que assegurem o acompanhamento do pleno desenvolvimento do aluno, evitando a comparação dos alunos entre si. O resultado da avaliação deve proporcionar dados que permitam a reflexão sobre a ação pedagógica, contribuindo para que a escola possa reorganizar conteúdos, instrumentos e métodos de ensino.

O sistema de avaliação diagnóstico e processual, adotado no CEFEP foi construído de forma coletiva, a partir de reuniões entre equipe pedagógica e docentes, em consonância com as bases legais, as especificidades da educação profissional e orientações repassadas pelo NRE de Irati.

O sistema de avaliação será por somatória, a qual deve ser definida pelo professor junto à direção pedagógica no início do período letivo e fundamentada em seu Plano de Trabalho Docente, tornando o processo o mais transparente e apreciável possível, proporcionando ao aluno o mínimo de 02 (duas) avaliações em conformidade e atendimento a cada individualidade de professor em seu componente curricular ou disciplina.

Na efetivação deste sistema, caberá aos envolvidos o seguinte:

Equipe Diretiva: no início do período letivo irá informar aos docentes e equipe pedagógica o sistema de avaliação adotado, promovendo ao decorrer do ano letivo momentos coletivos para a discussão das etapas envolvidas no processo avaliativo e dos resultados obtidos;

Equipe Pedagógica: orientar e acompanhar constantemente os professores e alunos quanto às formas de execução e registro das avaliações, quanto à escolha de critérios e instrumentos avaliativos, partindo do tipo de somatória definido pelo professor para a disciplina, estando em consonância com o sistema de avaliação adotado pelo CEFEP, produzir análises dos resultados obtidos junto aos professores, indicando formas de melhorias no processo como um todo, verificar os registros das avaliações no Plano de Trabalho Docente e nos Livros Registro de Classe online;

Equipe Docente: definir junto à direção pedagógica, a forma de somatória a ser aplicada em sua(s) disciplina(s) ou componente(s) curricular(es), justificando em seu PTD, definir em função dos conteúdos (estruturantes, básicos e específicos) os critérios a serem avaliados e contemplados nos instrumentos diversificados de avaliação a serem utilizados,



cumprindo o disposto no sistema de avaliação, na recuperação de estudos, na reavaliação e nos registros necessários deste processo, conforme descritos neste PPP.

Pensando na construção do conhecimento de forma significativa e, com a preocupação em proporcionar uma formação integral e com qualidade aos alunos, o processo avaliativo em todos os componentes curriculares e itinerários será de forma contínua, processual, cumulativa, formativa, com recuperações paralelas no decorrer do trimestre, sendo que, o professor tem autonomia para realizar no mínimo duas avaliações durante o trimestre. Os registros referentes às avaliações são realizados pelos professores no Livro de Registro de Classe On-line (LRCO).

Cursos Integrados – Técnico em Florestas ET-RN:

A Média anual Final corresponderá ao resultado da somatória das notas obtidas nos trimestres (primeiro, segundo e terceiro), divididos pelo número de trimestres, sendo que deverá ser obtida, no mínimo, a média final 6.0 para aprovação, conforme formula: $MF = (1^{\circ} T + 2^{\circ} T + 3^{\circ} T) / 3 \geq 60$

Cursos Subsequentes - Técnico em Florestas ET-RN, Técnico em Segurança do Trabalho ET-S, Técnico em Agronegócio ET-RN:

Média Semestral = $(1^{\circ} \text{ Bimestre} + 2^{\circ} \text{ Bimestre})$

A Média Semestral Final corresponderá ao resultado da somatória das notas obtidas nos bimestres (primeiro e segundo), divididos pelo número de bimestres, sendo que deverá ser obtida, no mínimo, a média final 6.0 para aprovação, conforme formula: $MF = (1^{\circ} B + 2^{\circ} B) / 2 \geq 60$

Quanto às recuperações deverão levar em consideração cada instrumento utilizado, sempre observando as especificidades de cada aluno e de cada turma, levando em conta também os saberes trazidos pelos alunos já que nossa escola situa-se no campo. Os resultados das recuperações constituem-se em mais um componente do aproveitamento escolar, sendo obrigatório seu registro no LRCO. Os resultados das atividades avaliativas serão analisados durante o período letivo, pelo aluno, pelo professor e equipe pedagógica, observando os avanços e as necessidades detectadas, para o estabelecimento de novas ações pedagógicas.

Uma observação a ser feita quanto a avaliação em termos presenciais e virtuais, principalmente a mecanismos de pesquisa, aplicativos, plágio, geradores de texto, uso de inteligência artificial (como o chatGPT), celulares, o artifício mais conhecido habitualmente



como “cola” entre outros, e que, se caso o aluno recorra a um desses meios que pode ser considerado fora das normas legais, o professor poderá desconsiderar a avaliação, torná-la sem efeito, não atribuir valor algum, entre outros, ficando a decisão a critério do docente.

Ao término do trimestre/bimestre a vistoria dos mesmos é realizada pela equipe pedagógica que irá emitir seu parecer, com base nos dispositivos legais acerca do sistema de avaliação do colégio e nas conformidades com relação a recuperação de estudos e outros dispositivos legais relacionados à avaliação dos estudantes. Após o parecer favorável da equipe pedagógica os dados serão migrados para o Sistema Estadual de Registro Escolar (SERE) para a emissão do boletim escolar, que é a uma das formas de acompanhamento das famílias quanto aos resultados escolares dos estudantes. A outra forma de acompanhamento, disponível para famílias e estudantes, é o aplicativo Escola Paraná, através do qual é possível acompanhar o rendimento escolar do estudante mesmo antes do final do trimestre letivo.

Lembrando que a avaliação é um processo contínuo, uma prática pedagógica intrínseca ao processo ensino e aprendizagem, com a função de diagnosticar o nível de apropriação do conhecimento por parte do aluno e a ação pedagógica do professor, meio pelo qual são estudados, analisados e interpretados os resultados com a finalidade de aperfeiçoar o processo ensino-aprendizagem nas diferentes situações.

Recuperação de Estudos

A recuperação de estudos é direito do aluno, independentemente do nível de apropriação dos conhecimentos básicos. Dar-se-á de forma permanente e concomitante ao processo ensino e aprendizagem, com mediação do professor no decorrer do processo, sendo organizada através de atividades significativas, por meio de procedimentos didáticos metodológicos diversificados ao da avaliação já realizada anteriormente.

A recuperação de estudos é paralela à avaliação, onde o professor considera a aprendizagem do aluno no decorrer do processo e oferta a reavaliação de tal (is) conteúdo(s). Para a aferição da nota da reavaliação, poderá realizar a retomada de conteúdos e proporcionar atividades complementares orientadas, pesquisas ou provas, bem como valer-se da observação do rendimento, atividades teóricas ou práticas, desde que possibilite ao



aluno nova oportunidade de apropriação dos conhecimentos, tendo como meta atingir os 10,0 (dez) pontos, na sua melhor forma.

Quanto ao valor atribuído ao instrumento utilizado para a reavaliação de estudos do educando, este deve ser relativo à avaliação já realizada, ou seja, deve ter o mesmo peso da avaliação, sendo possibilitado também que a cada dois instrumentos avaliativos, seja realizado a retomado dos conteúdos e apenas uma recuperação com o valor igual a somatória das duas avaliações, a exemplo $AV1= 5,0 + AV2=5,0$ em que $RP= 10,0$, significando o valor correspondente das duas avaliações.

Os resultados da reavaliação serão incorporados às avaliações efetuadas durante o período letivo, constituindo-se em mais um componente do aproveitamento escolar, e será obrigatória a sua anotação no Livro Registro de Classe de Online. Após toda a aferição do rendimento escolar trimestral, a partir de necessidade observada, ficará optativo ao professor escolher se proporcionará ao aluno mais uma oportunidade ao final do Trimestre, contemplando todo o conteúdo trabalhado no período, a fim de compor mais uma alternativa de recuperação de estudos, para compor sua nota.

Entre a nota obtida na avaliação+reavaliação e na recuperação trimestral, prevalecerá sempre aquela em que o aluno tenha logrado maior êxito. Caso o professor opte pela recuperação trimestral, esta deverá ser ofertada a todos os alunos da turma, assim como já ocorre com a reavaliação.

Gestão Escolar

A gestão de uma instituição escolar precisa acompanhar as perspectivas educacionais e conhecer o processo de funcionamento da Instituição, utilizando algumas ferramentas que podem subsidiar diferentes análises, bem como, fatores tecnológicos com suas diversas possibilidades como recurso pedagógico.

Para gerir as atividades de ensino e aprendizagem é necessário ter uma atuação que ultrapassa o caráter administrativo e assume uma perspectiva pedagógica. São várias as dimensões que envolvem a gestão de uma escola. A comunidade escolar precisa participar, ser convidada a estar presente e sentir-se reconhecida, acolhida, mediante o contexto no qual a instituição está inserida. O exercício de uma efetiva liderança pode contribuir para a construção de uma cultura escolar baseada no compromisso e engajamento dos que a



constituem, formando laços de equipe com ações planejadas para que, dentro das possibilidades existentes, garantam um espaço educacional de qualidade.

Formação Continuada

Dentro do contexto educacional contemporâneo, a formação continuada é saída possível para a melhoria da qualidade do ensino, por isso o profissional consciente deve saber que sua formação não termina na Universidade.

Conforme a citação: "Ninguém nasce educador ou marcado para ser educador. A gente se faz educador, a gente se forma, como educador, permanentemente, na prática e na reflexão da prática". (FREIRE, 1991: 58), assim, para Paulo Freire, formação permanente é uma conquista da maturidade, da consciência do ser. Quando a reflexão permear a prática docente e de vida, a formação continuada será exigência para que o homem se mantenha vivo, energizado, atuante no seu espaço histórico, crescendo no saber e na responsabilidade.

A modernidade, portanto, exige mudanças, adaptações, atualização e aperfeiçoamento. A concepção moderna de educador exige "uma sólida formação científica, técnica e política, viabilizadora de uma prática pedagógica crítica e consciente da necessidade de mudanças na sociedade brasileira" (Brzezinski, p.83, 1992).

O desenvolvimento da proposta se dará inicialmente através do incentivo na participação de todos, em cursos de formação e capacitação profissional que são ofertados pelas Instituições de Ensino Superior e pela SEED, como é o caso do Formadores em ação.

O apoio no desenvolvimento de projetos de interesse do grupo e da comunidade será também uma forma de obter novos conhecimentos e de compartilhá-los.

Articular junto aos professores, saídas de campo, visitas nas instituições, empresas, indústrias, participação em eventos, viagens regionais para enriquecimento dos conteúdos trabalhados em sala de aula.

A hora atividade será organizada por áreas de conhecimento, para uma maior integração entre os professores, estabelecendo grupos de estudos e possibilitando a interdisciplinaridade.

A formação se estenderá também através de reuniões periódicas entre a direção, equipe pedagógica, coordenadores de curso e professores para informações, discussões e avaliação das atividades desenvolvidas pela instituição. Estas reuniões trarão dados e



sugestões, que permitirão a avaliação da proposta pedagógica, proporcionando momentos que favoreçam as relações interpessoais e a autoestima de toda equipe da instituição.

]

Objetivos de Ensino e Metas do CEFEP

- Ofertar a educação profissional nas modalidades Integrada e Subsequente ao Ensino Médio, de acordo com as bases legais nacionais e fundamentos políticos e pedagógicos descritos nas Diretrizes Curriculares Estaduais da Educação Profissional;
- Formar profissionais competentes, criativos e com capacidade crítica;
- Formar o técnico inovador, com capacidade de planejamento, receptivo ao aperfeiçoamento contínuo e capaz de se adaptar a mudanças;
- Formar profissionais capazes de compreender os fundamentos científicos e tecnológicos dos processos produtivos, relacionando teoria e prática;
- Preparar o profissional para o cumprimento das suas funções técnicas e sociais, contribuindo para o aperfeiçoamento coletivo;
- Possibilitar oportunidades de estágio profissionalizante através de convênios com empresas relacionadas aos cursos ofertados, conforme cita a Lei 11.788/08;
- Garantir o ingresso e a permanência de alunos oriundos de camadas menos favorecidas, como também afrodescendentes, com necessidades educacionais especiais e indígenas, conforme citados no ECA 8069/90, Del. 002/03, Lei 10.639/03, Lei 11.645/08, Del. 007/99, Del. 009/01;
- Acompanhar o processo de aprendizagem dos alunos, diagnosticando as dificuldades e necessidades com vistas a uma avaliação que de relevância aos aspectos qualitativos, em relação aos quantitativos, conforme cita a Del. 007/99;
- Considerar a avaliação em termos de um processo contínuo, para tanto será proporcionado a recuperação de estudos de forma contínua, concomitante ao desenvolvimento dos componentes curriculares para os alunos que apresentem deficiência na aprendizagem, conforme cita a Del. 007/99;
- Oportunizar aproveitamento de competências, conhecimentos e experiências anteriores que estejam relacionadas com a respectiva habilitação profissional, respeitando o que versa o Regimento escolar, conforme cita a Del. 016/99;
- Propiciar momentos de discussão e aprimoramento da prática pedagógica com vistas à



formação continuada dos professores na escola;

- Efetivar a hora-atividade enquanto um momento para a troca de ideias, construção de projetos do CEFEP, entrosamento da equipe pedagógica e professores, como também um espaço para o atendimento de alunos em relação às suas necessidades e dificuldades, conforme cita a Lei 13.807/02;
- Orientar o desenvolvimento de atitudes de respeito em relação à orientação sexual, bem como a opção pelo nome social, evitando o preconceito e qualquer forma de discriminação, conforme citados no Parecer 01/09 CP/CEE, Lei 11.733 e 11.734.

Elementos Operacionais

Plano de Ação – Elementos Específicos

Redução da evasão e abandono

Aulas e reuniões de estímulo, enfatizando aos alunos a importância da área florestal/agronegócio/segurança e a necessidade da permanência do aluno na escola;

Criar uma cultura escolar em que os alunos possuam o discernimento que eles são os protagonistas de suas vidas e podem direcionar seus futuros de uma forma positiva;

Fazer da escola um espaço profissional, mas ao mesmo tempo humano, em que ao mesmo tempo do caráter profissional predomine, um espaço que seus estudantes possam identificar-se;

Estimular e incentivar os alunos na busca ao conhecimento, por seu campo de trabalho, no desenvolvimento pessoal com aulas que despertem atenção dos alunos, seja de protagonismo, tecnológico, uso de problemática, desafiadora, entre outros;

Acompanhar constantemente a frequência usando a ferramenta do Boletim Informativo (BI) com a consulta sobre a frequência dos alunos nas aulas;

Orientação pedagógica por turma/individual;

Busca ativa de alunos;

Realizar ações do SERP sempre que necessário.

Melhoria do ensino –aprendizagem



Atuação docente nos componentes Curriculares / Disciplinas na Formação Geral Básica e nos Itinerários formativos com conteúdos direcionados aos descritores/formação profissional, que levem o protagonismo dos estudantes estimulando o trabalho das diferentes habilidades desenvolvendo as competências desejadas;

Integração da Escola com empresas ou instituições para melhoria e desenvolvimento da aprendizagem quanto ao desenvolvimento das competências. Esse é primordial para o conhecimento das novas tecnologias, uma vez que há necessidade de maiores investimentos pelas políticas educacionais em tecnologias atualizadas;

Procurar gerir a escola de forma autônoma, procurando firmar parcerias, principalmente quanto às oportunidades aos estudantes na sua integração social e profissional, entretanto não dependa dos investimentos dessa parceria, mas sim da própria mantenedora, pois o processo científico quanto a busca do conhecimento, das inovações, da modernização, da tecnologia, deveriam partir do campo de estudos experimentais da escola, em que, os resultados desses estudos e inovações servissem como referencia e apoio a esses parceiros;

Explorar conceitualmente os componentes curriculares do itinerário formativo como o Projeto de Vida e Educação Financeira como elementos norteadores capazes de intervir positivamente no planejamento de vida dos estudantes, bem como, em complemento à Formação Geral Básica os Itinerários Formativos da Educação Profissional;

Realizar constantes retomadas de conteúdos mediando o nível de aprendizagem alcançado pelos estudantes (nivelamento) na tentativa de assegurar a qualidade educacional;

Realizar constantes palestras e cursos no campo profissional explorando as particularidades de cada curso (Florestal, Agronegócio e Segurança do Trabalho), bem como, palestras e cursos que sejam capazes de orientar e direcionar os alunos, como ações referentes a contextualização social, áreas vocacionais, contra o bullying, preconceito, respeito ao próximo, humanização, entre outros;

Observar o desenvolvimento educacional e as dificuldades encontradas pelos alunos, propondo ações de parceria com as universidades, como o trabalho com Estagiários Universitários e Alunos Monitores. Com a implementação de acompanhamento educacional reunir os alunos com defasagens educacionais, principalmente em Matemática e Língua Portuguesa, para a busca de avanços de aprendizagem.

Realizar visitas técnicas para socialização e em conformidade aos objetivos do



Componente Curricular / Disciplina) para empresas, fazendas, indústrias, feiras, locais onde possam ser observados objetivos e conteúdos que representem o contexto educacional e o mercado de trabalho dos referidos cursos;

Usar parâmetros para mensuração de resultados com análises das avaliações internas e externas (Prova Paraná, Prova Paraná mais, Saeb) para elaboração de ações pedagógicas específicas e definições específicas educacionais;

Ter como evidência diagnósticos obtidos nas avaliações externas como a Prova Paraná, Prova Paraná Mais e a Prova Brasil (Sistema de Avaliação da Educação Básica – SAEB) enfatizando a análise e a busca dos descritores que devem ser desenvolvidos;

Observação em sala de aula, dentro das possibilidades e viabilidade, como um instrumento colaborativo ao professor e ao estímulo do processo de Ensino;

Plano de ação - Elementos Comuns

Acompanhamento de Hora-Atividade

Acompanhamento da hora-atividade - enquanto espaço de interação, discussão e mediação, entre equipe pedagógica e professores, com foco na implementação dos planos de aula disponibilizados no Registro de Classe Online, no uso das plataformas educacionais (Redação Paraná, Desafio Paraná, Inglês Paraná, Matemática Paraná, Leia Paraná), na utilização de metodologias ativas, na análise dos instrumentos avaliativos, visando à melhoria da aprendizagem dos estudantes, considerando a realidade de cada modalidade e segmento de ensino.

Observação em sala de aula

Organização da observação de sala de aula para apoio e desenvolvimento de práticas pedagógicas coerentes com os principais desafios pedagógicos e curriculares evidenciados à medida das possibilidades da gestão.

Articulação/comunicação e engajamento das famílias e diferentes esferas

Há várias articulações para engajamento da família na escola como: planejar



reuniões pedagógicas, eventos, cursos, visitas, palestras, atividades pedagógicas estendendo o convite às famílias e a comunidade.

Esclarecer a importância da presença da família no cotidiano escolar para visualização e transparência das atividades pedagógicas que a escola desenvolve educacionalmente;

Procurar a excelência dos cursos em que os alunos compreendam e valorizem o conhecimento adquirido na sua trajetória educacional

Clima Escolar

Organização para manutenção de um clima escolar favorável à aprendizagem, prevenção e atendimento aos casos de bullying, violência intraescolar, preconceito, em consonância com as premissas dos direitos humanos e as competências socioemocionais.

Necessidade de visão sistêmica para que os encaminhamentos pedagógicos sejam priorizados.

Organização do Conselho de Classe

Para que as ações do Conselho de Classe sejam realizadas de forma mais justa, é importante abrir espaço e dialogar com outros agentes que fazem parte do processo, como os pais e os próprios alunos.

Realização de um pré-conselho, que consiste na obtenção dos dados referentes aos estudantes e que são disponibilizados aos professores, para que os mesmos, realizem uma análise comparativa a respeito dos resultados que os estudantes conseguiram alcançar, diagnosticando também como ocorreu os encaminhamentos didáticos pedagógicos. Esse processo, por ser um espaço de diagnóstico da maior agilidade ao próprio Conselho.

No Conselho de Classe, os diagnósticos que foram estabelecidos no pré-conselho, servem para os professores verificarem como está realmente ocorrendo o processo de Ensino e Aprendizagem, e conseguir definir estratégias visando melhorias que favoreçam a aprendizagem em si.

Por fim, o Pós-Conselho, é o encaminhamento para ações efetivas que deve seguir critérios qualitativos como o desenvolvimento do educando, quais abordagens e



metodologias foram utilizadas pelos professores, análises do educando em todas as disciplinas, questões estruturais, quais os instrumentos de avaliação utilizados, entre outros.

Processo de avaliação e recuperação de estudos

Organização do processo de avaliação e recuperação de estudos com o objetivo de acompanhar o desempenho dos estudantes e subsidiar as defasagens da aprendizagem, considerando, também, o uso das plataformas educacionais, em articulação com a Proposta Pedagógica Curricular.

Ações desenvolvidas para o preparo e aplicação das avaliações externas (Prova SAEB, Prova Paraná Mais e Prova Paraná), bem como a análise e divulgação dos resultados.

Ações de organização frente à formação continuada em serviço, como: Estudo e Planejamento, acompanhamento pedagógico realizado pela mantenedora, participação no Grupo de Estudos: Formadores em Ação e nas webinars no Canal do Professor, entre outros.

Divulgação dos cursos

Procurar a excelência dos cursos em que os alunos compreendam e valorizem o conhecimento adquirido na sua trajetória pedagógica e profissional em que, os próprios estudantes divulguem os cursos existentes no Colégio aos seus familiares, amigos, conhecidos, sociedade e meios digitais.

Link para acesso ao Plano de Ação da Instituição:

<https://drive.google.com/file/d/1mbWMY9MwqHmAAtBmBNSUC20ci8r2Uajl/view?usp=sharing>

Processos de Classificação e Reclassificação e Aproveitamento de Estudos

Por tratar-se de curso Profissionalizante o CEFEP, pelas especificidades de cada curso e matérias distintas não há formas de promover os processos de Classificação e Reclassificação, entretanto, segundo a deliberação nº 05/2013, de 10/12/2013, prevê o aproveitamento de estudos da seguinte forma:



Art. 52. A instituição de ensino poderá aproveitar estudos, mediante avaliação de competências, conhecimentos e experiências anteriores, desde que diretamente relacionados com o perfil profissional de conclusão do respectivo Curso Técnico de Nível Médio e tenham sido adquiridos:

I – no Ensino Médio;

II – em habilitações profissionais e etapas ou módulos de nível técnicos regularmente concluídos nos últimos cinco anos em outros cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio;

III – em cursos destinados a formação inicial e continuada ou qualificação profissional de, no mínimo, 160 horas de duração, mediante avaliação específica;

IV – em outros cursos de Educação Profissional e Tecnológica, inclusive no trabalho, por outros meios informais ou até mesmo em cursos superiores de graduação, mediante avaliação do estudante;

V – por reconhecimento, em processos formais de certificação profissional, realizado em instituição devidamente credenciada pelo órgão normativo do respectivo sistema de ensino ou no âmbito de sistemas nacionais de certificação profissional.

VI – em outros países.

Parágrafo único. A avaliação, para fins de aproveitamento de estudos, será realizada conforme os critérios estabelecidos no Projeto Político Pedagógico, no Plano de Curso e no Regimento Escolar.

Ações pedagógicas / Programas que promovem a melhoria da aprendizagem

Programa Aluno Monitor

O programa tem como objetivo principal oferecer assessoramento pedagógico aos alunos com dificuldades de aprendizagem.

O programa possibilita ao estudante atuar em ações de monitoria em sala de aula ou no contraturno escolar, desde que apresente domínio em determinados conteúdos e condições operacionais para tal função. Com caráter pedagógico, tem como objetivo a melhoria da aprendizagem e a valorização do protagonismo discente.

Sob a supervisão de professores das diversas disciplinas, as ações do Aluno-



Monitor compreendem desde a revisão de conteúdos em grupo, apoio ao professor na organização da sala de aula, até estudos preparativos para avaliações. Tem como objetivo auxiliar na aprendizagem de estudantes que apresentam dificuldades na leitura, produção escrita e interpretação, bem como, possibilitar o levantamento de hipóteses, a percepção de diferentes pontos de vista na resolução de problemas e no entendimento dos desafios propostos pela matriz curricular do estado, dentro das disciplinas.

Para exercer a função de Aluno-Monitor, o estudante deve atender os seguintes critérios: ter iniciativa, compartilhar conhecimento, ter bom desempenho nas disciplinas, competência comunicativa, repertório cultural, empatia e disponibilidade para comparecer às reuniões de orientação, organizadas pela equipe gestora.

Programa Presente na Escola

O Programa Presente na Escola preconiza o acompanhamento, através da busca ativa dos alunos, a redução dos índices de evasão escolar. Esse acompanhamento é feito através do sistema BI, disponibilizado pela mantenedora. O acompanhamento fica a cargo da equipe pedagógica e dos professores e diante de 5 faltas consecutivas ou 7 faltas alternadas os responsáveis são contactados. No caso de omissão destes a infrequência escolar é comunicada ao Conselho Tutelar através do sistema SERP.

Programa Se Liga! É tempo de Aprender Mais

Este programa acontece no final do ano letivo e consiste em mais uma oportunidade de retomada de conteúdos essenciais que não foram assimilados pelos alunos e na aplicação de mais um instrumento de avaliação. O programa visa a recuperação de conteúdos e de notas dos alunos.

O programa Se Liga! É tempo de Aprender Mais, é focado na intensificação da aprendizagem dos estudantes. Os alunos que precisam de uma força extra para concluir o ano poderão ter acompanhamento com professores, diretores e pedagogos para se aprofundarem nos conteúdos abordados nas aulas.

O Se Liga é destinado tanto aos alunos que têm dificuldades em conteúdos específicos quanto àqueles que apenas desejam melhorar as notas e o rendimento.



Ao final do mês de novembro de cada ano, a secretaria propõe uma data para o início das atividades do programa Se Liga! É tempo de Aprender Mais e a partir desta data o CEFEP começa a organizar os seus horários de aula, decidir quais disciplinas e conteúdos precisam de aprofundamento e como as atividades vão acontecer.

As ações desenvolvidas durante o período de realização do programa podem ser aulas, aulas interdisciplinares, monitoria de alunos, entre outras, sempre com a preocupação da retomada de conteúdos e da aplicação de um novo instrumento de avaliação para a substituição das notas baixas no sistema.

Programa Mais aprendizagem e Instruções conjuntas

A presente Instrução Normativa estabelece a organização para a oferta e o funcionamento do Programa Mais Aprendizagem – PMA aos estudantes matriculados nos anos finais do Ensino Fundamental ou no Ensino Médio, nas instituições de ensino da rede pública estadual.

Link de acesso: Instrução n.º 04/2023 - SEED/DEDUC

<https://www.documentador.pr.gov.br/documentador/pub.do?action=d&uuid=@gtf-escriba-seed@3f310041-b77b-4cef-aa43-78c5b9ebe86f&emPg=true>

Instruções Conjuntas: Instrução n.º 02/2023 - SEED/DEDUC

<https://www.documentador.pr.gov.br/documentador/pub.do?action=d&uuid=@gtf-escriba-seed@88823470-0df8-4b0d-8150-1bab8f38a648&emPg=true>

Programa Aulas Especializadas de Treinamento Esportivo – AETE

O Programa Aulas Especializadas de Treinamento Esportivo – AETE é um programa da SEED que tem por finalidade contribuir para o desenvolvimento esportivo escolar e a melhoria de qualidade de vida do estudante, no sentido de sua autorrealização, integração e efetiva participação nas competições esportivas.

O AETE tem como objetivo proporcionar treinamento esportivo direcionado ao encaminhamento do esporte de rendimento, organizado de modo a atender às fases de



aprendizagem dos estudantes, visando à participação das instituições de ensino da rede pública estadual nos Jogos Escolares do Paraná.

As aulas especializadas de treinamento esportivo - Aete são ofertadas através de modalidades esportivas coletivas e individuais.

A carga horária diária é de duas horas-aula, duas vezes por semana, totalizando quatro horas-aula semanais, distribuídas de segunda a sexta-feira, em contra-turno escolar - noite.

Encontro de Técnicos Florestais

O Colégio promove o “Encontro Nacional de Técnicos Florestais” com previsão em calendário escolar, dentro da semana cultural, no segundo ou terceiro trimestre, ofertando palestras técnicas, oficinas de trabalho, debates e feira de exposição de equipamentos e materiais técnicos, incluindo estandes de destacadas empresas e instituições do setor florestal e afins.

Os projetos desenvolvidos no CEFEP, tem seus temas relacionados às disciplinas de cada curso e é aberta à comunidade.

Semana de Prevenção de Acidentes do Trabalho (SIPAT)

A SIPAT (Semana de Prevenção de Acidentes do Trabalho), que realizada em apenas três dias, uma vez por ano, por uma questão de organização curricular. O curso envolvido diretamente é o Técnico em Segurança Do Trabalho, agrega temas relacionados à segurança do trabalhador, com palestras direcionadas aos alunos dos demais cursos, aos funcionários do CEFEP e a comunidade.

Projetos voltados a Educação Técnica e Profissional

Setor de Apicultura

Justificativa



Capacitar alunos, professores e funcionários a trabalhar com a produção de mel. A apicultura é reconhecidamente uma atividade com grande capacidade de geração de benefícios sociais, econômicos e ecológicos, principalmente ao pequeno produtor rural. A cadeia produtiva da apicultura disponibiliza muitos postos de trabalho e fonte de renda ao agricultor, contribuindo assim, para a fixação do homem no meio rural. A região Centro-Sul do Paraná é uma grande produtora e exportadora de mel, destacando-se os municípios de Mallet, Prudentópolis, Imbituva e Irati. Um dos problemas constatados nesta atividade é a falta de conhecimentos e a prática de uma boa higiene na coleta e armazenamento do mel, perdendo-se assim mercados mais exigentes.

Objetivos

- Proporcionar atividades práticas aos alunos do CEFEP;
- Desenvolver uma atividade que certamente disponibilizará conhecimentos que o aluno levarão até a propriedade rural e, assim multiplicarem os mesmos;
- Contribuir com o desenvolvimento da atividade na região, levando tecnologias, principalmente no que se refere à higiene na coleta do mel;
- Abastecimento do refeitório do CEFEP;
- Auxiliar nas aulas práticas do curso Técnico em Florestas e Agronegócio.

Metodologia

O desenvolvimento da atividade terá a participação dos alunos, dos funcionários, professores das disciplinas a seguir mencionadas, ou cooperados técnicos do CEFEP. Numa primeira ação efetuar-se-á a alimentação das colméias com xarope de açúcar; depois uma classificação das famílias, tentando-se recuperar as mais fracas. Outra etapa é espalhar caixas na área do CEFEP para a captura dos enxames, limpeza da área onde estão as colméias, manejo e limpeza das colméias, coleta do mel, processar e envasar o mesmo. Esta atividade está sendo dimensionada com 40 caixas de abelha em área de 0,5 ha no meio da mata nativa, considerando que as abelhas terão 15 ha de área à disposição.

Área de Silvicultura - Arboreto

Justificativa



A implementação desse projeto ocorre como um meio eficaz para a transferência de conhecimentos e aprendizagem dos alunos em relação às espécies florestais, principalmente das espécies nativas, gerando técnicas de manejo e utilização das mesmas.

Área do Projeto: 1,0 ha. O arboreto foi criado para instalação de espécies nativas de nossa região: Mata Atlântica, floresta ombrófila mista, encontra-se em encosta com exposição norte, área levemente acidentada, solo raso, classe cambissolo, clima subtropical/temperado (geadas).

Objetivos

- Visualizar a presença de agentes polinizadores;
- Observar a presença de pragas específicas ou não;
- Verificar a adaptação de espécies exóticas na área;
- Analisar o incremento das espécies;
- Atrair a fauna silvestre (pássaros, etc.);
- Plantar e utilizar espécies medicinais;
- Adquirir/transmitir conhecimento aos discentes e comunidade em geral;
- Apoio as aulas práticas nas disciplinas dos Cursos Técnico em Florestas e Técnico em Agronegócio.

Metodologia

As espécies são plantadas e posteriormente são executados todos os tratamentos culturais e silviculturais para a manutenção do bom crescimento das espécies (mudas), como o combate a formiga, irrigação, adubação, poda, etc.

Setor de Produção Animal – Suinocultura

Justificativa

Neste Setor estão disponíveis 400 m² de área livre para piquete, à disposição das matrizes e o cachaço e mais 206 m² de área construída para recria e engorda, contendo 14 baias, sendo 08 baias com solário e 06 sem solário. Existem ainda 02 baias utilizadas como maternidade em outro prédio anexo, com 33,00 m² cada, contando com área de solário e mais 128 m² como área de antigo abatedouro, depósito e fábrica (misturador) de rações.



Tem por finalidade proporcionar aos alunos a oportunidade de vivenciar a criação de suínos, no seu ciclo completo (manejo de matrizes, leitões, terminação e aproveitamento). Produzir carne para consumo no refeitório (carne “in natura” e não enlatada), além da função pedagógica no extracurricular e junto aos conteúdos de algumas disciplinas como agroecologia, gestão de recursos naturais, gestão e planejamento, legislação e segurança ambiental e do trabalho, manejo e conservação dos solos e agrossilvicultura.

Objetivos

- Disponibilizar carne suína ao refeitório do internato;
- Proporcionar aos alunos uma vivência prática na criação de suínos;
- Verificar os danos ambientais causados pela atividade;
- Utilizar técnicas de mitigação dos danos possíveis;
- Auxiliar em aulas práticas: adubação com esterco, verificação de criação de vetores, agrossilvicultura.

Metodologia

A suinocultura desenvolvida no CEFEP é de uma tecnologia bastante simples, sendo priorizado o menor estresse possível aos animais. Quando as matrizes não estão próximas ao dia do parto, elas ficam soltas em um piquete junto ao cachaço.

A raça predominante em nosso plantel é Large White, com matrizes adquiridas, hora no Colégio Agrícola de Palmeira, hora no Colégio Agrícola de Arapoti, hora de propriedades de alta produção na região e ou empresas do ramo em Irati e ou Teixeira Soares. A atividade é desenvolvida com 06 matrizes e 01 cachaço; dimensionado também de acordo com as instalações que se dispõe. Após o desmame, os leitões são separados em lotes de 06 a 08 indivíduos e tratados para engorda nas baias destinadas a este fim.

Setor de Produção Animal – Avicultura (Postura)

Justificativa

O Brasil se destaca no mercado global entre os maiores produtores de aves, produzindo, somente em 2019, mais de 13 milhões de toneladas de carne de frango, o que lhe garantiu o terceiro lugar no ranking mundial, ficando atrás dos EUA, com quase 20



milhões de toneladas de carnes de frango e China com 13,7 milhões de toneladas. No entanto, o Brasil se destaca como maior exportador, com 4,2 milhões de toneladas de carne de frango comercializada para outros países (ABPA, 2020). Com relação à produção de ovos, em 2019, foram pouco mais de 49 bilhões de unidades de ovos produzidos no Brasil, ou seja, mais de 4 bilhões de dúzias no ano. Os quais são consumidos quase totalmente pelo mercado interno, as exportações representam apenas 0,41% do montante. A China, sozinha, corresponde a 40% da produção mundial de ovos, produziu em 2016 mais de 26 milhões de toneladas de ovos, o que representa 574 bilhões de unidades por ano. A tendência na avicultura moderna é a utilização de sistemas alternativos em detrimento do sistema convencional, sem a pretensão de competir, mas sim preencher crescente nicho de mercado com produtos originados de sistemas de produção, vistos como mais saudáveis, caso da avicultura orgânica e avicultura caipira.

Objetivos

- Produção de ovos para abastecer o refeitório;
- Ensino aprendizagem (manejo, tratamentos veterinários);
- Integração e diversidade de pequenas propriedades;
- Capacitar o educando para assessorar, planejar, implantar e conduzir projetos.

Metodologia

A avicultura de postura desenvolvida no Centro Estadual de Educação Profissional Presidente Costa e Silva é de uma tecnologia bastante simples, reproduzindo as condições de um sistema de propriedade familiar, sendo priorizado o menor estresse possível aos animais, em um sistema semi confinado e agroecológico.

A raça predominante em nosso plantel é Embrapa 51, sendo trabalhado um sistema de semi-confinamento, onde os animais ficam dispostos em baias conforme idade, e soltos em terreiro cercado para pastagem e solário.

Setor de Horticultura – Horta

Justificativa



Além de sua relevância como atividade econômica, a olericultura é reconhecida por sua importância social, gerando empregos e renda para o segmento da olericultura familiar. Segundo estimativas da SEAB, o setor olerícola paranaense ocupa 83 mil hectares, onde trabalham entre 30 e 40 mil produtores rurais e suas famílias.

Como a merenda escolar recebida pela mantenedora, em sua grande maioria são alimentos industrializados, a horta tem como prioridade inserir nas refeições legumes e hortaliças, balanceando o cardápio e estimulando o consumo saudável. Esta atividade não gera renda para a instituição, porém reduz a compra direta de hortaliças.

A horta do CEFEP Presidente Costa e Silva – Irati –PR, com área de 2.940 m², tem como finalidade servir à cozinha do internato. Possui um sistema de irrigação simples, com aspersores e planta-se ao longo do ano pepino, abobrinha, feijão vagem e rúcula, utilizando-se sementes adquiridas, e alface, acelga, almeirão, beterraba, couve-flor, brócolis, couve e repolho utilizando-se mudas adquiridas. O solo é pesado, baixa fertilidade, necessitando de adubações frequentes e controle de ervas daninhas (tiririca).

Objetivos

- Produção de espécies olerícolas para abastecer o refeitório;
- Ensino aprendizagem (adubação, preparo do solo, controle fitossanitário, dentre outros);
- Capacitar o educando para assessorar, planejar, implantar e conduzir projetos.

Metodologia

O processo de produção de hortaliças é realizado com a compra de sementes ou mudas de fornecedor. Antes destes materiais chegarem à Instituição, o solo é preparado de forma convencional, adubação e formação dos canteiros. Após a semeadura direta ou plantio, são realizados os tratamentos fitossanitários necessários e a colheita é finalizada com o envio das hortaliças ao refeitório. Neste processo, os alunos acompanham em extracurriculares e disciplinas integradas ao setor, todo o manejo realizado na Horta.

Setor de Serraria e Marcenaria-Madeira

Justificativa

Nestes setores estão disponíveis 600m² de serraria e 90m² de marcenaria, onde são realizadas todas as atividades de pós-colheita da madeira dos talhões de pinus, eucalipto e



nativas existentes na Escola. Parte da madeira é cortada, beneficiada e utilizada na escola e outra parte vendida para terceiros.

Capacitar o aluno a montar serrarias, marcenarias e trabalhar com artesanato avaliando as vantagens e desvantagens de acordo com o mercado consumidor, desdobrando, beneficiando e estocando e comercializando a madeira de acordo com suas características.

O aluno deverá ser capaz de:

- Utilizar técnicas didático-pedagógicas de ensino na prática, de forma compreender os conteúdos vistos de forma teórica;
- Conhecer e utilizar as técnicas de corte, tipos de colas e adesivos e de serras, determinando as peculiaridades de cada espécie florestal;
- Enumerar as diferentes formas de tratamento químico da madeira na produção florestal.
- Aprender a trabalhar manualmente com a madeira.

Objetivos

- Despertar nos alunos o interesse nos processos fisiológicos de crescimento e condução da seiva; conhecer os defeitos da madeira e seus usos na indústria. Bem como o conhecimento e a verificação na secagem da madeira ao ar e em estufa e métodos de preservação da madeira, os processos de transformação e de resinagem.
- Capacitar o aluno para conhecer as características das madeiras de uso comercial (exóticas) visualizando em microscópios as células e fibras da madeira, beneficiando a madeira em forma de produtos (tábuas, vigas, pranchas, ripas, forros), manufaturando produtos (mesas, cadeiras, móveis em geral);
- Repassar noções sobre a reutilização de papel utilizados na secretaria do CEFEP, utilizando-o para a produção de papel reciclado (projeto a ser desenvolvido por professor da área);
- Integrar as áreas de produção, da economia e comércio de madeira, da segurança do trabalhador, determinando o custo de produção de produtos.
- Aprender a trabalhar manualmente com a madeira, produzindo artesanatos como vasos, placas, bancos, etc, utilizados no paisagismo do CEFEP.

Metodologia

Nas aulas práticas serão utilizados os equipamentos de apoio técnico científico na produção de produtos manufaturados de madeira (microscópios, lupas, podões, tubetes, serras fitas, serras circulares, plainas, secadores de madeira, prensas, colas, etc.). O



laboratório será utilizado principalmente na parte de cálculos de cubagem da madeira, porcentagem de aproveitamento da madeira e porcentagem de resíduos gerados. Nesta ocasião serão dadas informações básicas de uso de calculadoras. Na serraria os alunos conhecerão os métodos de desdobramento, e corte de madeiras e na marcenaria os alunos receberão técnicas de lixamento, aplainamento, entalhamento, união de chapas, aplicação de revestimento (verniz, tinta) onde realizarão todas as atividades necessárias para o aprendizado sobre fabricação de produtos oriundos da madeira e segurança dos operários. Todo trabalho será orientado e supervisionado pelo professor e pelos técnicos dos setores. Serão realizadas visitas técnicas em empresas para conhecimento e visualização dos inúmeros processos de fabricação de produtos florestais.

Espécies principais a serem utilizadas: *Pinus elliottii*, *Pinus taeda*, *Eucalyptus dunnii*, *Eucalyptus viminalis*.

Acompanhamento das etapas da produção: Há a necessidade de se adquirir novos equipamentos para a Serraria, pois os existentes são bastante desgastados pelo tempo, apesar de receberem manutenção necessária e possível com os recursos disponíveis. A Serra-fita principal e a Serra-fita de desdobro possuem tecnologia da década de 40, concluindo-se, portanto, que não tem quase nenhum dispositivo de segurança.

Setor de Paisagismo, Jardinagem e Viveiros de Mudanças Ornamentais

Justificativa

A Instituição possui área de jardinagem de 10 ha, com grama, espécies herbáceas, arbustivas e arbóreas que necessitam de adubo e manejo durante todo o ano. Os equipamentos existentes na Escola para o desenvolvimento das atividades são suficientes, porém, necessitando de manutenção periódica e reposição esporádica. A importância deste setor está voltada à apresentação do CEFEP, dos espaços de convívio, do relacionamento dos alunos com as plantas e entre si e da própria preservação destas espécies.

Justifica-se o presente projeto face às práticas de reprodução assexuada e sexuada acompanhadas pelos alunos; todas as fases de manejo de uma floresta, envolvendo desde a semeadura (quebra de dormência), tratamentos culturais iniciais, preparo e conservação do solo, além da adubação, práticas de poda, raleio, coleta de sementes, partes vegetativas, frutos e



contemplação da beleza destas espécies no nosso meio. Acredita-se que o visual do CEFEP é muito importante para o bem estar das pessoas que estão envolvidas com a educação.

O reconhecimento da importância e necessidade de conservação das plantas e flores nativas. Fazendo com que os alunos ou até mesmo a comunidade seja motivada e envolvida, se mostrando receptiva e capaz de criar, transformar e acreditar em novos valores, fortalecendo com o compromisso entre a coletividade e o meio ambiente.

O projeto, mesmo que em ações pequenas é essencial para a mudança progressiva dos valores educacionais existentes e preservação da biodiversidade para as gerações futuras. As espécies nativas, muitas delas, em extinção e desconhecidas da população em geral, podendo ser preservadas, através da coleta de sementes e produção de mudas com o trabalho dos alunos, permitindo visualizar com clareza o quanto o papel dos alunos do Colégio Florestal pode ser cumprido com ações simples e específicas.

Objetivos

- Preparar mudas para serem vendidas buscando verbas para a formatura, bem como para ajardinamento do CEFEP;
- Práticas de métodos de reprodução assexuada (fundo pedagógico);
- Melhorar o paisagismo do CEFEP;
- Cultivar plantas para fazer paisagismo;
- Fazer do viveiro um espaço aberto à visitação pública orientando a população sobre as espécies nativas, frutíferas e paisagísticas, mostrando a importância da preservação;
- Contribuir com o reflorestamento na escola.

Metodologia

Para produção das mudas utiliza-se sementes coletadas nas dependências do CEFEP ou compradas no comércio local e também estacas provenientes das podas realizadas durante as aulas práticas. Serão utilizados Tubetes, sacos plásticos e Bandejas para produção sendo que para encher os mesmos será misturado junto ao substrato adubo específico para cada espécie. Regadores poderão ser utilizados em épocas de estiagem.

Para o plantio das mudas nas dependências do CEFEP utilizamos ferramentas como enxadas, rastel, carrinho de mão, estacas, sombrites entre outros. Os trabalhos realizados serão coordenados e executados pelos professores, funcionários e alunos do CEFEP para um



maior aprendizado aos educandos que pode representar oportunidades diferenciadas e mais dinâmicas de atuação na sua área técnica de formação.

Sector de Produção Vegetal - Viveiro Florestal

Justificativa

A área total do viveiro é 1,5 ha e a utilização efetiva para produção de mudas é de 1.000m². No viveiro utiliza-se 125m² de área de estufa para espécies nativas, 50m² casa de vegetação (para germinação), 150m² de espaço coberto para rustificação de espécies florestais e de paisagismo, mais 450m² de área com canteiros para bandejas. A produção prevista é de 100.000 mudas/ano e estufa com 500m².

Com a finalidade de capacitar o aluno a montar um viveiro florestal avaliando suas vantagens e desvantagens de acordo com o mercado consumidor, coletando, beneficiando e armazenando sementes, exemplificar quebra de dormência, porcentagem de pureza e de germinação, determinando o número de sementes por quilograma e tendo noção de áreas de produção de sementes, reprodução vegetativa determinando o custo de produção de mudas.

O aluno deverá ser capaz de:

- Instalar um viveiro e organizar as atividades de produção de mudas;
- Comparar diferentes tipos de embalagens usadas na produção de mudas, bem como suas vantagens e desvantagens;
- Utilizar micorrizas e outros organismos benéficos às mudas;
- Avaliar as vantagens e desvantagens econômicas na introdução de um viveiro;
- Apontar problemas ocasionados por doenças e pragas em viveiros.

Objetivos

- Capacitar o aluno a montar um viveiro florestal coletando, beneficiando e armazenando sementes, exemplificar quebra de dormência, porcentagem de pureza e de germinação, determinando o número de sementes por quilograma e tendo noção de áreas de produção de sementes, reprodução vegetativa determinando o custo de produção de mudas;
- Cumprir as horas do estágio obrigatório dos alunos;
- Instalar um viveiro e organizar as atividades de produção de mudas;
- Coletar, classificar e armazenar sementes florestais;



- Aplicar diferentes técnicas de quebra de dormência para incentivar a germinação;
- Comparar diferentes tipos de embalagens usadas na produção de mudas, bem como suas vantagens e desvantagens;
- Utilizar micorrizas e outros organismos benéficos às mudas;
- Enumerar diferentes formas de produção de sementes florestais;
- Técnicas de semeadura de espécies nativas e exóticas;
- Demonstração de captação de água e sistemas de irrigação;
- Distinguir os diferentes modos de fazer a propagação vegetativa;
- Plantio das mudas feitas no viveiro em áreas do CEFEP na disciplina de Manejo Florestal e Silvicultura e também para a distribuição para pequenos agricultores e venda.

Metodologia

As aulas práticas visam o desenvolvimento das aulas vistas em sala de aula, por isso serão concomitantes com as mesmas e serão desenvolvidas durante todo o ano. Serão utilizados os equipamentos de apoio técnico científico na produção de mudas de essências florestais (Germinadores, microscópios, placas de Petry, podões, tubetes, sacos plásticos, peneiras, adubos de liberação lenta, mesas de semeadura, substrato, sementes, bandejas, etc.). O laboratório será utilizado principalmente na parte de cálculos de porcentagem de pureza, porcentagem de germinação e número de sementes por quilo. Nesta ocasião serão dadas informações básicas de uso de calculadoras.

No viveiro os alunos recebem canteiros onde realizam todas as atividades necessárias para a produção de uma determinada quantia de mudas. Todo trabalho é orientado e supervisionado pelo professor e pelo técnico do setor. Serão realizadas atividades de semeadura direta em tubetes com substrato industrializado, peneiração, adubação e preenchimento de terra em sacos plásticos, com posterior semeadura e estaquia de espécies de paisagismo, monda dos canteiros para a diminuição do ataque de ervas daninhas e pragas, repicagem e controle de doenças.

Análise de sementes florestais: amostragem, teste de germinação, teste de umidade, teste de pureza, número de sementes por quilo.

Tipos de dormência em sementes florestais: dormência primária e dormência secundária.



Setor de Produção Vegetal – Silvicultura

Justificativa

A silvicultura se ocupa das atividades ligadas ao cultivo das árvores. Ela tem sido tradicionalmente aplicada como um dos mais importantes instrumentos para obtenção de matéria prima destinada ao atendimento de diversas demandas, que vão do pequeno agricultor a grandes indústrias de base florestal. Tem se tornado também importante instrumento a complementar as práticas de reflorestamento destinadas ao atendimento de diversas demandas ecológicas e ambientais. Levando em consideração a capacidade de diversificação em pequenas propriedades e aplicação empresarial das técnicas, as atividades silviculturais que permeiam as aulas práticas e extra-curriculares no Colégio Florestal envolvem preparo do solo, plantios de espécies exóticas e nativas (recuperações de áreas degradadas e APPs), condução da floresta por meio das podas e desbastes, roçadas e coroamentos de plantios já implantados, manutenção de aceiros e estradas, controle de incêndios florestais, inventário entre outros.

Objetivos

- Capacitar o educando para assessorar, planejar, implantar e conduzir projetos silviculturais;
- Utilizar técnicas e Preparo do solo;
- Usar equipamentos e aplicação de métodos de segurança no trabalho;
- Planejar (escolha da espécie e espaçamento para plantio, períodos para poda, escolha de árvores com o inventário para o desbaste, aplicação do Código Florestal na escolha de áreas para plantio e recuperação de APPs e áreas degradadas);
- Utilizar técnicas de implantação de cultivo de árvores (técnicas de esquadrejamento e espaçamento, coveamento com a utilização de diversas ferramentas e máquinas, adubação, uso de hidrogel, noções de aprofundamento do plantio;
 - Controlar de doenças, pragas e ervas daninhas (identificação de pragas e doenças e controle) e 1ª poda e 2ª poda (porcentagem de poda, noção de ferramentas e época de poda);
 - Desbastar (baseados no inventário pré-realizado, analisar a porcentagem de derrubada, noções de desenvolvimento pós-desbaste);
- Controlar incêndios florestais (manutenção de aceiros, práticas de condução e controle de incêndios florestais, métodos de combate, equipamentos usados).



Metodologia

Ao longo do ano letivo, concomitante com as aulas teóricas, os alunos farão as atividades em aulas práticas e extracurriculares. Nas mesmas serão utilizados materiais (equipamentos) de apoio para realização do trabalho em campo.

Serão desenvolvidas as seguintes atividades:

Poda

Material: podão para realização da 1º poda, capacete, perneira, luvas; e podão com extensor para realizar a 2º poda, capacete, perneira, luvas.

Método: é o corte ou supressão dos galhos ou ramos que se situam ao longo do fuste de uma árvore, evitando a nodosidade na madeira, reduzindo a presença de nós, o que acarreta na melhoria da qualidade da madeira, auxilia também no combate a incêndios florestais, dificultando a ocorrência de incêndios de copa, facilita o trabalho de relascopia e manejo.

Desbaste

Material: motosserra para realizar os desbastes; capacete com abafador; calça de motosserrista; luvas.

Método: desbaste é o corte de parte das árvores de um povoamento florestal, que propicia melhores condições para as árvores remanescentes, a partir da maior disponibilidade de luz, água e nutrientes.

Esses cortes poderão ser seletivos, que consiste na retirada de plantas as quais características estão previamente estabelecidas, exemplo árvores com (dap) menor que 15 cm, ou sistemáticos, retirada das árvores sem uma prévia avaliação exemplo retirada de uma em cada quatro linhas.

Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais

Material: capacete; bomba costal; abafador; enxada; garfo; rastelo; caminhão tanque.

Método: as técnicas de prevenção e combate aos incêndios florestais são de suma importância para se evitar danos ao solo, à vegetação, à fauna silvestre, ao ar atmosférico, entre outros. Toda a parte teórica trabalhada em sala de aula é colocada em prática em aulas práticas e nos extracurriculares, a prática da prevenção consiste na eliminação ou redução das fontes de propagação do fogo, como a construção e manutenção de aceiros e queima controlada.



Plantio

Material: enxada; garfo; rastelo; enxada; coveador.

Método: o planejamento para a implantação de plantios florestais é feita previamente em sala em conjunto com a UDP, na prática os alunos irão aplicar os métodos como o planejamento prévio do local, limpeza (roçadas), preparo do terreno, espaçamento, quantidade de mudas necessárias, plantio e replantio, com adubação e controle de pragas.

Dia de Campo/Cadeia Produtiva do Setor Florestal

Justificativa

A atividade florestal no Brasil tem significativa importância social, pois assegura a manutenção de 7,2 milhões de empregos, sendo 1,6 milhões diretos e 5,6 milhões indiretos. O setor florestal é responsável por 5% do PIB com faturamento de aproximadamente 21 bilhões de dólares por ano, e envolve mais de 60 mil empresas, que dependem direta e/ ou indiretamente do produto madeira.

A estes valores deveriam ser acrescidos um expressivo quantitativo correspondente aos serviços ambientais (volume e qualidade de água, biodiversidade, entre outros) fornecidos pelo componente florestal, que implicam na melhoria da qualidade de vida da população.

Novas alternativas que resultam na capacidade de diversificação da produtividade fazem frente à crise econômica e social no campo e contribuem para a estabilidade das propriedades. A consorciação de culturas busca promover a estabilidade da produção, além de melhorar a utilização da terra, a exploração de água e nutrientes, a utilização da força de trabalho, aumentar a eficiência no controle de ervas daninhas, a proteção do solo contra erosão e disponibilizar mais de uma fonte de renda. Potencializar a capacidade de diversificação das culturas e criação de animais nas propriedades para que haja maior liberdade de alternativas e variedades de possibilidades.

Objetivos

Promover uma proposta de diversificação das atividades produtivas vivenciadas no CEFEP será realizado dia de campo onde os próprios alunos apresentarão para comunidade escolar toda a cadeia produtiva florestal a serem levadas às suas propriedades familiares ou



nas quais irão trabalhar, contribuindo para a permanência das pessoas que vivem e trabalham no campo com mais qualidade social e econômica.

Metodologia

As oficinas serão divididas em nove, sendo elas:

- Laboratório de sementes: Será realizada demonstração de quebra de dormência, número de sementes por kg, percentual de pureza e germinação em sementes de essências florestais.
- Laboratório de solos: serão feitas análises de solo e indicação de adubação para essências florestais.
- Viveiro: método de produção de mudas nativas e exóticas demonstrando o ciclo completo desde a germinação da semente até a expedição para o plantio das mudas.
- Silvistoril: será demonstrado o consórcio e seus benefícios.
- Dendrologia: apresentação do arboreto com características dendrológicas de várias espécies florestais.
- Plantio de mudas: explicação do planejamento para implantação de um povoamento florestal, técnica de plantio sendo, semi mecanizado e manual, adubação, usa de hidrogel, combate a formiga.
- Poda e desbaste: demonstração da correta poda evitando a nodosidade da madeira, demonstração dos desbastes seletivos e sistemático.
- Serraria: técnicas utilizadas para desdobro das toras.
- Marcenaria: beneficiamentos da madeira, produção de móveis e afins.

Conselho Escolar

O Conselho Escolar é um órgão colegiado, de natureza deliberativa, consultiva e fiscal, com o objetivo de estabelecer no Projeto Político Pedagógico do CEFEP, critérios relativos à sua organização, funcionamento e relacionamento com a comunidade, nos limites da legislação em vigor e compatíveis com as diretrizes e política educacional traçadas pela Secretaria de Estado da Educação. O Conselho Escolar tem por finalidade promover a articulação entre os vários segmentos organizados da sociedade e os setores do CEFEP, a fim de garantir a eficiência e a qualidade do seu funcionamento. O Conselho Escolar do CEFEP Presidente Costa e Silva reúne-se periodicamente para a deliberação e discussão do que é necessário para a escola, tanto para fins pedagógicos como administrativos.



CENTRO ESTADUAL FLORESTAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL
PRESIDENTE COSTA E SILVA - CEFEP
Avenida Paraná, nº 1000 - Vila São João - CEP 84507-362 Irati / PR
Fone/Fax: (042) 3423-2511 / Fone: (042) 3423-2381
E-mail: iriflorestalcostaesilva@seed.pr.gov.br



108

APAF - Associação de Professores Alunos e Funcionários

Sendo pessoa jurídica de direito privado, é um órgão de representação dos professores, alunos e funcionários do estabelecimento de ensino, não tendo caráter político partidário, religioso, racial e nem fins lucrativos, seus dirigentes e conselheiros não são remunerados, sendo constituída por prazo determinado em Estatuto próprio. Dentre as atribuições da APAF estão: acompanhar o desenvolvimento da proposta pedagógica; observar as disposições legais e regulamentares vigentes; estimular a criação e o desenvolvimento de atividades para alunos, professores e funcionários; colaborar de acordo com as possibilidades financeiras da entidade; reunir-se com o Conselho Escolar para o destino dos recursos advindos de convênios públicos mediante a elaboração de planos de aplicação, bem como reunir-se para prestação de contas desses recursos.

Grêmios Estudantil

O grêmio estudantil é um colegiado representativo dos alunos, que consiste na formação de discentes que atuarão no mesmo propósito, com envolvimento direto na efetivação do currículo, visando à melhoria da convivência educativa e social no ambiente escolar.

Através de estatuto próprio que segue a legislação específica, a participação discente incorpora os princípios da gestão democrática, participativa e cidadã, além do desenvolvimento de habilidades para a administração de recursos.

Cabe ao grêmio estudantil articular e promover eventos técnicos, culturais, esportivos ou de lazer entre os alunos e comunidade escolar, entre outros.

Organização da Hora/Atividade: Objetivo e Finalidade

A hora-atividade, conforme prevê a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº 9394/96 tem por finalidade promover a valorização dos profissionais da educação, assegurando-lhes período reservado a estudos, planejamento e avaliação, incluído



na carga horária de trabalho.

O quadro organizacional de hora-atividade é elaborado pela equipe pedagógica e coordenação de curso a partir da carga horária e turno do professor, com o objetivo de garantir o cumprimento da lei bem como proporcionar o máximo possível a integração entre professores, pois em virtude de se tratar de uma escola que oferece ensino profissional com período integral no diurno e também no noturno, a melhor organização possível do horário para o cumprimento da hora-atividade do professor, é de suma importância para sua organização, estudo, preparo de materiais, aperfeiçoamento profissional, socialização com os demais educadores presentes no ambiente escolar, atendimento a alunos, pais/responsáveis, entre outros.

Plano de abandono da Brigada Escolar

O Plano de abandono foi criado pelo Programa Brigada Escolar tendo como fundamentação a Lei nº 18.424/2015 e regulamentado pelo Decreto nº 4587/2016.

Link de acesso ao Plano de abandono:

<https://drive.google.com/file/d/1E3TwoEkjrpDaze3HMifJeEqYUh8kfQ4/view?usp=sharing>

Acompanhamento e Avaliação do PPP e da Avaliação Institucional

No que se refere ao sistema de avaliação do Projeto Político Pedagógico e da Avaliação Institucional é que ambos, por estarem trabalhando no e o cotidiano educacional, devem periodicamente passarem por análises e reflexões de toda a comunidade escolar, justamente pelo fato dos diferentes segmentos de uma escola atuarem como protagonistas, ao lado dos estudantes.

A sugestão é que, dentro das possibilidades, a cada ano ocorra um sistema de reuniões para que sejam realizadas as referidas análises avaliativas.

O sistema avaliativo, tanto do PPP quanto da Instituição, deve estar em constante atividade para análises, reflexões, adaptações, modificações, porque somente em constante exercício é que as práticas pedagógicas e administrativas podem ser aprimoradas e, conseqüentemente, favorecendo o processo educacional.



Dessa forma a equipe diretiva e pedagógica deve possuir um olhar sistêmico, possibilitando a participação e engajamento de professores, funcionários, alunos, pais, comunidade, entre outros.

Esse trabalho em colaboração com o grupo, permite encaminhamentos assertivos, assim, há maiores possibilidades de avanços e aprimoramentos nas questões educacionais, conseqüentemente, criando melhores condições ao desenvolvimentos das habilidades e competências na plena formação dos educandos.

O Processo de Avaliação existente dentro do espaço educacional, em toda sua forma de expressão, deve ser visto como um parâmetro para mensurar as ações da Escola, melhorando a qualidade educacional e primando por um ensino de excelência, assim, é necessário que essa construção ocorra de forma colaborativa, nas reuniões com pais, professores, estudantes, funcionários e comunidade escolar.

Assim, o PPP deverá ser constantemente submetido a avaliação, devendo ser revisto a cada ano, para possibilitar os ajustes das ações propostas pela comunidade escolar e sua adequação aos dispositivos legais, pois, sendo o Projeto Político Pedagógico o alicerce do trabalho pedagógico do CEFEP, enquanto processo de construção contínua, também nunca estará pronto, acabado.

Desta forma, o PPP será construído contínua e coletivamente, identificando as qualidades e fragilidades da instituição e do sistema, subsidiando as políticas educacionais desenvolvidas, primando pelo comprometimento com a transformação social e o aperfeiçoamento da gestão escolar e da educação pública, ofertada na Rede Estadual de Ensino.

Assim, os aspectos avaliativos visam observar a instituição como um todo e a sua relação com as expectativas da comunidade escolar que a compõe, também, deve ser entendido como análise dos trabalhos que ocorrem no CEFEP e servem como parâmetro para as próximas ações.

Calendário Escolar

O calendário escolar é elaborado anualmente, conforme instruções da mantenedora de forma a garantir o cumprimento da Lei de Diretrizes e Bases da Educação que estabelece um mínimo de dias letivos e carga horária a ser cumpridos, a Resolução nº



**CENTRO ESTADUAL FLORESTAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL
PRESIDENTE COSTA E SILVA - CEFEP**
Avenida Paraná, nº 1000 - Vila São João - CEP 84507-362 Irati / PR
Fone/Fax: (042) 3423-2511 / Fone: (042) 3423-2381
E-mail: iriflorestalcostaesilva@seed.pr.gov.br



111

3533/2020-GS/SEED, Instrução nº 01/2020-DLE/DPGE/SEED, Informação nº 35/2020-DEDUC/DEP/SEED. O calendário escolar deve prever para o ano letivo, atividades culturais, esportivas, técnicas e festivas envolvendo toda a comunidade escolar; os momentos de formação continuada aos profissionais de educação, bem como a divisão dos bimestres em cada semestre, entre outras ações específicas da instituição ou demandas da SEED.

O Calendário Escolar está disponível para todos consultarem na secretaria, no site institucional ou pelo link:

<https://drive.google.com/file/d/1DeRi4z4JDX73AcTm8Fooy1xE25I7btkV/view>

Propostas Pedagógicas Curriculares Ensino Fundamental (Links) - BNCC

Link da Matriz Curricular

<https://drive.google.com/file/d/1dABqSM1ITBJ8O6fRMr0NkCAoO3nKCeJC/view?usp=sharing>

CREP - Currículo da Rede Estadual Paranaense está disponível em:

<https://professor.escoladigital.pr.gov.br/crep>

Currículo Priorizado está disponível em:

https://professor.escoladigital.pr.gov.br/estudo_planejamento/curriculos_priorizados

Proposta Pedagógica Curricular (PPC):

A PPC segue a matriz curricular em vigência para cada segmento, forma de organização e modalidade escolar. Além disso, sua definição pela instituição tem como base os referenciais e currículos destinados à rede estadual de ensino do Paraná.

A implementação compreende diversas ações articuladas em torno da Lei nº 13.415/2017, das novas Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio (DCNEM) e da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) - Etapa do Ensino Médio. Entre essas ações, encontra-se a elaboração do Referencial Curricular do Ensino Médio, que é o documento de referência obrigatória para a reformulação dos currículos de todas as redes e escolas do Sistema Estadual de Ensino.



No Paraná, o Referencial Curricular para o Ensino Médio, aprovado em 29/07/2021 pelo Conselho Estadual de Educação (Deliberação nº 04/2021 do CEE/PR) juntamente com as Diretrizes Curriculares Complementares do Ensino Médio. Em seguida o documento foi homologado pela Resolução nº 3.416 de 06 de agosto de 2021.

Quanto a Integração Formação Geral Básica (FGB), Parte Flexível Obrigatória (PFO) e o Itinerário Formativo da Educação Técnica Profissional, o Itinerário Formativo da Educação Técnica e Profissional segue a Matriz Curricular vigente que descreve a carga horária para Formação Geral Básica (FGB), a Parte Flexível Obrigatória (PFO) e o Itinerário Formativo (IF) do curso escolhido. Na elaboração da PPC, essa organização deve ser considerada, tendo em vista a necessidade da **integração** dos professores da FGB, PFO e do Itinerário Formativo.

Educação Profissional e Tecnológica (EPT)

O Novo Ensino Médio articula o princípio de educação integral por meio de uma nova arquitetura curricular pautada na diversificação curricular e no desenvolvimento de competências. Compreender a dinâmica desse novo paradigma é essencial para elaborar as unidades curriculares que comporão o Itinerário Formativo da Educação Técnica e Profissional. Somada às competências gerais da BNCC e às habilidades específicas associadas aos eixos estruturantes, à formação integral do (a) estudante da Educação Técnica e Profissional requer que a parte diversificada do currículo também oportunize experiências de aprendizagens para que se desenvolvam competências profissionais gerais, demandadas pelo mundo do trabalho, e competências profissionais específicas, requeridas pelas diversas ocupações, previstas no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNTC) e na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO).

O direito do estudante a uma educação que vise a sua qualificação para o trabalho, assegurada pelo artigo 205 da Constituição Federal e pelo artigo 2º da LDB, Lei n. 9.394/1996, é aprofundado por um conjunto de princípios e critérios elencados nas resoluções do Conselho Nacional de Educação n. 3/2018 e n. 1, de 05 de janeiro de 2021, que definem as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional e Tecnológica. Essas diretrizes devem ser observadas durante o processo de construção do Itinerário Formativo da Educação Técnica e Profissional.



A oferta do Itinerário Formativo deve conciliar os interesses e as necessidades profissionais do estudante e deve promover o desenvolvimento da sua vida e da sua carreira, alinhada ao seu projeto de vida, em uma concepção de formação integral.

O Itinerário da Educação Técnica e Profissional deve habilitá-lo profissionalmente, buscando adaptar-se às sucessivas mudanças no mundo do trabalho contemporâneo. As unidades curriculares e as estratégias de ensino que compõem os Itinerários Formativos devem promover o desenvolvimento das competências profissionais gerais e específicas requeridas à plena qualificação do estudante para o mundo do trabalho, identificadas a partir de um perfil profissional de conclusão próprio de cada curso.

O Itinerário deve promover a articulação com o setor produtivo, objetivando a plena inserção do estudante no mundo do trabalho. Deve-se observar as ocupações técnicas reconhecidas pelo setor produtivo, tendo-se como referência a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) e o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNTC). O itinerário deve ser organizado no âmbito de um curso, uma área ou um eixo tecnológico, de maneira a verticalizar e harmonizar a formação em ETP.

Além disso, parcerias e aproximações entre empresas e instituições de ensino devem ser estimuladas com o fim de viabilizar percursos formativos e ambientes de aprendizagens distintos e que insiram os cursistas na realidade do setor produtivo.

O contexto local deve ser observado durante o processo de planejamento da oferta dos Itinerários. Deve-se buscar um alinhamento dos cursos com os arranjos produtivos locais e com o desenvolvimento socioeconômico da região, de modo a atender às demandas das comunidades e a potencializar o desenvolvimento regional. Deve-se, também, buscar alinhamento com outros projetos estruturantes e políticas públicas indutoras de diferentes atores e níveis de governo.

O contexto escolar também deve ser considerado. Em uma perspectiva pedagógica, a oferta do Itinerário Formativo deve convergir no Projeto Político- Pedagógico das instituições de ensino. Deve-se respeitar a autonomia das escolas, bem como o princípio de pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas. Por outro lado, a capacidade de oferta das instituições ou redes de ensino deve ser analisada com profundidade, de modo a considerar a real viabilidade de implementação da proposta pedagógica dos Itinerários.

O Itinerário Formativo deve oportunizar práticas pedagógicas inovadoras. São princípios da Educação Técnica e Profissional:



A indissociabilidade entre a teoria e a prática profissional, bem como, a indissociabilidade entre educação e prática social.

O incentivo ao uso de recursos tecnológicos e de recursos educacionais digitais.

O emprego de metodologias ativas que coloquem o estudante no centro do processo de ensino-aprendizagem.

A integração entre diferentes tipos de unidades curriculares (componentes curriculares, disciplinas, cursos, estudos, oficinas, experiências profissionais, programas de aprendizagem profissional) para o desenvolvimento de competências.

Quanto à forma de oferta da Educação Técnica e Profissional, os cursos técnicos serão desenvolvidos nas formas integrada, concomitante ou subsequente ao Ensino Médio, como caracterizadas na Resolução n. 1, de 2021, conforme descrito abaixo:

Integrada, ofertada somente a quem já tenha concluído o Ensino Fundamental, com matrícula única na mesma instituição, de modo a conduzir o estudante à habilitação profissional técnica ao mesmo tempo em que conclui a última etapa da Educação Básica.

Na forma subsequente, desenvolvida em cursos destinados exclusivamente a quem já tenha concluído o Ensino Médio, condicionada às possibilidades das instituições de ensino com a existência de vagas. Os estudantes concluintes do Ensino Médio podem realizar a formação técnica e profissional pela matrícula no itinerário formativo, com aproveitamento da formação geral, ou pela oferta específica de cursos subsequentes.

Proposta Pedagógica Curricular do Curso Técnico em Florestas – PPC - Ementa

O Curso Técnico em Florestas Integrado ao Novo Ensino Médio visa promover uma reforma curricular capaz de aproximar os colégios das realidades dos estudantes e considerar as novas demandas e as complexidades do mundo do trabalho e da vida em sociedade, tendo como base curricular o processo de desenvolvimento de competências e habilidades, direcionadas a quatro eixos estruturantes: Trabalho como Princípio Educativo, Investigação Científica, Mediação e Intervenção Sociocultural e Empreendedorismo.

A proposta curricular fundamenta-se nos princípios de formação integral, desenvolvimento de competências e estímulo do protagonismo do estudante para construir sua trajetória pessoal, profissional e acadêmica, o levando a refletir sobre seu projeto de vida e o estimulando a desenvolver autonomia para atingir seus interesses.



A organização dos conhecimentos no currículo está definida por conteúdos estruturantes e básicos, os quais enfatizam a intervenção humana, a produção, a mediação, a intervenção e a modernização da área em estudo, direcionadas às necessidades atuais da cadeia produtiva da madeira e do mundo do trabalho.

Considerando o conhecimento em sua dimensão científica, histórica e social, reorganizado neste plano de curso, percebe-se que a oferta da educação escolar da modalidade subsequente será capaz de efetivar a formação integral, inter e transdisciplinar ao estudante que, em sua maioria, ao matricular-se nesta modalidade de ensino, já possuem interesse em atuar neste setor econômico e em grande parte serão absorvidos pela crescente oferta de trabalho nos arranjos produtivos regionais e nacionais, pois estatisticamente é baixo o índice destes estudantes que seguem ao ensino superior.

Tendo em vista a pressão existente sobre as florestas nativas caracterizada por oferta insuficiente de madeira oriunda de reflorestamento para diversas finalidades; seja na indústria moveleira, construção civil, energética, celulose e papel, entre outras, o avanço de áreas para a agropecuária e a falta de profissionais com formação para poder intervir nos processos produtivos com tecnologias que conciliem produção, conservação e preservação ambiental, o curso Técnico em Florestas Integrado ao Novo Ensino Médio tem uma importância fundamental em serviços ambientais que dependem da correta preservação e condução das florestas nativas ou plantadas. Assim a consciência ambiental, o uso correto de técnicas produtivas, o conhecimento da legislação para o trabalho florestal em seus processos produtivos para um desenvolvimento sustentável, são princípios desta formação.

Segundo o Instituto Ambiental do Paraná e outros órgãos inerentes ao Setor Florestal no PR, conforme indicadores relacionados abaixo, constata-se a importância do Setor Florestal e da necessidade de qualificação profissional, quais sejam:

O Paraná é o Estado com o maior número empreendimentos cadastrados no sistema (1,7 mil) e também o que emitiu mais autorizações florestais – são 400 desde que o Sinaflor foi implantado no Estado, em maio de 2018, das 2.049 autorizações concedidas em todo o Brasil para corte de árvores. No mesmo período, 7.814 empreendimentos em todo o país foram cadastrados (IAP: <http://www.sedest.pr.gov.br/Noticia/Parana-se-destaca-no-uso-de-sistema-para-gestao-de-florestas>, acessado em 02/06/2021).

- 4% do PIB tem origem em produtos da madeira. Em relação ao PIB brasileiro, o setor de



árvores plantadas fechou 2016 com participação de 1,1% de toda a riqueza gerada no País e 6,2% do PIB industrial. Portanto, estes dados nos mostram a importância do setor florestal para a economia do Brasil.

- No Paraná a madeira representa 23% deste valor.
- A madeira ocupa a 4ª posição em ICMS industrial.

Segundo o relatório anual do IBÁ em 2020 (Indústria Brasileira de Árvores), pela primeira vez o setor atingiu uma receita bruta total na casa de R\$ 100 bilhões. A contribuição na balança comercial foi de US\$ 10,3 bilhões em 2019, o segundo melhor resultado dos últimos 10 anos. Essa cadeia industrial representa 1,2% do PIB Nacional. Além de atuar de forma sustentável, é um importante gerador de riqueza compartilhada. Em 2019, foram 1,3 milhão de postos de trabalho, na cadeia de árvores plantadas, somando oportunidades para 3,75 milhões de brasileiros em todo o País. Com os investimentos de expansão devem ser criados mais 36 mil novos postos de trabalho .

- Parque industrial com 30.000 empresas, sendo 8.000 no Paraná. O setor de base florestal brasileiro totalizou 151,8 mil empresas ativas em 2016, o que representa queda de 2% em relação ao ano anterior, quando atingiu 155,4 mil. Do total nacional, o Paraná respondeu por 10% em 2016, equivalente a 15,5 mil empresas. Além disso, o Estado também registrou queda de 5% no número de empresas ativas em relação ao ano de 2015.

- Considerando o setor primário da economia, o complexo da madeira representa o segundo maior valor em exportações, perdendo somente para o complexo da soja.

- Com base no Estudo Setorial publicado pela Associação Paranaense de Empresas de Base Florestal (APRE), composto por 51 empresas que representam a Silvicultura Paranaense, apresentamos um panorama de um segmento pujante e com excelentes perspectivas de futuro.

(https://www.apreflorestas.com.br/wp-content/uploads/2018/02/Estudo-Setorial-2018_APRE.pdf):

- O Brasil detém pouco mais de 7,84 milhões de hectares plantados, sendo: 72% FLORESTAS DE EUCALIPTO, 20% Florestas de Pinus e 8% com outras espécies;
- O estado do Paraná detém 967,0 mil ha plantados, sendo cerca de 70% (672,6 mil ha com pinus e 30% (294,1 mil ha) com eucalipto, segundo dados da IBÁ de 2016.
- Total de 1.066.479 ha: PR possui 13% da área plantada no Brasil (3º lugar no ranking nacional), sendo 83,5% na região Centro-Sul do Estado, onde o CEFEP Presidente Costa e Silva está inserido.



- O Paraná lidera o ranking de maior detentor de área plantada com pinus do país e situa-se em sexto lugar na área plantada com eucalipto, mostrando notadamente seu perfil e vocação voltados à produção e beneficiamento de produtos de madeira de pinus. Na classificação geral/total com florestas plantadas com pinus e eucalipto, o estado situa-se na terceira posição nacional, atrás apenas de Minas Gerais e São Paulo, estados que têm as maiores concentrações de plantios com eucalipto do Brasil.

- O Brasil é referência mundial em produtividade florestal de espécies de rápido crescimento, como o pinus e o eucalipto, e apresenta, de modo geral, a maior produtividade (volume de madeira por unidade de área) e a menor rotação.

- A contribuição do setor de base florestal plantada no Paraná se dá pela preservação de recursos florestais nativos, protegendo a biodiversidade (flora e fauna), solo, mananciais e demais recursos hídricos. Esta dinâmica permite manter os processos ecológicos essenciais dos ecossistemas existentes no estado. Dentre as formas de preservação e proteção ambiental citam-se as Áreas de Preservação Permanente (APP), Reservas Legais (RL) e Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs), que estão regulamentadas pelas Leis federais nº 12.651/12 e nº 9.985/2000.

- Polos Florestais: O conceito de polo se dá pela dinâmica de mercado, em que se estabelece uma relação de oferta e demanda por matéria-prima dentro de uma determinada região geográfica. No setor de base florestal plantada no Paraná, é possível classificar seis polos florestais principais. A interface entre a produção e o consumo de madeira na região Centro-Sul do estado, que tem a maior concentração de plantios florestais, permite definir os seguintes polos florestais: • Jaguariaíva-Arapoti; • Telêmaco Borba; • Ponta Grossa; • Curitiba e Região Metropolitana; • Guarapuava; e • União Da Vitória. O polo de Jaguariaíva-Arapoti é um dos mais diversificados, abrigando as indústrias de celulose e papel (C&P), serrado, compensado, moldura, painéis reconstituídos e móveis. O polo de Telêmaco Borba é o maior polo produtor do estado e também se encontra amplamente diversificado industrialmente, com a madeira em tora direcionada principalmente para os segmentos de C&P, serrarias, fábricas de compensados e de molduras; região em que o CEFEP Presidente Costa e Silva encontra-se, fornecendo mão-de-obra técnica para o Setor Florestal Paranaense. Além destes indicadores o Paraná possui importante polo moveleiro na região de Arapongas e centro de capacitação profissional na área de colheita e transporte florestal, na região de Telêmaco Borba. O Estado também conta com grandes empresas



reflorestadoras para o atendimento de demanda de madeira. A EMBRAPA, através do Centro Nacional de Pesquisa em Florestas, no município de Colombo, região Metropolitana de Curitiba, desenvolve pesquisas florestais nas quais os Técnicos em Florestas têm importante atuação.

Podemos ainda citar a abrangência da atuação do Técnico em Florestas em todo o país, desde a região da Jari Florestal, no Estado do Pará, até a região da Florestal Raízes, em Guaíba - RS, além dos importantes polos de papel e celulose e painéis nos Estados de São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo e Bahia.

Considerando a relevância do setor florestal na economia estadual e nacional na atualidade, o CEFEP Presidente Costa e Silva em Irati – PR, sendo o único estabelecimento da rede estadual de ensino a formar o Técnico em Florestas, assume um papel fundamental na formação técnica do indivíduo que estará habilitado a atuar em toda a cadeia produtiva da madeira.

O CEFEP Presidente Costa e Silva, referência em educação profissional a cerca de 50 anos no Estado do Paraná, já formou mais de três mil técnicos ao longo de todos estes anos com a oferta sistemática da educação profissional técnica de nível médio na modalidade integrada e na modalidade subsequente; possui índices educacionais satisfatórios e reconhecimento nacional. Dadas as carências educacionais no campo, tanto de trabalhadores quanto de proprietários rurais e suas famílias, é indispensável que se avance muito mais em duas direções. A primeira, no avanço do nível de educação ofertado à população com interesse na área florestal para atuação em vagas no mercado, empreendedorismo, consultoria ou gestão da própria propriedade rural, e, a segunda, na ampliação de atendimento educacional da população rural regional e nacional, que pela carência de infraestrutura física escolar em seu meio rural e inexistência de outro CEEP que ofereça cursos na área de produção florestal, e que depende da oferta do curso em nossa instituição.

Objetivos

- Promover a educação como processo seguro da formação humana e do desenvolvimento do sistema social mais amplo;
- Propiciar conhecimentos teóricos e práticos amplos para o desenvolvimento de capacidade de análise crítica, de orientação e execução de trabalho no Setor Florestal;



- Formar profissionais críticos, reflexivos, éticos, capazes de participar e promover transformação no seu campo de trabalho, na sua comunidade e na sociedade na qual está inserida;
- Profissionalizar egressos do ensino fundamental para atuar de forma sustentável em toda a cadeia produtiva da madeira, através da implantação, manutenção, recuperação e produção de áreas florestais para a industrialização de todos os seus produtos.

Dados Gerais do Curso Técnico em Florestas

Habilitação Profissional: Técnico em Florestas

Eixo Tecnológico: Recursos Naturais

Forma: Integrada

Carga horária total do curso: 4.000 horas + 80 horas de Estágio Profissional Supervisionado

Regime de funcionamento: de 2ª a 6ª feira, no (s) período (s) manhã e/ou tarde

Regime de matrícula: Anual

Número de vagas: ____ por turma (Conforme m² - mínimo 30 alunos e máximo de 40 alunos).

Período de integralização do curso: Mínimo 03 (três) anos letivos (séries) e máximo de 5 (cinco) anos.

Requisitos de acesso: Conclusão do Ensino Fundamental

Modalidade de oferta: Presencial

Matriz do Curso Técnico em Florestas

Para acessar consultar o link:

<https://drive.google.com/file/d/1dABqSM1ITBJ8O6fRMr0NkCAoO3nKCeJC/view?usp=sharing>

Perfil Profissional de Conclusão de Curso

“Planeja, organiza, dirige e controla atividades técnico-científicas de preservação, implantação, conservação e utilização com manejo sustentável de florestas e produtos de



origem florestal. Supervisiona a execução de atividades florestais, desde a construção de viveiros florestais e infraestrutura, produção de mudas, manejo de florestas nativas e comerciais até a colheita florestal com extração e beneficiamento da madeira. Executa o processo de produção, manejo sustentável e industrialização dos recursos de origem florestal. Orienta prática florestal de menor impacto ambiental. Inventaria florestas. Realiza a coleta, identificação e conservação de sementes florestais. Seleciona e aplica métodos de manejo integrado de pragas, doenças e plantas espontâneas. Administra unidades de conservação e de produção florestal. Desenvolve projetos de preservação e conservação ambiental e florestal. Fiscaliza e monitora fauna e flora silvestres. Elabora documentos técnicos pertinentes à área. Utiliza máquinas e implementos específicos para a atividade florestal”.

A seguir estão as competências que compõem o perfil do Técnico em Florestas:

- Planejar, organizar, dirigir e controlar as atividades de preservação, implantação, conservação e utilização de florestas e produtos de origem florestal, analisando as características econômicas, sociais e ambientais.
- Prestar assistência técnica e assessoria ao estudo e ao desenvolvimento de projetos e pesquisas tecnológicas ou aos trabalhos de vistoria, perícia, arbitramento e consultoria.
- Elaborar orçamentos, laudos, pareceres, relatórios e projetos, inclusive de incorporação de novas tecnologias.
- Prestar assistência técnica às áreas de crédito rural e de fomento florestal.
- Planejar, organizar e monitorar atividades de exploração e manejo do solo, matas e florestas de acordo com suas características, alternativas de otimização dos fatores climáticos e seus efeitos no crescimento e desenvolvimento das plantas e dos animais, propagação em cultivos abertos ou protegidos, em viveiros e em casas de vegetação.
- Aplicar métodos e programas de melhoramento genético florestal.
- Prestar assistência técnica à aplicação, à comercialização, ao manejo de produtos especializados, à recomendação e à interpretação de análise de solos, à aplicação de fertilizantes e corretivos nos tratamentos culturais.
- Identificar os processos simbióticos de absorção, de translocação e os efeitos alelopáticos entre solo e planta, planejando ações referentes aos tratamentos das culturas.



- Selecionar e aplicar métodos de erradicação e controle de vetores e pragas, doenças e plantas daninhas.
- Supervisionar a execução de atividades florestais, como a construção de viveiros florestais, produção de mudas, colheita florestal com extração e beneficiamento da madeira, manejo de florestas nativas e comercialização.
- Supervisionar o armazenamento, a conservação, a comercialização e a industrialização dos produtos de origem florestal.
- Emitir laudos e documentos de classificação, exercer a fiscalização de produtos de origem florestal.
- Executar o processo de produção, manejo sustentável e industrialização dos recursos de origem florestal.
- Orientar a prática florestal de menor impacto ambiental.
- Aplicar as legislações pertinentes ao processo produtivo e ao meio ambiente.
- Aplicar práticas sustentáveis no manejo de conservação do solo e da água.
- Orientar e planejar projetos de recomposição florestal em propriedades rurais.
- Supervisionar atividades de coleta de dados dentro dos povoamentos florestais para fins de elaboração de inventários florestais.
- Utilizar equipamentos e reconhecer os métodos utilizados nas medições das árvores no campo e aplicações em inventário florestal.
- Realizar a coleta, a identificação e a conservação de sementes florestais.
- Conhecer os principais produtos florestais derivados da madeira.
- Administrar unidades de conservação e de produção florestal.
- Fiscalizar e monitorar a fauna e a flora silvestres.
- Realizar a identificação botânica de espécies florestais.
- Elaborar, projetar e executar projetos de arborização urbana e jardins.
- Treinar e conduzir equipes nas suas modalidades de atuação profissional.
- Identificar e aplicar técnicas mercadológicas para distribuição e comercialização de produtos florestais.
- Executar a gestão econômica e financeira da produção florestal.
- Administrar e gerenciar propriedades de produção florestal.
- Realizar procedimentos de desmembramento, parcelamento e incorporação de imóveis rurais.



- Analisar bancos de dados espaciais e realizar sensoriamento remoto.
- Utilizar máquinas e implementos específicos para a atividade florestal.
- Utilizar equipamentos e programas para fins topográficos e georreferenciamento.
- Realizar levantamento, coleta, processamento e análise de dados através do Sistema de Navegação Global por Satélite (GNSS).

Currículo da Rede e Currículo Priorizado do Estado do Paraná

Estão disponíveis, em nível Estadual, documentos orientadores para consulta, elaboração e uso como forma de organizacional ao seguimento dos Projetos Políticos Pedagógicos e suas respectivas elaborações das Propostas Pedagógicas Curriculares, bem como, ao Plano de Trabalho Docente.

Para implementação da matriz curricular de cada curso nossa Instituição tem como referência o CREP - Currículo da Rede Estadual Paranaense e o Currículo Priorizado. O CREP - Currículo da Rede Estadual Paranaense está disponível em:
<https://professor.escoladigital.pr.gov.br/crep>

O Currículo Priorizado está disponível em:

https://professor.escoladigital.pr.gov.br/estudo_planejamento/curriculos_priorizados

Os quadros organizadores das áreas do conhecimento do Currículo do Ensino Médio do Paraná: Formação Geral Básica em formato editável, estão disponíveis em:

https://docs.google.com/document/d/1IyPjCokEiMZvCLBxhK52Z2Bz1d8_SBDM/edit?usp=sharing&oid=104029137315819424475&rtpof=true&sd=true

O Caderno de Itinerários Formativos 2023 está disponível em:

https://professor.escoladigital.pr.gov.br/sites/professores/arquivos_restritos/files/documento/2023-01/nem_caderno_itinerarios_formativos_completo.pdf

A plataformas digitais são recursos pedagógicos utilizados para potencializar as aprendizagens e as atividades estão atreladas aos objetivos de aprendizagem a serem atingidos. Estão disponíveis em:

https://professor.escoladigital.pr.gov.br/plataformas_educacionais



Formação Geral Básica

PPC - Área de Linguagens e suas Tecnologias

O quadro organizador da área reúne os componentes curriculares de Arte, Língua Portuguesa, Língua Inglesa e Educação Física. Eles se apresentam agrupados por série e trimestres, de acordo com a matriz curricular. Os elementos que o constituem são: competências, habilidades, objetivos de aprendizagem, objetos do conhecimento e possibilidades de conteúdos.

Link de acesso:

https://drive.google.com/file/d/1QaMu70JCLK9vdmvvRVwsNzu_d1WpvA_u/view?usp=sharing

PPC - Área de Ciência Humana e Social e Aplicada

O quadro organizador da área reúne os componentes curriculares de História, Filosofia, Geografia e Sociologia. Eles se apresentam agrupados por série e trimestres, de acordo com a matriz curricular. Os elementos que o constituem são: competências, habilidades, objetivos de aprendizagem, objetos do conhecimento e possibilidades de conteúdos.

Acesso ao link:

<https://drive.google.com/file/d/1pOtivJ7KLBlaZJSFNAY-bmywuoTenBiy/view>

PPC - Área de Ciências da Natureza e suas Tecnologias

O quadro organizador da área reúne os componentes curriculares de Biologia, Física e Química. Eles se apresentam agrupados por série e trimestres, de acordo com a matriz curricular. Os elementos que o constituem são: competências, habilidades, objetivos de aprendizagem, objetos do conhecimento e possibilidades de conteúdos.

Acesso ao link:

<https://drive.google.com/file/d/1RWf5IsyVKpnX2oIV0J8J8GuQAfLLrhgi/view>



PPC - Área de Matemática e suas Tecnologias

O quadro organizador da área destaca o componente curricular de Matemática. Ele se apresenta por série e trimestres, de acordo com a matriz curricular. Os elementos que o constituem são: competências, habilidades, objetivos de aprendizagem, objetos do conhecimento e possibilidades de conteúdos.

Acesso ao link:

<https://drive.google.com/file/d/1X5SXV-2QjscIQ7190Z0k7CbDtmxlySuk/view>

Propostas Pedagógicas Curriculares Ensino Médio (Links) FGB

Currículo do Ensino Médio do Paraná: Formação Geral Básica

https://professor.escoladigital.pr.gov.br/sites/professores/arquivos_restritos/files/documento/2022-11/ensino_medio_curriculo_formacao_geral_basica.pdf

Quadros organizadores das áreas do conhecimento do Currículo do Ensino Médio do Paraná: Formação Geral Básica

https://docs.google.com/document/d/1IyPjCokEiMZvCLBxhK52Z2Bz1d8_SBDM/edit?usp=sharing&oid=104029137315819424475&rtpof=true&sd=true

Caderno de Itinerários Formativos 2023

https://professor.escoladigital.pr.gov.br/sites/professores/arquivos_restritos/files/documento/2023-01/nem_caderno_itinerarios_formativos_completo.pdf

PPC - Parte Flexível Obrigatória

As ementas referentes a cada Unidade Curricular da Parte Flexível Obrigatória, encontram-se disponíveis no Caderno de Itinerários Formativos 2023 (https://professor.escoladigital.pr.gov.br/sites/professores/arquivos_restritos/files/documento/2023-01/nem_caderno_itinerarios_formativos_completo.pdf).



CENTRO ESTADUAL FLORESTAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL
PRESIDENTE COSTA E SILVA - CEFEP
Avenida Paraná, nº 1000 - Vila São João - CEP 84507-362 Irati / PR
Fone/Fax: (042) 3423-2511 / Fone: (042) 3423-2381
E-mail: iriflorestalcostaesilva@seed.pr.gov.br



125

Os componentes Curriculares oferecidos no CEFEP são: Projeto de Vida e Educação Financeira.

O Projeto de Vida é fundamental para articular, integrar e incentivar o estudante a vivenciar seu protagonismo no processo de aprendizagem.

Link para acesso:

<https://drive.google.com/file/d/1zYkMhryHrbkkMkHs7aDYKQrwNiKdIWMr/view>

A Educação Financeira pretende contribuir com o desenvolvimento de competências que agreguem potencial às decisões, interesses e perspectivas dos estudantes em relação ao seu projeto de vida, assim como uma atitude consciente em relação às questões financeiras.

Link para acesso:

https://drive.google.com/file/d/14GjaR_JOaOaL3k5sn56Qci1PICZnxKDE/view

Itinerário Formativo Obrigatório da Educação Técnica e Profissional

Na Educação Profissional, os componentes curriculares destinados ao Ensino Profissionalizante são denominados Itinerários Formativos da Educação Técnica e Profissional.

O Itinerário Formativo da Educação Técnica e Profissional Integrada segue a Matriz Curricular vigente que descreve a carga horária para Formação Geral Básica (FGB), a Parte Flexível Obrigatória (PFO) e o Itinerário Formativo (IF) do curso escolhido, quando este ofertado na forma integrada ao Ensino Médio.

Link para acesso as Ementas e Plano de Curso do Técnico em Florestas:

https://drive.google.com/file/d/1_jcuKpQ9d5-21jPVbHiZZM7EWF-QAskR/view

Plano de curso Técnico em Segurança do Trabalho PPC / Ementa

Dados Gerais do Curso

Identificação do Estabelecimento de Ensino: Centro Estadual Florestal de Educação Profissional Presidente Costa e Silva.



CENTRO ESTADUAL FLORESTAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL
PRESIDENTE COSTA E SILVA - CEFEP
Avenida Paraná, nº 1000 - Vila São João - CEP 84507-362 Irati / PR
Fone/Fax: (042) 3423-2511 / Fone: (042) 3423-2381
E-mail: iriflorestalcostaesilva@seed.pr.gov.br



126

Parecer e resolução do credenciamento da Instituição: Parecer nº 563/2012 – CEB-CEE e Resolução nº 4575/2012 DOE 09/08/2012.

Dados Gerais do Curso

Habilitação Profissional: Técnico em Segurança do Trabalho

Eixo Tecnológico: Segurança

Forma: Subsequente

Carga Horária Total do Curso: 1200 horas mais 167 horas de Estágio Supervisionado

Regime de Funcionamento: de 2ª a 6ª feira, no período noturno

Regime de Matrícula: Semestral

Número de Vagas: mínimo de 35 e máximo de 40 por turma

Período de Integralização do Curso: mínimo de 03 (três) semestres letivos e máximo de 10 (dez) semestres letivos.

Requisitos de Acesso: Ter concluído o Ensino Médio e idade igual ou superior a 18 anos no ato da matrícula

Modalidade de Oferta: Presencial

Matriz Curricular - Curso Técnico em Segurança do Trabalho

Acesso pelo link:

<https://drive.google.com/file/d/1w4VzY1vRIqMCWavVWvbc3i6VorTDFAZT/view?usp=sharing>

Justificativa

A história contemporânea registra que o mundo do trabalho vem sofrendo profundas transformações. O surgimento da produção em série foi o grande episódio da civilização industrial e os mecanismos de poder exercidos pelo homem ao longo da história, representados pelo domínio do fogo, o controle das técnicas de plantio, o desenvolvimento das técnicas de navegação, chegaram ao seu ponto culminante com o advento da Revolução Industrial e a massificação do consumo. Intensificaram-se e diversificaram-se as atividades laborais, acarretando aumento do trabalho e novos riscos à saúde e à segurança dos trabalhadores. Com o objetivo de proteger a saúde e integridade física do trabalhador,



surgiram novas Leis e Normas que fundamentam ações preventivas aplicáveis às mais diversas áreas laborais.

A reestruturação produtiva e industrial, as inovações tecnológicas de base microeletrônica, a acentuada competitividade e a busca da qualidade de vida afetaram substancialmente as relações de trabalho, com repercussões sobre o binômio, Saúde e Trabalho. Esses desafios estabelecem a necessidade de uma nova forma de compreensão dessas relações e propõe uma nova prática de atenção à segurança e à saúde dos trabalhadores, com intervenção nos ambientes e processos de trabalho, a fim de estimular a promoção e a prevenção da saúde, a busca do elevado padrão de qualidade de vida laboral, com reflexos sobre a produtividade das organizações.

Visando o aperfeiçoamento curricular do Curso Técnico em Segurança do Trabalho e a concepção de uma formação técnica que articule trabalho, cultura, ciência e tecnologia como princípios que devem transversalizar todo o desenvolvimento curricular, apresenta-se a reformulação do plano de curso.

O Curso Técnico em Segurança do Trabalho vem ao encontro da necessidade da formação do Técnico numa perspectiva de totalidade, o que significa recuperar a importância de trabalhar com os alunos os fundamentos científico-tecnológicos, presentes nas disciplinas da Formação Específica, evitando a compartimentalização na construção do conhecimento.

A proposta encaminha para uma formação onde a teoria e prática possibilita aos alunos compreenderem a realidade para além de sua aparência onde os conteúdos não têm fins em si mesmos porque se constituem em sínteses da apropriação histórica da realidade material e social pelo homem.

A organização dos conhecimentos, no Curso Técnico em Segurança do Trabalho enfatiza o resgate da formação humana onde o aluno, como sujeito histórico, produz sua existência pelo enfrentamento consciente da realidade dada, produzindo valores de uso, conhecimentos e cultura por sua ação criativa.

A oferta deste curso no CEFEP Presidente Costa e Silva se justifica pela grande demanda de alunos existentes na cidade e região, que procuram esta formação técnica com plena certeza do seu interesse em ingressar na área. A regulamentação da profissão prevista na legislação gera vagas de emprego em diferentes segmentos empresariais – área de construção civil, área de agronegócios, área da saúde, área têxtil e vestuário, área de



produção industrial diversas, além a possibilidade de empreender, ofertando ao mercado de trabalho prestação de serviços em consultoria.

Objetivos

Formar profissionais qualificados em Segurança do Trabalho, criativos e atentos às necessidades de adaptação às mudanças da sociedade em transformação.

Valorizar a educação como processo seguro de formação de recursos humanos e de desenvolvimento de sistema social mais competitivo e globalizado.

Proporcionar qualidade no processo ensino aprendizagem, oportunizando ao aluno possibilidades de maior domínio técnico e científico.

Formar profissionais críticos, reflexivos, éticos capazes de participar e promover transformação no seu campo de trabalho, na sua comunidade e na sociedade na qual está inserido.

Perfil Profissional de Conclusão de Curso

O Técnico em Segurança do Trabalho domina conteúdos e processos relevantes do conhecimento científico, tecnológico, social e cultural utilizando suas diferentes linguagens, o que lhe confere autonomia intelectual e moral para acompanhar as mudanças, de forma a intervir no mundo do trabalho, orientado por valores éticos que dão suporte à convivência democrática. Analisa os métodos e os processos laborais. Identifica fatores de risco de acidentes de trabalho, de doenças profissionais e de trabalho e de presença de agentes ambientais agressivos ao trabalhador. Realiza procedimentos de orientação sobre medidas de eliminação e neutralização de riscos. Elaborar procedimentos de acordo com a natureza da empresa. Promove programas, eventos e capacitações. Divulga normas e procedimentos de segurança e higiene ocupacional. Indicar, solicitar e inspecionar equipamentos de proteção coletiva e individual contra incêndio. Levanta e utiliza dados estatísticos de doenças e acidentes de trabalho para ajustes das ações preventivas. Produz relatórios referentes à segurança e à saúde do trabalhador.



CENTRO ESTADUAL FLORESTAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL
PRESIDENTE COSTA E SILVA - CEFEP
Avenida Paraná, nº 1000 - Vila São João - CEP 84507-362 Irati / PR
Fone/Fax: (042) 3423-2511 / Fone: (042) 3423-2381
E-mail: iriflorestalcostaesilva@seed.pr.gov.br



129

PPC – Técnico em Segurança do Trabalho

Ementa e Plano de Curso, Acesso pelo link

https://drive.google.com/file/d/1dM_v5CIYWQKvGLf_hqQVAnF5B4oIor7C/view?usp=sharing

Ementas dos Componentes Curriculares TST - Reestruturação 2024 – Link

<https://drive.google.com/file/d/1bOLj-zfGRkKduKdd47ocrE3i96JUbdFi/view?usp=sharing>

Plano de curso Técnico em Agronegócio – PPC / Ementa

Dados Gerais do Curso

Identificação do Estabelecimento de Ensino: Centro Estadual Florestal de Educação Profissional Presidente Costa e Silva.

Habilitação Profissional: Técnico em Agronegócio

Eixo Tecnológico: Recursos Naturais

Forma: Subsequente

Carga horária total do curso: 1.200 horas

Regime de funcionamento: de 2ª a 6ª feira, no período da noite

Regime de matrícula: Semestral.

Número de vagas: mínimo de 35 e máximo de 40 alunos por turma

Período de integralização do curso: Mínimo 03 (três) semestres letivos e máximo de 06 (seis) semestres letivos

Requisitos de acesso: Ensino Médio

Modalidade de oferta: Presencial

Parecer e Resolução do Credenciamento da Instituição:

Resolução nº 2245/2017 – SEED renovou o credenciamento da instituição para a oferta de Educação Profissional Técnica de nível médio até 31/12/2026.

Parecer CEE/CEMEP 152/2017 aprovado em 04/04/2017.



Matriz Curricular - Curso Técnico em Agronegócio

Acesso pelo link:

<https://drive.google.com/file/d/1jJfIX1Mzpy83OGzfGwS-dtVqPFmEMgk/view?usp=sharing>

Justificativa

O plano de curso Técnico em Agronegócio apresentado tem como eixo orientador a perspectiva da formação profissional como constituinte da integralidade do processo educativo, que atende a necessária articulação entre trabalho, cultura, ciência e tecnologia através de uma organização curricular em que os seus componentes integram-se e articulam-se garantindo que os saberes científicos e tecnológicos sejam à base da formação técnica.

O Curso Técnico em Agronegócio visa proporcionar ao aluno uma perspectiva de totalidade, onde os conteúdos das disciplinas são contextualizados, tendo em vista a integração entre conhecimento e cultura no mundo do trabalho. Isto requer a ressignificação dos conhecimentos com base nos fundamentos científicos e tecnológicos, evitando sua compartimentalização no seu processo de construção.

A proposta do trabalho pedagógico visa oferecer um conjunto de saberes e experiências onde os conteúdos não têm fins em si mesmos porque se constituem em sínteses da apropriação histórica da realidade material e social, pelo homem, em articulação com as atividades práticas possibilitando aos estudantes a compreensão da realidade para além de sua aparência.

O Agronegócio é entendido como a cadeia produtiva que envolve, desde a fabricação de insumos, passando pela produção nos estabelecimentos agropecuários e pela transformação, até o consumo. Esta cadeia abrange, ainda, todos os serviços de apoio, tais como: pesquisa e assistência técnica, processamento, transporte, comercialização, crédito, exportação, serviços portuários, distribuidores, bolsas e o consumidor final (MAPA, 2008).

O Brasil é um país com vocação natural para o agronegócio devido às suas características e diversidades, principalmente encontradas no clima favorável, no solo, na água, no relevo e na luminosidade. O Agronegócio é um setor relevante para o país por ser um dos maiores produtores de alimentos do mundo e para aumentar as exportações de



produtos do agronegócio, em especial, os ligados aos alimentos (in natura e processados). Neste cenário, faz-se necessário que sejam formados profissionais para atuar neste segmento, com compreensão das interfaces existentes entre os diversos elos que constituem as cadeias produtivas, com visão ética e empreendedora voltada para a sustentabilidade e para a melhoria da qualidade de vida do meio rural.

Sendo o Técnico em Agronegócio um agente de transformação, este profissional é responsável por executar ações sociais e ambientais visando à sustentabilidade dos negócios rurais, tendo em vista que se faz cada vez mais necessário produzir de forma consciente, garantindo a preservação dos recursos naturais, para que as futuras gerações consigam suprir suas necessidades e o planeta não tenha sua qualidade de vida prejudicada; sendo assim, o Técnico em Agronegócio egresso pelo CEFEP Presidente Costa e Silva em Irati – PR, atuará como parceiro do produtor rural, utilizando técnicas inovadoras e sustentáveis, na conquista pela produtividade e lucratividade, com visão empreendedora para a melhoria da qualidade de vida do meio rural, fato este que justifica ainda mais este curso em nossa região.

Objetivos

- Valorizar a educação como processo seguro de formação de recursos humanos, de desenvolvimento do sistema social mais amplo.
- Desenvolver o autoconhecimento, para melhorar a adaptação sócio educacional e inserir o estudante no mundo do trabalho para uma vida profissional produtiva.
- Propiciar conhecimentos teóricos e práticos amplos para o desenvolvimento de capacidade de análise crítica, de orientação e execução de trabalho no setor administrativo rural.
- Formar profissionais críticos, reflexivos, éticos, capazes de participar e promover transformação no seu campo de trabalho, na sua comunidade e na sociedade na qual estão inseridos.
- Oferecer aos alunos egressos do ensino médio a possibilidade de acesso à Educação Profissional para atuação na área do agronegócio.
- Colaborar com o desenvolvimento econômico e sustentável de nosso Estado por meio da pesquisa científica e de projetos inovadores que venham a alavancar nossos produtos no cenário nacional e internacional.



CENTRO ESTADUAL FLORESTAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL
PRESIDENTE COSTA E SILVA - CEFEP
Avenida Paraná, nº 1000 - Vila São João - CEP 84507-362 Irati / PR
Fone/Fax: (042) 3423-2511 / Fone: (042) 3423-2381
E-mail: iriflorestalcostaesilva@seed.pr.gov.br



132

Perfil Profissional de Conclusão de Curso

“O Técnico em Agronegócio promove a gestão do negócio agrícola. Coordena operações de produção, armazenamento, processamento e distribuição dos produtos agrícolas e derivados. Coordena as inter-relações das atividades nos segmentos do agronegócio, em todas suas etapas. Planeja, organiza, dirige e controla as atividades de gestão do negócio rural. Promove ações integradas de gestão agrícola e de comercialização. Idealiza ações de marketing aplicadas ao agronegócio. Executa ações para a promoção e gerenciamento de organizações associativas e cooperativistas. Programa ações de gestão social e ambiental para a promoção da sustentabilidade da propriedade. Avalia custos de produção e aspectos econômicos para a comercialização de novos produtos e serviços. Capta e aplica linhas de crédito compatíveis com a produção. Implanta e gerencia o turismo rural”.

PPC – Técnico em Agronegócio

Acesso as Ementas e Plano de Curso pelo link:

<https://drive.google.com/file/d/16BVlwXubub60EDjp41MoCR0LArI6Njbn/view?usp=sharing>

Proposta Pedagógica Curricular do Curso Técnico em Florestas Antigo

Informações sobre os planos de curso executados em anos anteriores do Curso Técnico em Florestas Integral, os objetivos, Perfil Profissional de Conclusão de Curso, que estão em processo de finalização no ano de 2023, podem ser encontrados no seguinte link:

<https://drive.google.com/file/d/1vhiIfijkdCD8J9GcL4pwZKhDU7dr068/view?usp=sharing>

Plano de Ação da Orientação Pedagógica de Internato

Considerando a ampla estrutura e diversidade do CEFEP, é necessário que o empenho de todos os profissionais que a constituem esteja focado na qualidade do ensino e no atendimento integral do(a) aluno(a) interno(a), para que lhes seja proporcionado um



CENTRO ESTADUAL FLORESTAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL
PRESIDENTE COSTA E SILVA - CEFEP
Avenida Paraná, nº 1000 - Vila São João - CEP 84507-362 Irati / PR
Fone/Fax: (042) 3423-2511 / Fone: (042) 3423-2381
E-mail: iriflorestalcostaesilva@seed.pr.gov.br



133

ambiente propício ao desenvolvimento das atividades pedagógicas, de lazer, esportiva, de relacionamento e de estadia, amenizando o impacto da adaptabilidade, efeitos do internato não lhes dificultem o processo de ensino- aprendizagem.

Diante disto, o Plano de Ação da Orientação Pedagógica de Internato é um trabalho integrador junto à equipe que constitui a escola, tendo ainda a função de confirmar que este é o local onde se ensina e se aprende dentro de uma consciência crítica, onde todos são educadores. Através deste Plano de Ação, pretende-se ainda dar suporte aos professores no sentido de que haja envolvimento entre estes e os pais, sempre que o educando apresente algum problema, seja ele de que ordem for, e que em virtude dele o processo ensino-aprendizagem venha a sofrer interferência.

Desta forma, além do comprometimento com a aprendizagem, não perderemos a dimensão humana, considerando a dificuldade que sentimos hoje, sobretudo no jovem, em pautar sua conduta dentro de padrões morais e éticos compatíveis com os verdadeiros valores humanos.

Link para acesso do Regulamento de Internato:

https://drive.google.com/file/d/1w-0T_pn3R5hcIR_j9EREG0DxKzSTqnts/view

Link de Acesso ao Regimento Escolar:

https://drive.google.com/file/d/1iNVsS0mBXQzqpCsmuMix_2mTagByqdbP/view?usp=sharing

Referências Bibliográficas

BEHRENS, Marilda Aparecida. **O Paradigma Emergente e a Prática Pedagógica**. Curitiba: Champagnat, 1999.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm#art266>. Acesso em: 21 jun. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei n. 9.394/96**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: 21 jun. 2021.



CENTRO ESTADUAL FLORESTAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL
PRESIDENTE COSTA E SILVA - CEFEP
Avenida Paraná, nº 1000 - Vila São João - CEP 84507-362 Irati / PR
Fone/Fax: (042) 3423-2511 / Fone: (042) 3423-2381
E-mail: iriflorestalcostaesilva@seed.pr.gov.br



134

BRASIL. Decreto Federal nº7611/11, Casa Civil, 2011.

_____. Educação Inclusiva: **Atendimento Educacional Especializado para a Deficiência Mental**. Brasília: MEC/SEESP, 2007.

_____. Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva – versão preliminar. Brasília: setembro de 2007.

BRIZOLLA, F. **Para além da formação inicial ou continuada, a form(a)ção permanente: o trabalho docente cooperativo como oportunidade para a formação docente dos professores que atuam com alunos com necessidades educacionais especiais**. Universidade Federal do Paraná, setor litoral, 2009, V Seminário Nacional de Pesquisa em Educação Especial: formação de Professores em foco, São Paulo, SP.

DEMO, Pedro. **Desafios Modernos da Educação**. 9ª ed, Petrópolis: Vozes, 2000.

Diretrizes Curriculares da Educação Profissional: Fundamentos Políticos e Pedagógicos. Governo do Estado do Paraná, Secretaria de Estado da Educação, 2006.

Diretrizes Curriculares do Ensino Médio. Rede de Educação Básica do Estado do Paraná, 2009.

Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Ministério da Educação Brasileira. Distrito Federal, 2005.

Documentos Oficiais: Coletânea da Legislação Educacional. Leis, Decretos, Resoluções, Portarias, Pareceres, Instruções, Orientações. Disponível em <http://www.educacao.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=235>.

FERRETTI, C. J. et al. **Novas Tecnologias, Trabalho e Educação: um Debate Multidisciplinar**. Petrópolis: Vozes, 1994.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Professora sim, tia não: Cartas a quem ousa ensinar**. São Paulo: Olho d'água, 1998.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. (Orgs.) **Ensino Médio Integrado: Conceção e Contradições**. São Paulo: Cortez, 2005.

HADJI, Charles. **Avaliação Desmistificada**. Porto Alegre: Artmed, 2001.

KUENZER, A. (Org.). **Ensino Médio: construindo uma proposta para os que vivem do trabalho**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2005.



CENTRO ESTADUAL FLORESTAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL
PRESIDENTE COSTA E SILVA - CEFEP
Avenida Paraná, nº 1000 - Vila São João - CEP 84507-362 Irati / PR
Fone/Fax: (042) 3423-2511 / Fone: (042) 3423-2381
E-mail: iriflorestalcostaesilva@seed.pr.gov.br



135

LOMBARDI, J. C.; SAVIANI, D.; SANFELICE, J. L. (Orgs). **Capitalismo, Trabalho e Educação**. Coleção Educação Contemporânea. Campinas: Autores Associados, HISTEDBR, 2002.

MANFREDI, S. M. **Educação Profissional no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2002.
MIZUKAMI, Maria da G. N. Ensino: As abordagens do Processo. São Paulo: EPU, 1986.

MIZUKAMI, Maria da G. N. Ensino: **As abordagens do Processo**. São Paulo: EPU, 1986.

PARANÁ, Secretaria de Estado da Educação e Esporte. **Rendimento Escolar na Escola**. Disponível em: <http://www.consultaescolas.pr.gov.br/consultaescolas-java/pages/paginas/ideb/rendimentoRendimento.jsf?windowId=5a6>. Acesso em: 05 ago. 2021.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação do. **Produções da Seed: Cadernos Temáticos e Desafios Educacionais Contemporâneos**. Governo do Estado do Paraná, Secretaria de Estado da Educação, 2005.

Disponível em <http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=764>.

SANTANNA, Ilza Martins. **Por que avaliar? Como avaliar?** Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

PARANÁ, Secretaria de Estado da Educação do. **Sistema Estadual de Registro Escolar (SERE)**, consulta online, 2021. Disponível em: <https://www.sere.pr.gov.br/sere/plataformaTurmaDetalhe.do?action=carregarPlataformaTurmaDetalhe>. Acesso em: 05 ago. 2021.

PARANÁ, Secretaria de Estado da Educação do. **Sistema Estadual de Registro Escolar (SERE)**, consulta online, 2021.
Disponível em: <https://www.sere.pr.gov.br/sere/>. Acesso em: 13/11/2021

PARANÁ, Recursos **Pedagógicos na Aprendizagem: Subsídios e Orientações**. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência de Educação. Departamento de Educação Especial. Curitiba, 1999.

PIAGET, J. **Psicologia e pedagogia**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

PIAGET. **A Psicologia da Criança**. São Paulo – Rio de Janeiro: DIFEL – Difusão Editorial, 6ª Ed, 1980.

TEIXEIRA, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio . **Resultados e Metas do IDEB**. Pesquisa online, 2021.
Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/saeb>. Acesso em 13/11/2021



CENTRO ESTADUAL FLORESTAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL
PRESIDENTE COSTA E SILVA - CEFEP
Avenida Paraná, nº 1000 - Vila São João - CEP 84507-362 Irati / PR
Fone/Fax: (042) 3423-2511 / Fone: (042) 3423-2381
E-mail: iriflorestalcostaesilva@seed.pr.gov.br



136

TEIXEIRA, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio . **Resultados e Metas do IDEB**. Pesquisa online, 2021.

Disponível em: <http://saeb.inep.gov.br/saeb/resultado-final-externo/boletim?anoProjeto=2019&coEscola=41113152>

Acesso: 14/11/2021

VASCONCELLOS, Celso dos S. **Planejamento: Projeto de Ensino-Aprendizagem e Projeto Político-Pedagógico**. São Paulo: Libertad, 2001.

VEIGA, Ilma Passos A. Projeto Político da escola: Uma construção coletiva. In: VEIGA, Ilma Passos A. **Projeto Político Pedagógico da Escola: uma construção possível**. Campinas, SP: Papirus, 1995.

VEIGA, Ilma A.; FONSECA, Marília. **As Dimensões do Projeto Político-Pedagógico: Novos desafios para a escola**. Campinas, SP: Papirus, 2001.

VIGOTSKY, L. S. **A Formação social da mente**. Psicologia e Pedagogia. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

VIGOTSKY, L. S. **Pensamento e Linguagem**. Psicologia e Pedagogia. São Paulo: Martins Fontes, 1991.10.



CENTRO ESTADUAL FLORESTAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL
PRESIDENTE COSTA E SILVA - CEFEP
Avenida Paraná, nº 1000 - Vila São João - CEP 84507-362 Irati / PR
Fone/Fax: (042) 3423-2511 / Fone: (042) 3423-2381
E-mail: iriflorestalcostaesilva@seed.pr.gov.br



137



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
NÚCLEO REGIONAL DE EDUCAÇÃO DE IRATI



ATO DE HOMOLOGAÇÃO Nº 377/2023 – NRE DE IRATI

O Governo do Estado do Paraná, mantenedor do Centro Estadual Florestal de Educação Profissional Presidente Costa e Silva no uso das atribuições legais conferidas pelas Deliberações nº 02/2018 - CP/CEE/PR, nº 03/2018 - CP/CEE/PR e nº 04/2021 - CP/CEE/PR e pelo Parecer de Legalidade nº 032/2023 – NRE de Irati,

HOMOLOGA

Art. 1º - O Projeto Político-Pedagógico do Centro Estadual Florestal de Educação Profissional Presidente Costa e Silva do município de Irati, com a oferta de Ensino Profissionalizante.

Art. 2º - O Projeto Político-Pedagógico homologado por este Ato de Homologação entra em vigor a partir do início do ano letivo de 2023, ficando revogados os Atos anteriores e disposições em Contrário.

Irati, 01 de setembro de 2023.

Assinado eletronicamente
Marcelo Fabrício Chociai Komar,
Chefe do Núcleo Regional de Educação de Irati,
Decreto nº 00069/2023 – DOE nº 11.332/2023 de 05/01/2023.